



Compromisso com o Brasil

Balanço
2016
Perspectivas
2017

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA

DIRETORIA EXECUTIVA 2015
TRIÊNIO 2014-2017

Presidente

João Martins da Silva Junior

Vice-Presidente Executivo

Roberto Simões (MG)

Vice-Presidente de Finanças

Eduardo Corrêa Riedel (MS)

Vice-Presidente de Secretaria

José Zeferino Pedrozo (SC)

Vice-Presidente Diretor

José Mário Schreiner (GO)

Vice-Presidente Diretor

Júlio da Silva Rocha Júnior (ES)

Vice-Presidente Diretor

Carlos Rivaci Sperotto (RS)

Vice-Presidente Diretor

Assuero Doca Veronez (AC)

Vice-Presidente Diretor

Mário Antônio Pereira Borba (PB)

CONSELHO FISCAL

Titulares

Álvaro Arthur Lopes de Almeida

Renato Simplício Lopes

Raimundo Coelho de Souza

Suplentes

José Álvares Vieira

Luiz Iraçu Guimarães Colares

Eduardo Silveira Sobral (In memoriam)

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR
CONSELHO DELIBERATIVO

João Martins da Silva Junior

Presidente do Conselho Deliberativo do SENAR e da CNA

Representantes da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA

Titulares

Assuero Doca Veronez

José Álvares Vieira

José Mário Schreiner

Roberto Simões

Carlos Rivaci Sperotto

Suplentes

Muni Lourenço Silva Júnior

Flávio Viriato de Saboya Neto

Eduardo Correa Riedel

Rodolfo Tavares

Ágide Meneguette

Representantes da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG

Titulares

Alberto Ercílio Broch

Aristides Veras dos Santos

Juraci Moreira Souto

Elias D'Angelo Borges

Alessandra da Costa Lunas

Suplentes

Antoninho Rovaris

José Wilson de Sousa Gonçalves

David Wylkerson Rodrigues de Souza

Dorenice Flor da Cruz

Willian Clementino da Silva Matias

Representantes do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE

Titulares

Carlos Cavalcante de Lacerda

Suplentes

João Paulo Ferreira Machado

Representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA

Titulares

Ana Arminda Souza Régis

Suplentes

Márcio Cândido Alves

Representantes do Ministério da Educação - MEC

Titulares

Eline Neves Braga Nascimento

Suplentes

Gustavo Maurício Estevão Nascimento

Representantes da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB

Titulares

Renato Nobile

Suplentes

Tânia Regina Zanella

Representantes da Confederação Nacional da Indústria - CNI

Titulares

José Carlos Lyra de Andrade

Suplentes

Amaro Sales Araújo

CONSELHO FISCAL

Representantes da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA

Titulares

Renato Simplício

Suplentes

José Hilton Coelho de Sousa

Representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG

Titulares

Maria José Moraes Costa

Suplentes

Zenildo Pereira Xavier

Representantes do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE

Titulares

Vago

Suplentes

Vago

Representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA

Titulares

Paula Lobo Ferreira de Assis

Suplentes

Gutemberg Barone de Araújo Nojosa

Representantes da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB

Titulares

Antônio Luiz Feitosa

Suplentes

Sanller Bosco Lopes Nonato

SECRETARIA EXECUTIVA

Secretário Executivo

Daniel Klüppel Carrara

INSTITUTO CNA - ESTUDOS E PESQUISAS SOCIAIS E DO AGRONEGÓCIO

CONSELHO ADMINISTRATIVO

Titulares

Presidente

Roberto Lúcio Rocha Brant

Muni Lourenço Silva Júnior

José Zeferino Pedrozo

José Mário Schreiner

Suplentes

Roberto Simões

Mário Antônio Pereira Borba

Renato Simplício Lopes

Andrea Barbosa Alves

Diretor Financeiro

Muni Lourenço Silva Junior

CONSELHO FISCAL

Titulares

Júlio da Silva Rocha Júnior

José Álvares Vieira

Eduardo Corrêa Riedel

Suplentes

Carlos Rivaci Sperotto

Luiz Iraçu Colares

Otília Rieth Goulart

SECRETARIA EXECUTIVA

Secretário Executivo

André Vicente de Sanches

EXPEDIENTE

**CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA
E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA**

Superintendência Técnica

Bruno Barcelos Lucchi

Superintendência de Relações Internacionais

Lígia Dutra

Superintendência de Comunicação e Marketing

Álvaro Pereira

Superintendência Administrativa

Francisco Gilson de Almeida Maia

Relações Institucionais

Nelson Vieira Fraga Filho

Assessoria Jurídica

Carlos Bastide Horbach

Chefia de Gabinete da Presidência

Otília Rieth Goulart

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR

Departamento de Administração e Finanças

Rosanne Curi Zarattini

Departamento de Educação Profissional e Promoção Social

Andrea Barbosa Alves

Departamento de Inovação e Conhecimento

Luís Tadeu Prudente Santos

Coordenação de Assistência Técnica e Gerencial

Matheus Ferreira Pinto da Silva

Assessoria Jurídica

Eliziane de Souza Carvalho

Auditoria Interna

João Batista

Assessoria de Comunicação

Carmensita Corso

**INSTITUTO CNA - ESTUDOS E PESQUISAS SOCIAIS E DO
AGRONEGÓCIO**

Coordenação Técnica

Carlos Frederico Dias de A. Ribeiro

Coordenação Administrativa

André Vicente de Sanches

EQUIPE TÉCNICA

SUPERINTENDÊNCIA TÉCNICA - CNA

Alan Fabricio Malinski

Camila Soares Braga

Cecília Naves

Ciro Assis Siqueira

Elisangela Pereira Lopes

Fernanda Schwantes

Gustavo dos Santos Goretti

Joaci Medeiros

João Carlos de Carli

Jonas Ismael Jochims

José Eduardo Brandão Costa

Juliano Hoffmann

Lilian Azevedo Figueiredo

Maciel Aleomir da Silva

Natalia Fernandes

Nelson Ananias

Paulo André Camuri

Rafael Alberton

Rafael Linhares

Renato Conchon

Rogério Nascimento de Avellar Fonseca

Thiago Francisco Rodrigues

Victor Miguel Ayres

**SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES
INTERNACIONAIS - CNA**

Camila Nogueira Sande

Gabriela Coser Rivaldo

Layanne Alves Vasconcellos

Pedro Henrique de Souza Netto

Pedro Henriques Pereira

**SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO
E MARKETING - CNA/SENAR**

Carlos Max Torres

Daniilo Reis

Eglanen Nascimento

Francisco Jordão

Karlany Soares Chaves

Leticia Dias Tosta

Pablo Ulisses

**ASSESSORIA JURÍDICA/ COMISSÃO
DE RELAÇÕES DO TRABALHO
E PREVIDÊNCIA - CNA**

Cristiano Barreto Zaranza

Eduardo Queiroz

Frederico Melo

Norma Lustosa

Rodrigo Hugueney

Rodrigo Valente

Vânia Ataides

SENAR

Barbara Evelyn Magalhaes Silva

Fabiana Resende Yehia

Júlia Carolina Barros

Maria Cristina Ferreira

Patrícia Fontes Machado

ICNA

Ana Carolina Mera

Larissa Brito Barbosa

Leonardo Carvalho Leite

Paulo Vicente Costa

Ronei Corrêa

FOTOS

Tony Oliveira

Wenderson Araújo

Banco de Imagens CNA

Shutterstock

PROJETO GRÁFICO





Confederação da Agricultura
e Pecuária do Brasil

Balanço 2016 Perspectiva 2017

01

ECONOMIA BRASILEIRA
E MUNDIAL EM 2016
E PERSPECTIVAS
PARA 2017

9

05

BALANÇA COMERCIAL
DO AGRO

41

08

CAFÉ

79

12

SILVICULTURA

107

02

PIB E PERFORMANCE
DO AGRONEGÓCIO

17

06

MERCADO
INTERNACIONAL

47

09

FRUTICULTURA

87

13

PECUÁRIA
DE CORTE

115

03

VALOR BRUTO
DA PRODUÇÃO (VPB)

25

07

CEREAIS, FIBRAS
E OLEAGINOSAS

57

10

CANA-DE-AÇÚCAR

95

14

PECUÁRIA
DE LEITE

123

04

POLÍTICA
AGRÍCOLA

33

11

HORTALIÇAS

101

19

EMPREENDEDORES
FAMILIARES RURAIS

161

15

AVES

131

20

ASSUNTOS
DO NORDESTE

169

24

FACULDADE CNA

203

16

SUÍNOS

139

21

ASSUNTOS
FUNDIÁRIOS

177

25

CANAL DO
PRODUTOR TV

209

17

AQUICULTURA
E PESCA

147

22

LOGÍSTICA
E INFRAESTRUTURA

185

26

SENAR EDUCAÇÃO E
ASSISTÊNCIA TÉCNICA

215

18

MEIO
AMBIENTE

153

23

TRABALHO E
PREVIDÊNCIA SOCIAL

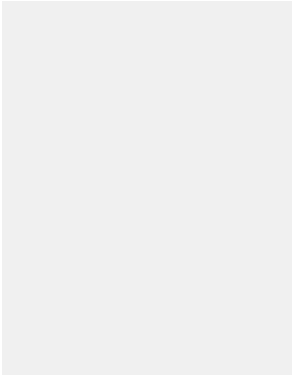
193

27

INSTITUTO CNA
ESTUDOS E PESQUISAS
SOCIAIS E DO AGRONEGÓCIO

225

Sumário



Tempo de Acreditar

Encerramos 2016 com a consciência tranquila do dever cumprido. Em um cenário de dificuldades na política e na economia, o nosso setor foi desafiado a contribuir, com trabalho e produtividade, para minimizar os efeitos de uma crise que marcou profundamente a vida dos brasileiros. O quadro era desalentador: inflação em alta, aumento irresponsável dos gastos públicos, desemprego, ingovernabilidade. E a absoluta

ausência de perspectiva no horizonte.

Percebemos que vivíamos um momento histórico único, que não permitia omissões. E decidimos nos mobilizar em todo o país, ao lado de outros setores expressivos da sociedade, para exigir mudanças. Atendendo ao chamado da CNA, cerca de 20 mil produtores rurais vieram a Brasília para apoiar a mudança constitucional do governo e a proposta de retomada do desenvolvimento. A nossa palavra de ordem: “Vamos tirar o Brasil da lama!” Comemoramos o Dia do Agricultor com uma homenagem sem precedentes ao produtor rural. Em plena Esplanada dos Ministérios, em Brasília, conquistamos um recorde para o país no *Guinness World*: o de maior mostruário de frutas do mundo! Em uma mesa de 240 metros de extensão, com mais de 18 toneladas de alimentos, exibimos a diversidade e a qualidade dos produtos da agropecuária nacional. Aproveitamos a data para encaminhar ao governo, em encontro com o presidente Michel Temer, as nossas sugestões para que o Brasil volte a crescer.

Com a ajuda das pesquisas e das novas tecnologias, o nosso setor evoluiu rapidamente nos últimos anos. Para se ter uma ideia, o que produzimos hoje em um ano é suficiente para alimentar a população brasileira durante sete anos e meio.

Os produtores rurais amam a terra, acreditam no que fazem e, mais do que nunca, estão unidos na defesa de seus direitos, da livre iniciativa e daquilo que julgamos de interesse do país. Com esse objetivo, promovemos o Conselho do Agro, no qual estão reunidas 14 entidades que representam o setor da porteira para dentro, ou seja, os produtores rurais em seus diversos segmentos: carne, leite, milho, soja, café, algodão, cana, hortifrutigranjeiros, cooperativas agrícolas. Queremos tranquilidade no campo para trabalhar com segurança, planejamento e resultados. Acreditamos que é nossa missão produzir alimentos de qualidade e a preço acessível para todos.

Outro marco deste ano foi a busca por uma interação ainda maior com o produtor e a sociedade. Para isso, investimos em uma ferramenta estratégica e transformadora, a comunicação. Realizamos um sonho antigo do Sistema CNA/SENAR/ICNA ao lançar, em parceria com o Canal Rural, o Canal do Produtor TV, uma emissora digital com seis horas de programação diária (das 6h ao meio-dia) voltada para o homem do campo.

Como se vê, temos motivo para chegar ao fim do ano confiantes na força do nosso trabalho e com uma visão otimista em relação ao futuro. Temos motivo para acreditar em novos tempos de paz, progresso e união entre os brasileiros!

João Martins da Silva Junior

Presidente da CNA e do Conselho Deliberativo do SENAR

Economia Brasileira e Mundial em 2016 e Perspectivas para 2017

--	--	--

Retomada do Crescimento

Depois de um início de ano turbulento, 2016 termina com alguns sinais de recuperação. Há tempos, não se via tanta volatilidade em um mesmo ano, com incertezas no *front* econômico e político, mas que acabaram de forma positiva.

Boa parte do descarrilamento foi motivada por causas domésticas. Em que pese menor crescimento mundial e preços de *commodities* mais acomodados, nenhum fator externo poderia justificar uma queda de 3,8% no produto interno bruto (PIB) em 2015 e pouco menos do que isso em 2016. As dificuldades internas em contornar a situação aprofundaram a sensação de crise e deixaram evidente que a solução da mesma passaria necessariamente por um encaminhamento político.

Este texto buscará analisar a evolução recente da economia internacional e do Brasil, identificando os principais elementos da desaceleração do crescimento mundial e brasileiro e apresentando os prognósticos para 2017.

Economia mundial: desaceleração se espalha pelos países desenvolvidos

Desde o início deste ano, o Fundo Monetário Internacional (FMI) vem revisando as projeções de crescimento mundial com a ampliação da incerteza advinda de algumas decisões tomadas em 2016, como o Brexit. Houve, ainda, a clareza do esgotamento da capacidade das políticas fiscal e monetária de gerar crescimento de curto prazo. Vale nesta análise estudar o que aconteceu em três regiões relevantes para o Brasil: EUA, Europa e China.

Depois do aumento dos juros em 0,25 ponto percentual em dezembro de 2007, os EUA entraram em compasso de espera por nova alta, pois não havia sinais claros para justificar nova elevação da taxa. Por um lado, a inflação se acelerou ao longo do ano, apesar de ainda estar abaixo da meta implícita de 2%. A taxa de desemprego chegou a 5%, dando sinais de retomada dos postos de trabalho na economia americana. No entanto alguns dados de atividade começaram a dar sinais de esfriamento. A indústria passou a apresentar queda no crescimento, algo só visto no passado em momento de recessão. Os investimentos apresentaram queda contínua desde o final de 2015, sendo também termômetro importante de um ciclo de baixa que se inicia por lá.

Com números ambíguos, o Federal Reserve passou o ano em idas e vindas sobre a decisão de subir os juros, decisão que deve ser tomada no final deste ano, inclusive por conta do novo quadro político que foi a eleição de Donald Trump, contrariando todas as pesquisas e análises da campanha. Ainda não se tem o desenho claro do que será seu governo, mas,

sem dúvida, o casamento de sua personalidade com os anseios da classe média que votou nele deverá alterar pontos importantes da trajetória americana.

Alguns pontos são identificáveis hoje. O primeiro deles é que deverá haver mudança nas diretrizes de imigração que pode resultar em pressão nos salários e na inflação, fora o evidente custo humanitário. Outro ponto importante é quanto ao protecionismo, via elevação de tarifas de importação ou outras medidas não tarifárias. É algo possível de ser feito sem o Congresso, que acabaria também por resultar em pressão inflacionária e, eventualmente, numa alta de juros.

No que se refere à política fiscal, a expectativa é de que seja essencialmente expansionista com duas pernas identificáveis hoje: a redução dos impostos para empresas e pessoas e um programa de obras de infraestrutura, as quais partem de uma política econômica mais equilibrada. O conjunto fiscal certamente pressionará a inflação e também a taxa de juros. Este deve ser o maior impacto econômico da eleição de Trump no Brasil. A piora fiscal com as novas políticas fará os juros subirem mais rapidamente. Como consequência, a taxa de câmbio brasileira deve se depreciar em relação ao que se esperava caso Hillary Clinton tivesse vencido. Ao mesmo tempo, a depreciação não deve ser tão forte, pois a economia brasileira está mais fortalecida com os ajustes em andamento externo, dívida externa baixa, reservas internacionais altas e menos déficit em conta-corrente.

Na Europa, o grande tema do ano foi o Brexit. Fruto de um descontentamento geral da população dos países desenvolvidos com a globalização, o voto da população tem sido na extrema direita, tanto na Europa quanto nos EUA, como a eleição de Trump revelou. A situação europeia não se limita ao Brexit e passa por uma crise bancária instalada depois de anos de taxa de juros extremamente baixas crescimento fraco, além da crise da imigração. A sinalização de desunião no bloco, que a princípio parecia mais evidente apenas dentro da Zona do Euro, foi ampliada com a discussão sobre a existência da própria União Europeia. De qualquer maneira, a vitória de Trump aumentou o risco de novos resultados para a extrema direita, como nas eleições mais à frente na Áustria e na França.

Por fim, o ritmo menor do crescimento chinês, em torno de 6,7% em 2016, se, de um lado, manteve a alta do consumo de alimentos, de outro, não foi suficiente para manter o mesmo padrão de crescimento de outras *commodities* relevantes para o Brasil, como minério de ferro (agora atingida positivamente pelas perspectivas de investimento em infraestrutura nos EUA).

O padrão de crescimento com menos investimento e mais consumo deve permear as decisões chinesas nos próximos anos. Há a dificuldade de o crescimento ser balizado cada vez mais por empresas estatais e aumento do crédito e cada vez menos por produtividade. Este ciclo de crescimento menos eficiente tende a obter neste país PIBs sistematicamente menores nos próximos anos.

Em 2017, provavelmente veremos outro crescimento mundial baixo, na casa dos 3%, novamente devido ao comportamento dos países desenvolvidos. Mas as economias emergentes também apresentarão dificuldades, entre as quais o Brasil.

Economia brasileira: enfim, o começo dos ajustes

O começo do ano não foi nada alentador para a economia. A turbulência política impedia os ajustes. A paralisia provocou a continuidade da recessão no primeiro semestre de 2016 e a dificuldade de a inflação ceder para patamares abaixo de 9%.

A troca de governo em maio, consolidada em agosto, está sendo essencial para remodelar a trajetória da política econômica e reatar as relações desgastadas entre Executivo e Legislativo. Ainda há muito esgarçamento por conta das denúncias de corrupção, aliadas ao estilo contemporizador do presidente da República, mas a expectativa é de que a situação volte à normalidade.

Desta forma, em um cenário de baixo crescimento, o Brasil começa a se destacar pela política econômica mais realista e racional. A consolidação do novo governo em setembro, permitiu ajustes importantes no país. Primeiro, a regra do teto do gasto público foi a sinalização essencial para balizamento de um Executivo e um Legislativo com dificuldades notórias de controlar gastos. O objetivo da medida é trazer o equilíbrio fiscal no longo prazo, com queda da dívida bruta e aumento do superávit primário de forma suave ao longo da próxima década, sem precisar usar aumentos vigorosos de arrecadação como no passado.

Segundo, o Banco Central tem conseguido ampliar a credibilidade da política monetária, com o objetivo de trazer a inflação o mais próximo possível da meta de 4,5% em 2017. Para este ano, o percentual deve ficar abaixo de 7%.

Com o cenário positivo na agenda econômica, uma consequência que surgiu, até a eleição de Donald Trump, foi a apreciação da taxa de câmbio no final de outubro. Por mais que o governo tenha usado os *swaps* cambiais reversos para tentar estabilizar o dólar e impedir quedas mais fortes, houve a repatriação de recursos em alta escala como fenômeno conjuntural. A percepção positiva do Brasil, com mudança de trajetória da política econômica na comparação com um mundo em desarranjo, foi outro fator que contribuiu para um câmbio mais apreciado. Além disso, o governo reconfigurou o pacote de concessões com ambiente mais favorável ao setor privado e está reestruturando as grandes empresas estatais, como Petrobras, Eletrobrás e BNDES, além de reorganizar as agências reguladoras.

A eleição americana mudou o jogo e desvalorizou, de forma importante, as moedas dos países emergentes, com destaque para México, África do Sul e Brasil. Assim, o país deve encerrar o ano com o câmbio em R\$ 3,4.

2017: Consolidação da recuperação, mas com crescimento ainda baixo

Como em toda consolidação econômica, os resultados levam tempo para aparecer, especialmente depois de um período recessivo tão longo. A alavancagem das empresas deve começar a ocorrer apenas no ano que vem, com os prognósticos de recuperação da economia e queda efetiva da taxa de juros. Estes fatores serão essenciais para as empresas começarem a ter capacidade de voltar a investir, cenário que deverá ficar mais claro ao longo do segundo semestre.

Mas na área política a grande batalha de 2017 certamente será a reforma da previdência. Atualmente, o Brasil é um dos poucos países do mundo que não tem idade mínima geral para aposentadoria, além de ter um dos maiores gastos de previdência/PIB do mundo. Esta reforma é sequência necessária da regra do teto, pois, caso contrário, os demais gastos correntes terão que ser comprimidos para compensar o crescimento dos gastos previdenciários.

Este conjunto de reformas consolidará o processo de confiança iniciado em 2016 e levará a um pequeno crescimento em 2017. A previsão da MB para o crescimento em 2017 era de 2%, mas foi revisado para 1% por conta das indefinições que cercarão Trump ao longo do ano que vem e pela percepção de um 3º e 4º trimestres mais fracos agora em 2016. O crescimento de 2017 ainda será baixo, mas com sinais mais positivos para os anos que se seguem. Ao mesmo tempo, a inflação deverá ceder para a casa dos 5%, permitindo uma taxa real de juros mais baixa do que a percebida este ano. O efeito Trump será atrasar um pouco a recuperação, que pode eventualmente se consolidar em números ainda melhores em 2018.

A retomada do crescimento deve lentamente ajustar o mercado de trabalho, que ainda deve apresentar taxas de desemprego de dois dígitos em 2017. Entretanto não será impeditivo para a recuperação, pois o emprego em geral é o último elemento a se ajustar depois de um período recessivo. O crescimento virá antes por produtividade e apenas depois por recomposição pelas novas contratações.

Em um cenário no qual o país se torna atrativo na comparação com o resto do mundo, tanto em investimento de curto quanto de longo prazo, a tendência da taxa de câmbio é permanecer apreciada. Contudo as dúvidas quanto à economia americana sob Trump deixam a taxa de câmbio no final de 2016 mais desvalorizada e no início de 2017 em patamares maiores. Como contrapartida, os preços das *commodities* devem ficar estáveis ou ter leve queda em 2017, dada a boa safra esperada para o ano. Para países emergentes com forte peso nas *commodities*, a queda destas cotações significa câmbio menos apreciado. Com o efeito Trump, o dólar em 2017 deve chegar ao final de 2017 na casa de R\$ 3,4 pelas condições positivas que a economia deverá apresentar no próximo ano.

Por outro lado, o cenário político doméstico deverá ser moldado pelas reações às investigações de corrupção, pelos problemas nos Estados por conta das contas públicas e pela discussão sobre a eleição presidencial de 2018, o que poderá suscitar dúvidas sobre a continuidade das reformas. E isso pode gerar leve turbulência na taxa de câmbio. Por fim, um processo de queda gradativa da taxa real de juros pode também ser um freio relevante para uma apreciação mais forte.

Desta forma, 2017 parece ser um ano de início de consolidação, em que alguns setores de demanda mais dependente de crédito ao consumidor, como construção e automóveis, ainda devem sofrer. Mas outros segmentos devem seguir o ritmo de retomada iniciado este ano. Uma recuperação mais geral da economia ficará para 2018.

PIB e Performance do Agronegócio

--	--	--

Perspectivas 2017

MESMO COM A ECONOMIA BRASILEIRA VOLTANDO PARA OS EIXOS EM 2017, O AGRONEGÓCIO NOVAMENTE DEVERÁ SER O SETOR COM MAIOR CRESCIMENTO

A redução da liquidez global e dos estímulos monetários dos países desenvolvidos deve ser a pauta da economia para o próximo ano. Este cenário irá refletir diretamente no câmbio brasileiro. O desafio agora é propiciar aos agentes econômicos um ambiente favorável para ampliação dos investimentos e crescimento do PIB, colocando a economia nos eixos com a redução do endividamento do governo e a queda da inflação.

O produto interno bruto (PIB) do agronegócio deve crescer 2% em 2017, enquanto o desempenho estimado para o PIB da economia é de expansão de 1,1%. Esta é a projeção da CNA para o próximo ano em relação a um dos principais indicadores macroeconômicos.

O crescimento esperado de 2% para o agronegócio reflete o baixo desempenho esperado da agroindústria no próximo ano. A expectativa de uma boa safra e o câmbio devem influenciar positivamente os setores de insumos e a produção primária. A agroindústria e o setor de serviços e distribuição ainda sentirão os efeitos da crise econômica pelo menos até o final primeiro semestre de 2017, comprometendo um crescimento mais robusto do indicador.

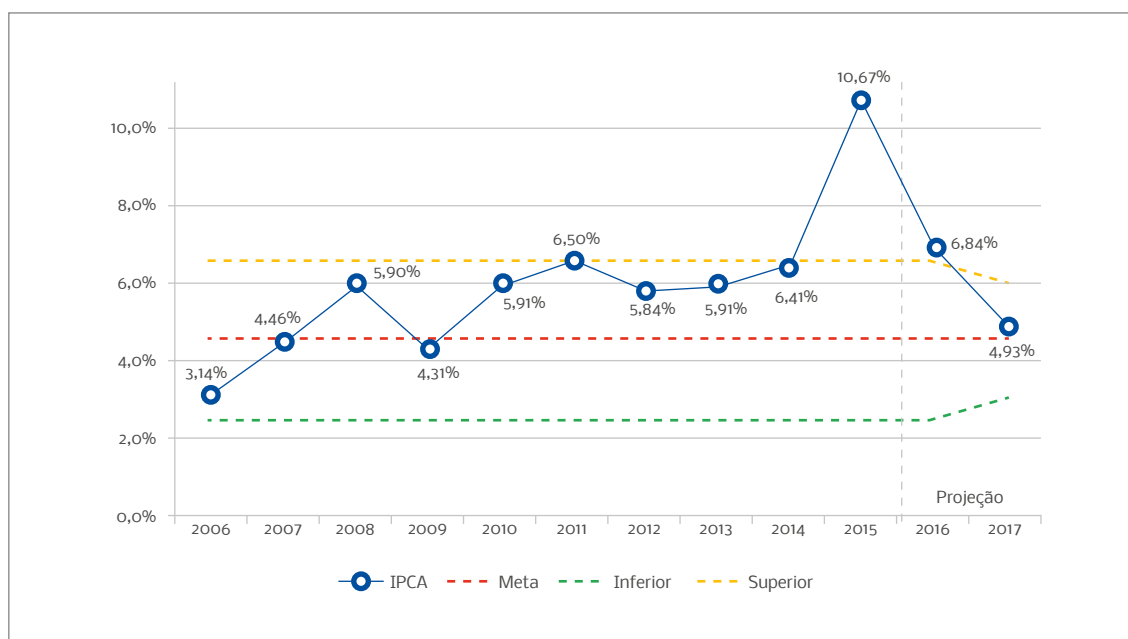
O crescimento no PIB total, embora modesto, será reflexo de uma série de ações do atual governo, como a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 241, que limita o crescimento dos gastos governamentais nos próximos 20 anos, a reforma da previdência social e uma reforma tributária parcial, que deve ser apresentada no primeiro semestre de 2017.

Essas ações e propostas do governo federal fazem com que os agentes econômicos mantenham boas perspectivas para a economia brasileira. As expectativas positivas já estão sendo precificadas na taxa de câmbio, na inflação e na classificação de risco pelas agências internacionais.

É importante destacar que o crescimento previsto para a economia deve ser puxado pela demanda interna - tanto pelo consumo quanto pelos investimentos das famílias - mas se dará de uma forma mais lenta do que observado em outros períodos. Isso se deve ao grande peso das dívidas nos orçamentos familiares, ocasionadas pelo desemprego ou pela ausência de aumentos salariais reais.

Em 2017, a inflação brasileira deve se acomodar em níveis dentro do limite superior da meta (gráfico 1). As medidas adotadas pelo governo até o momento para conter a escalada de preços estão acarretando resultados positivos. As últimas atas do Comitê de Política Monetária (Copom) apontam que a inflação apresentou números favoráveis nos últimos meses de 2016, principalmente por conta dos reajustes negativos em alguns preços controlados, como combustíveis e tarifas de algumas distribuidoras de energia elétrica.

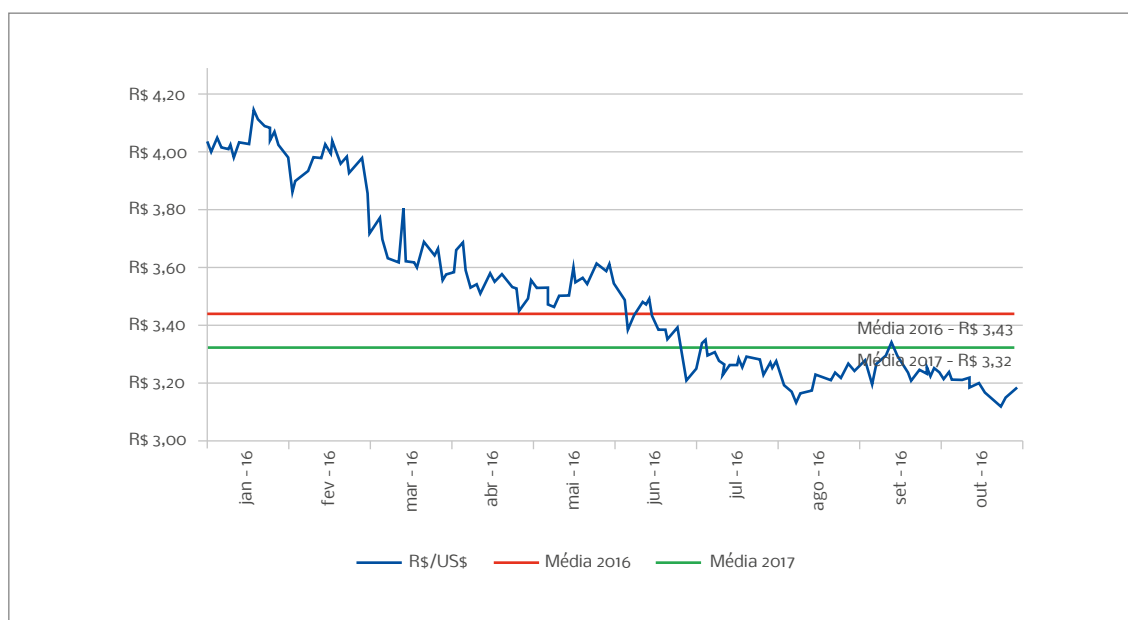
Gráfico 1. Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)



Fonte: IBGE; (2016 e 2017 - projeção Boletim Focus 11/11/2016); Elaboração CNA.

A estabilização da inflação, associada à retomada do crescimento econômico e à estabilização do câmbio (gráfico 2), permitirá que a autoridade monetária consiga reduzir o nível da taxa básica da economia (Selic) para a casa dos 10,75% ao final de 2017, fato que deverá contribuir para a redução das taxas de juros aplicadas sobre o crédito rural no próximo Plano Agrícola e Pecuário.

Gráfico 2. Câmbio (R\$/US\$ até 31.10)



Fonte: BCB; (média 2016 e 2017 Boletim Focus11/11/2016); Elaboração CNA.

Quanto ao nível de emprego, as melhoras só serão percebidas no médio prazo (entre o final de 2017 e o início de 2018), após os ajustes da economia para a retomada do crescimento econômico. A taxa de desemprego tende a ser a primeira afetada em períodos recessivos e a última que apresenta melhoras. Os níveis de produtividade do trabalho em 2017 deverão alcançar os patamares observados antes da crise, o que deve reduzir a taxa de ociosidade hoje presente em toda a economia brasileira.

Balanço 2016

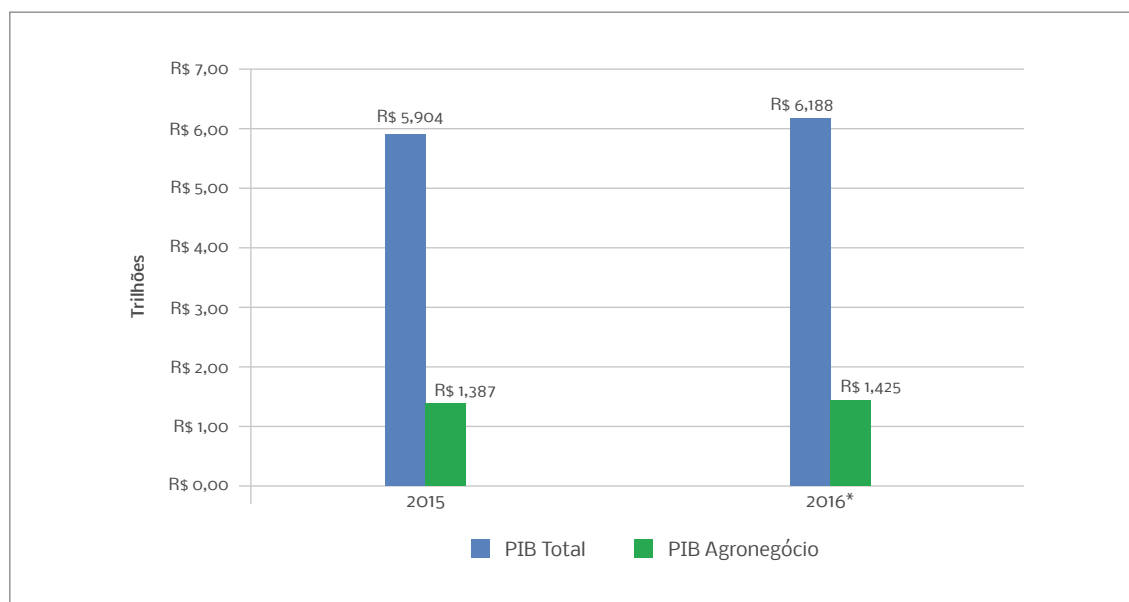
SETOR AUMENTA PARTICIPAÇÃO NO PIB TOTAL

Os números previstos para a variação do PIB do Brasil em 2016 não são nada animadores. De acordo com os resultados preliminares - até junho - do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o indicador apresentou queda de 4,6% em relação ao mesmo período de 2015.

Com este resultado, 2016 será o quarto ano consecutivo em que o PIB cai no primeiro semestre, fato que nunca foi observado desde o início da série histórica, em 1996. Segundo as estimativas, este número deve ser um pouco melhor no acumulado até dezembro, atingindo queda de aproximadamente 3,3%.

Diferentemente do resultado global do Brasil, o PIB do agronegócio deve crescer entre 2,5% e 3% em 2016, demonstrando, assim, que o setor sofreu menos que os demais setores da economia em um ano tão adverso (gráfico 3). Este resultado ampliará a participação do setor na economia, devendo atingir aproximadamente 23% do total do PIB brasileiro.

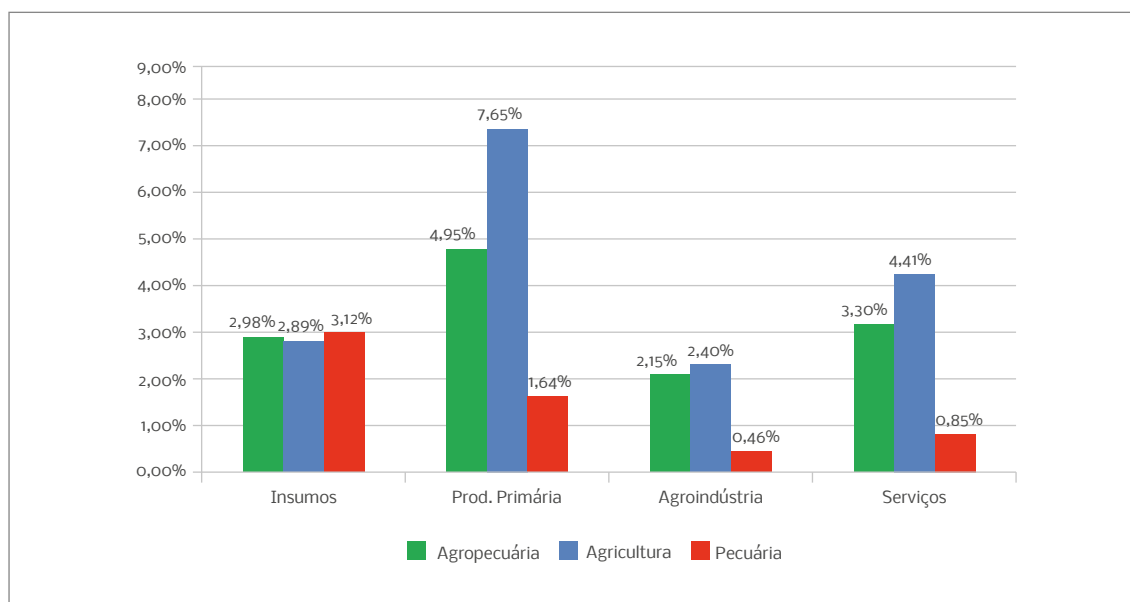
Gráfico 3. Projeções da variação do PIB total e agronegócio



Fonte: IBGE e Cepea/USP; 2016 projeção Núcleo Econômico/CNA.

O PIB do agronegócio considera os segmentos de insumos, produção primária, agroindústria e serviços, tanto no ramo agrícola quanto no pecuário. Até agosto, o indicador apresentou variação de 3,4% em 2016, com destaque para o segmento da produção primária, que apresentou crescimento de 4,95%, seguido por serviços, que cresceu 3,30%, insumos, 2,98%, e a agroindústria, 2,15% (gráfico 4).

Gráfico 4. Taxas de crescimento acumuladas em 2016 (%) (jan-ago)



Fonte: CNA e Cepea/USP.

É importante destacar que essa variação até agosto não contempla as quedas nas produções e preços visualizadas em setembro, outubro e no início de novembro, fazendo com que esta projeção esteja superdimensionada.

A variação entre os segmentos agrícola e pecuário ocorreu de forma semelhante em todos os setores pesquisados, com destaque para o setor primário, ou dentro da porteira. A queda de 4,84% na produção de produtos agrícolas não foi suficiente para afetar o crescimento do indicador do PIB primário, visto que a alta de 18,5% nos preços médios reais impulsionou o resultado dentro da porteira. A pecuária não se beneficiou de crescimento tão robusto nos preços quanto a agricultura, apresentando crescimento de 2,9% nos preços. Já na produção, houve queda estimada em 0,35% quando comparado a 2015.

Esses números são reflexo do ambiente macroeconômico brasileiro, principalmente nas atividades agropecuárias diretamente ligadas ao consumo interno. Com a queda na atividade econômica, índice de desemprego atingindo 11,4% e a inflação ainda acima da meta, os produtos com maior participação na pauta de exportações seguiram as tendências altistas de preços, enquanto que os de consumo doméstico não apresentaram crescimentos reais de preços.

Valor Bruto da Produção (VPB)

Perspectivas 2017

AGRICULTURA PUXA CRESCIMENTO DO VBP EM 2017

O cenário econômico internacional será o responsável pelo comportamento dos preços das principais *commodities* agrícolas em 2017. Os estoques mundiais estão em relativa normalidade e os juros baixos nas economias desenvolvidas estão gerando especulação financeira em todo o mundo. As inversões de capital externo não deverão ser aplicadas na produção e comercialização de produtos agropecuários. Desta forma, o valor bruto da produção (VBP) brasileiro no próximo ano deve atingir R\$ 554,2 bilhões, crescimento de 2,3% em relação a 2016 (R\$ 541,7 bilhões).

Segundo a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), em 2017, a expectativa para a agricultura é de faturamento de R\$ 354,9 bilhões (3,4% a mais que em 2016). A receita projetada para a pecuária é de R\$ 199,2 bilhões, resultado estável na comparação com este ano (0,4%).

A alta do VBP no próximo ano resulta, principalmente, do aumento do faturamento das seguintes culturas: feijão (19,8%), algodão (15,1%), arroz (13,8%), milho (7,6%), frango (7,3%), laranja (7%) e soja (4,9%). Por outro lado, estima-se queda no VBP do trigo (17,6%), cacau (11,1%), café (6%), leite (4,6%) e carne bovina (0,5%).

O crescimento previsto para o feijão se dará tanto pela ampliação de área plantada na próxima safra como pelo aumento da produtividade. Contudo o preço não deverá se manter nos níveis recordes observados em 2016. Assim, o VBP da leguminosa deverá atingir R\$ 10,1 bilhões.

O algodão e o arroz devem seguir a mesma tendência de expansão de área e elevação de produtividade. Os preços se manterão nos patamares médios de 2016 e o faturamento destas culturas será de R\$ 4,7 bilhões e R\$ 10,3 bilhões, respectivamente.

Para o milho, a previsão também é de aumento de área cultivada e produtividade. No entanto as cotações serão inferiores às observadas em 2016. Assim, o VBP do setor em 2017 deve atingir R\$ 54,4 bilhões, variação de 7,6% em relação a este ano.

Para a laranja, a expectativa é de crescimento da produção, mas os preços ficarão nos mesmos níveis de 2016. Estima-se que o VBP da laranja alcance R\$ 6,2 bilhões, elevação de 7% se comparado ao faturamento de 2016. O crescimento previsto para a produção é decorrente do impacto da seca nas principais regiões produtoras (São Paulo e Minas Gerais) em 2016, nos períodos de formação e crescimento dos frutos.

No caso da soja, apesar da queda das cotações no país, puxada pelas boas safras norte-americana e argentina, a produção brasileira deve atingir 104 milhões de toneladas na safra 2016/2017, recorde histórico para a cultura. O crescimento se dará pelo aumento da produtividade, pois a área plantada terá aumento de no máximo 2%. Dessa forma, o faturamento da oleaginosa alcançará a cifra de R\$ 133,1 bilhões, elevação de 4,9% frente aos R\$ 126,9 bilhões estimados para 2016.

Entre as principais quedas previstas na receita, o café deve ser uma das culturas mais afetadas. Com VBP estimado em R\$ 23,7 bilhões, o setor deve ter recuo de 6% na compara  o com 2016. Os preços do grão devem subir 6%, mas a eleva  o não será suficiente para reverter a tendência de retra  o do faturamento total, pois a queda na produ  o está estimada em 11,4% (44 milhões de sacas). Vale destacar que 2017    ano de bienalidade negativa da cultura. Será importante observar o desenvolvimento da safra nos principais países produtores de café, pois efeitos climáticos adversos nessas regiões devem impactar positivamente os preços aqui no Brasil.

Para o cacau, haverá leve queda na produ  o, reflexo dos impactos da seca no período de forma  o dos frutos no sul da Bahia, uma das principais regiões produtoras do país. A queda na produ  o está estimada em 8,5% e os preços vão ter redu  o de 2,8% em 2017.    importante lembrar que os preços ainda ficarão em patamares historicamente altos, mas o *boom* de preços observados em 2016 ocorreu devido    quebra de safra nos países africanos. A tendência de queda nas cota  es da amêndoa já pode ser observada nos contratos futuros (vencimentos em 2017 e 2018) negociados na Bolsa de Nova Iorque. O faturamento do setor deve ser de R\$ 2,5 bilhões em 2017.

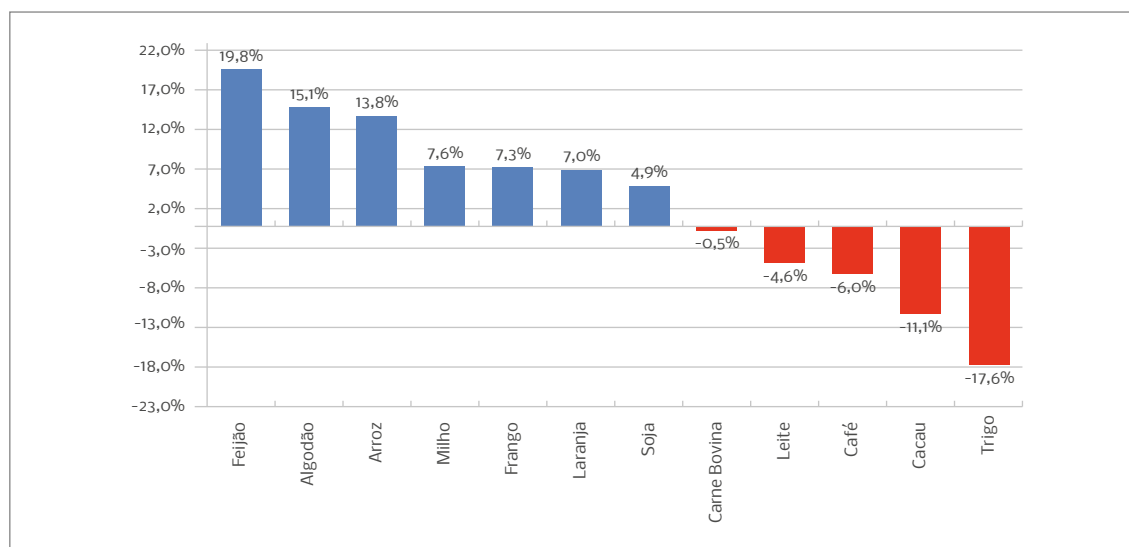
Para o trigo, o VBP estimado    de R\$ 4,0 bilhões. A queda no faturamento    atribuída    queda dos preços. A produ  o deve ser mantida em 6,34 milhões de toneladas.

Na pecuária, as principais quedas no faturamento observadas são para o leite (4,6%) e para a carne bovina (0,5%), com valores de R\$ 37,1 bilhões e R\$ 97,8 bilhões, respectivamente.

O crescimento estimado em 2% na produ  o de carne bovina não será suficiente para a manuten  o do faturamento. Os preços devem cair 2,5%, devido    crise econômica brasileira e, conseqüentemente,    queda na renda dos consumidores. Este fator tem estimulado a substitui  o da carne bovina por carne de frango e suína.

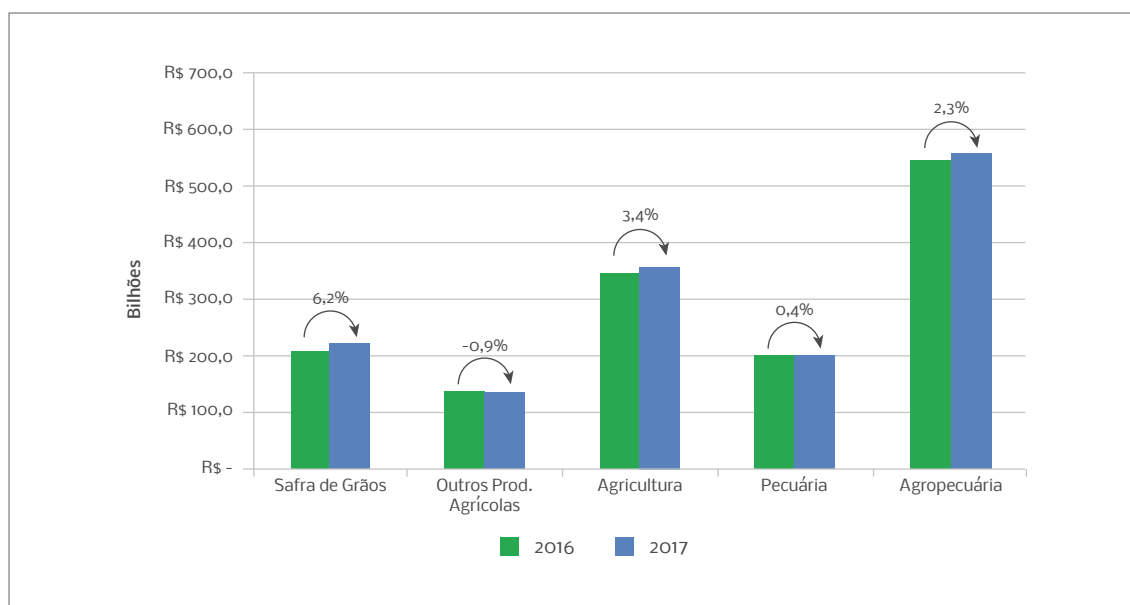
Embora a previsão para o leite    de manuten  o na oferta, os preços pagos aos produtores devem ficar abaixo dos observados na média deste ano, com queda prevista de 4,6%.

Gráfico 1. Principais varia  es no VBP estimado para 2017



Fonte: CNA.

Gráfico 2. Previsão do VBP em 2016 e 2017



Fonte: CNA.

Balanço 2016

RECEITA DO SETOR FICA ABAIXO DO VBP DE 2015

Intempéries climáticas afetam a produção no Brasil e impactam a rentabilidade do setor. O VBP de 2016 não atinge seu potencial máximo devido à quebra na produção de algodão, arroz, feijão e milho. As regiões produtoras de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e no Matopiba sentiram os impactos da estiagem prolongada no início do ano que afetou as safras de algodão e milho safrinha. No Rio Grande do Sul, o excesso de chuvas causou grande impacto na cultura do arroz.

Desta forma, o VBP em 2016 deve atingir R\$ 541,7 bilhões, 1,3% a menos do que o resultado de 2015. O valor estimado para os produtos agrícolas está projetado em R\$ 343,2 bilhões, queda de 1,1%. Na pecuária, a receita será de R\$ 198,4 bilhões, decréscimo de 1,6% quando comparado com o ano anterior.

No segmento agrícola, observou-se, ao longo do ano, queda significativa na produção nestas atividades: uva (34,2%), feijão (21,7%), milho (21,2%), algodão (17,6%), arroz (14,8%), tomate (6,8%), laranja (4,8%) e soja (0,8%). Já os produtos que tiveram recuo nos preços foram a banana (24,7%), tomate (23,8%), cebola (8,0%) e a batata-inglesa (5,0%).

De acordo com o último relatório de safra, divulgado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a safra de grãos 2015/2016 atingiu 186,4 milhões de toneladas, queda de 10,3% quando comparada com a safra anterior. Este resultado interrompe uma sequência de seis safras consecutivas de crescimento. Os impactos foram sentidos em 21 estados produtores e essa quebra impactou diretamente o faturamento bruto do setor.

O faturamento da soja, que corresponde a 23% do total do VBP, apresentou queda de 2,1% em relação a 2015. A queda na produção de 0,8% foi suficiente para influenciar a receita dos produtores da oleaginosa e a estimativa do VBP atingiu R\$ 126,9 bilhões neste ano.

A cana-de-açúcar foi o segundo produto de maior relevância econômica no setor agrícola em 2016. O VBP da atividade deve encerrar o ano com faturamento de R\$ 51,9 bilhões, queda de 7,6% frente ao desempenho de 2015 (R\$ 56,1 bilhões).

O terceiro destaque na agricultura é o milho, com elevação de 10,7% quando comparado com o VBP de 2015. O setor deve faturar R\$ 50,6 bilhões. A quebra de safra (21,2%), ocasionada por motivos climáticos, não foi suficiente para derrubar o faturamento, pois a valorização do cereal foi muito significativa - 40,5% em relação à safra anterior.

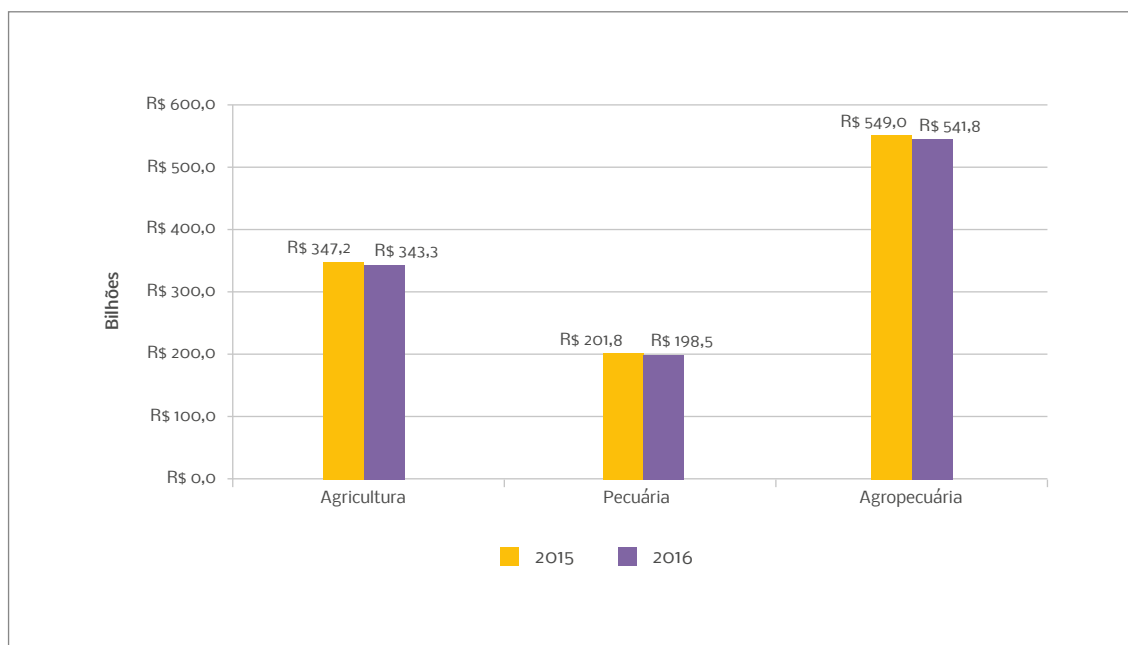
O café deve ter faturamento de R\$ 25,3 bilhões neste ano, alta de 16,1% em relação a 2015. O fator responsável por este desempenho foi o crescimento da produção (14,8%), aliado a uma leve valorização nos preços (1,1%). O produto apresentou nos últimos dois anos safras muito abaixo do esperado, afetadas por motivos climáticos. A safra deste ano, de 49,6 milhões de sacas beneficiadas, apenas retorna aos níveis de produção da safra de 2013.

Para os produtos pecuários, o destaque de faturamento para este ano é a carne bovina, com VBP de R\$ 98,3 bilhões. O setor apresenta queda de 3,6% frente a 2015. Este resultado é reflexo da produção menor e do recuo dos preços reais. Parte desse comportamento é reflexo da crise econômica brasileira. Com renda menor, as famílias optaram por substituir a carne bovina por frango, suínos e ovos.

A receita da carne de frango deve totalizar R\$ 37,5 bilhões, com elevação na produção de 0,4%. O faturamento dos suínos será de R\$ 13,3 bilhões, com crescimento de 7,1% na oferta. A produção de ovos apresentou o maior crescimento no VBP no ramo pecuário em 2016. Com elevação de 4,7%, o setor encerra o ano com previsão de faturamento de R\$ 10,3 bilhões.

A pecuária de leite apresentou o segundo maior crescimento do faturamento pecuário em 2016. Mesmo com pequena queda na produção (0,6%), a alta de 2% nos preços foi suficiente para sustentar um crescimento de 1,2% na receita do setor, que deverá ser de R\$ 38,5 bilhões em 2016.

Gráfico 3. Previsão do VBP em 2016 e 2015



Fonte: CNA.

Política Agrícola

--	--	--

Perspectivas 2017

PRODUTOR RURAL ESTARÁ MAIS EXPOSTO À RESTRIÇÃO DE CRÉDITO NA SAFRA 2016/2017

A sustentação do crescimento da agropecuária brasileira demanda a pulverização das fontes de financiamento para o setor, a maior inclusão financeira dos produtores rurais e o fortalecimento da gestão de riscos agropecuários.

O crédito rural oficial no Brasil, baseado na obrigatoriedade de os bancos ofertarem uma parcela dos saldos em depósitos à vista e em poupança ao setor agropecuário, tem sido prejudicado pela crise econômica. Por um lado, a inflação acima da meta nos últimos anos e a consequente elevação da taxa de juros como mecanismo de controle levaram os investidores a transferirem as aplicações da poupança para produtos mais rentáveis. Por outro lado, os altos índices de desemprego implicaram na elevação dos saques dos depósitos em poupança. Pelo lado dos ofertantes de crédito, as instituições financeiras tem adotado a prática das aplicações automáticas, o que reduz sobremaneira os saldos em depósitos à vista. Esses fatores têm limitado a disponibilidade de recursos para o setor via Sistema Nacional de Crédito Rural.

Outro fator que tende a gerar restrição de crédito bancário é o alongamento dos prazos para reembolso dos financiamentos tomados na safra 2015/2016, em decorrência da perda de produção em diversas regiões do país. Com o aumento dos prazos, as instituições financeiras reclassificam seus clientes em relação ao risco de inadimplência, o que deverá criar algumas dificuldades na contratação de recursos nas próximas safras.

A outra parcela do *funding* para o custeio da agropecuária, que conta com recursos das *tradings*, das indústrias de insumos e das revendas, tem se organizado de forma cada vez mais concentrada. Em 2016, a multinacional de sementes e agroquímicos Syngenta foi comprada pela estatal chinesa ChemChina, as norte-americanas da área química e de defensivos agrícolas Dow Chemical e DuPont fundiram-se e a norte-americana Monsanto, grande produtora de sementes geneticamente modificadas e herbicidas, foi adquirida pela Bayer, empresa alemã dos setores químico e farmacêutico. Essas incorporações bilionárias no mercado mundial tendem a afetar a oferta de crédito no mercado brasileiro, especialmente nas regiões onde a maior parcela do financiamento é não bancário, como no Centro-Oeste e na Região do Matopiba (acrônimo formado com as iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia).

Os recursos próprios dos produtores rurais, que também compõem parcela significativa das fontes de financiamento do setor, foram comprometidos com a quebra da safra 2015/2016 e com a necessidade de alongamento dos prazos de reembolso dos financiamentos.

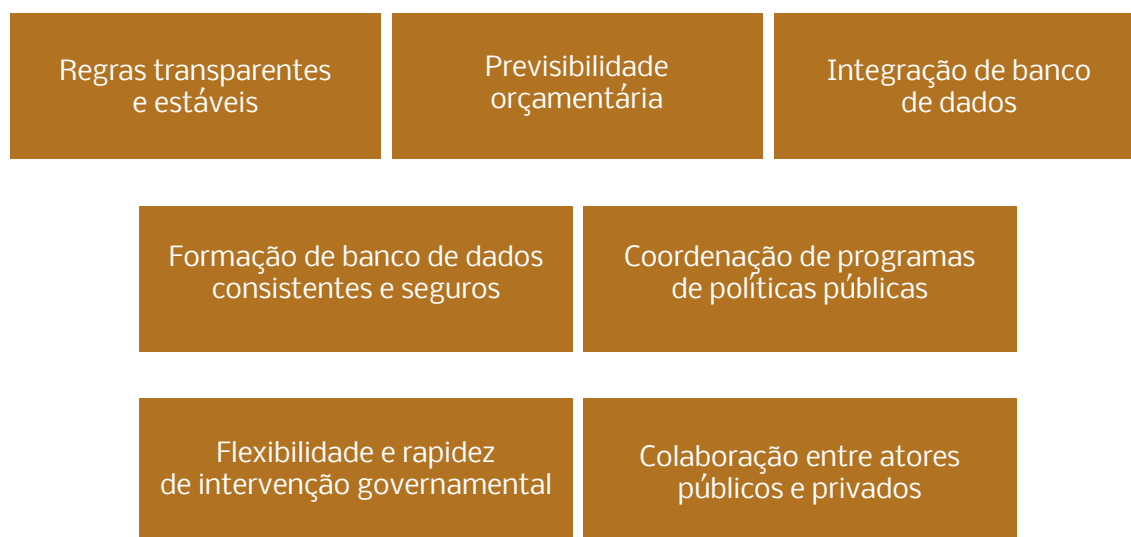
Além da limitação do crédito, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 241/2016, que tramita no Congresso Nacional, tem impactos esperados sobre o setor agropecuário em 2017 e nos próximos anos. A proposta estabelece o teto para a despesa primária de um ano como o valor da despesa primária realizada no exercício anterior, corrigido pela inflação (IPCA) do período de referência. Como principal implicação, destaca-se a limitação da ampliação de recursos destinados à equalização da taxa de juros para o crédito rural,

ao Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) e à operacionalização dos instrumentos da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM).

Por outro lado, a fim de fomentar novas fontes de financiamento para a agropecuária, a Lei nº 13.331/2016 modificou a Lei nº 11.076/2004 (Lei dos Títulos do Agronegócio), permitindo que o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA) e o Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) sejam emitidos com cláusula de correção pela variação cambial. Entretanto estabeleceu como condição que esses títulos sejam integralmente lastreados na mesma moeda e negociados exclusivamente com investidores não residentes. A Cédula de Produto Rural (CPR), principal lastro para essas operações, não pode ser emitida em dólar, de acordo com a legislação vigente. A expectativa é que a Lei nº 8.929/1994 seja alterada, possibilitando a emissão de CPR em moeda estrangeira e, como resultado, a operacionalização das operações de CDCA e CRA na mesma moeda.

A sustentação do crescimento da agropecuária brasileira depende da pulverização das fontes de financiamento do setor e da maior inclusão financeira dos produtores rurais, independente do tamanho da propriedade. Uma medida defendida pelo setor para a redução do risco de inadimplência e, em consequência, para maior acesso dos produtores ao mercado financeiro, consiste no fortalecimento da política de gestão de riscos agropecuários, sejam climáticos ou de preços. Esse fortalecimento requer a adoção de algumas medidas pelos setores público e privado, de forma coordenada, elencadas na figura 1.

Figura 1. Medidas para o fortalecimento da política de gestão de riscos agropecuários



Balanço 2016

CONDIÇÕES CLIMÁTICAS ADVERSAS REDUZEM A CAPACIDADE DE PAGAMENTO DO PRODUTOR RURAL

A perda de produção na safra 2015/2016, em decorrência de condições climáticas adversas em diversas regiões do país, foi expressiva. A safra brasileira de grãos está estimada em 186,4 milhões de toneladas, quebra de 21,4 milhões de toneladas em relação à safra 2014/2015, que totalizou 207,8 milhões de toneladas. Essa retração interrompeu uma série de seis safras consecutivas de recordes na produção e impactou no faturamento do setor, na capacidade de pagamento dos produtores e no nível de inadimplência dos financiamentos de crédito rural.

No Rio Grande do Sul, o excesso de chuvas ocasionou plantio de arroz fora da janela ideal e a baixa luminosidade prejudicou o desenvolvimento da cultura, refletindo em queda de produtividade do cereal na safra 2015/2016. A produção de soja também foi comprometida no estado, em áreas de várzea.

A Região Centro-Oeste perdeu 11,1 milhões de toneladas da safra de milho (retração de 28,1% em relação à safra 2014/2015), especialmente o milho segunda safra, em decorrência do déficit hídrico. Devido ao aumento dos custos de produção, às restrições de crédito e ao câmbio desvalorizado, a parcela significativa da safra do cereal havia sido comercializada antecipadamente. A retração da produção obrigou os produtores rurais a renegociar os contratos com as *tradings* ou a pagar multas sobre a quantidade de milho não entregue.

No Espírito Santo, o longo período de estiagem durante a última safra impactou drasticamente a produção de café no estado, o que comprometeu a renda e a capacidade de pagamento dos produtores dos financiamentos contratados na safra 2015/2016. Devido à baixa precipitação pluviométrica, até mesmo cafezais irrigados foram prejudicados, causando danos na produção e nas lavouras.

Na Região do Matopiba, afetada por estiagens prolongadas, seca e altas temperaturas nas últimas cinco safras, a produção de grãos e fibras caiu 40% no Maranhão, 30,7% em Tocantins, 52,8% no Piauí e 34,6% na Bahia, na safra 2015/2016 em relação à safra 2014/2015.

Visando amenizar os impactos dessas perdas, permitir que os produtores continuem na atividade agropecuária e tenham condições de formar as suas lavouras na safra 2016/2017, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) pleiteou o alongamento dos prazos para reembolso das parcelas de operações de crédito rural de custeio e investimento, vencidas ou que vencem em 2016, nas regiões mais afetadas pelas condições climáticas adversas.

O Banco Central autorizou a renegociação das operações de crédito rural nessas regiões, nos municípios nos quais tenha sido decretada situação de emergência ou estado de calamidade pública com reconhecimento pelo Ministério da Integração Nacional. Uma série de resoluções foi publicada pelo Banco Central, estabelecendo as regras para renegociação em cada região, conforme a tabela 1.

Tabela 1. Marco legal para alongamento dos prazos para reembolso do crédito rural na safra 2015/2016

Resolução BCB	Estados e regiões atendidos	Produto	Prazos para reembolso		Encargos financeiros	Prazo para formalização
			Custeio 2015/2016	Custeio prorrogado e Investimento		
4.504	RS, SC, PR	Arroz	Em até cinco parcelas anuais.	1 (um) ano após o vencimento do contrato de financiamento.	Contratuais de normalidade.	Até 30/12/16.
4.508	RS	Soja				
4.519	MATOPIBA, Centro-Oeste, ES	Todas as culturas		Para até 1 (um) ano após o vencimento final do contrato, para cada parcela prorrogada.	Os mesmos pactuados na contratação do crédito.	Até 31/12/16.
4.522	ES	Café				

Fonte: Elaborado a partir das Resoluções do Banco Central (2016).

No mercado de seguro rural, a liquidação extrajudicial da Nobre Seguradora do Brasil pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) surpreendeu os agentes. A seguradora era uma das dez empresas que atuavam no ramo rural no país e estava habilitada ao Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR). A falência impactou mais de dois mil produtores, que, no dia 4 de outubro, tiveram suas apólices automaticamente canceladas pelo decreto de liquidação da seguradora. Esse evento, inédito no mercado de seguros rurais no Brasil, gerou diversos inconvenientes aos produtores: necessidade de contratação de novas apólices de seguro com outra seguradora, custos adicionais decorrentes das novas contratações e incerteza quanto ao ressarcimento dos prêmios pagos à Nobre Seguradora e à possibilidade de concorrer à subvenção ao prêmio de seguro rural. Para produtores de soja, milho, trigo, maçã e cebola, esse fato se somou ao contexto negativo observado este ano.

Perspectivas 2017

INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA, INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE SERÃO ESSENCIAIS PARA AUMENTO DAS EXPORTAÇÕES

As projeções que apontam para um cenário global mais positivo em 2017, com melhores preços das matérias-primas, trazem boas expectativas para o agronegócio brasileiro. O dólar ainda fortalecido frente ao Real e o mercado interno desaquecido criam um ambiente favorável às exportações. Desta forma, no próximo ano, o setor continuará aumentando o volume de vendas externas, a participação no comércio exterior e a geração de empregos, sendo fundamental para a recuperação econômica do país. Por outro lado, investimentos em inovação, tecnologia, sustentabilidade, infraestrutura e logística serão cruciais para o aumento da competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional. Isso permitirá agregar valor às exportações e diversificar os mercados de destino.

As expectativas de recuperação econômica foram adiadas para o próximo ano. A desaceleração da indústria e das vendas do comércio demonstra que algumas das condições que colocaram o país em crise persistem. Essa incerteza sobre o futuro próximo faz com que os produtores brasileiros continuem a buscar oportunidades para seus produtos no mercado externo.

O mercado seguirá marcado pela cautela relacionada à variação cambial, ainda que em menor intensidade do que em 2016. Embora a valorização do dólar aponte para um cenário favorável às exportações brasileiras, esta continuará afetando diretamente o custo de produção de algumas cadeias - principalmente o preço dos agroquímicos e maquinários importados.

China, União Europeia e Estados Unidos seguirão como os principais destinos para os produtos brasileiros. Entretanto, o fortalecimento das economias da América Latina e do Caribe deve aproximar mais o Brasil de seus parceiros comerciais na região.

A eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos, os conflitos no Oriente Médio, a possível saída do Reino Unido da União Europeia, as oscilações na economia chinesa e a conclusão e ratificação de acordos comerciais também deverão influenciar a dinâmica e o fluxo do comércio global. Os produtores rurais precisarão estar preparados para lidar com esses desafios e minimizar os riscos.

Portanto, o Brasil deve buscar uma política de atração de investimentos que permita ao país intensificar a produção de forma eficiente, segura e sustentável. Esses investimentos serão essenciais para a abertura de novos mercados, agregação de valor e diversificação da produção, respondendo, assim, às expectativas de uma sociedade mais exigente, atendendo consumidores mais sofisticados, competitivos e rentáveis.

Balanço 2016

VENDAS EXTERNAS CRESCEM EM VOLUME, MAS RECEITA FICA ESTÁVEL

O Brasil é um grande produtor de alimentos e um dos principais atores no mercado global de produtos do agronegócio. Neste ano, o setor se consolidou ainda mais e comprovou a sua importância para a economia do país, com participação robusta no comércio exterior e na geração de empregos. Apesar de algumas cadeias sofrerem quedas nas vendas externas, o volume das exportações do setor deve aumentar em 2016.¹

A CNA estima que as exportações totais do agronegócio atinjam a marca de US\$ 86 bilhões, valor 2,5% abaixo do verificado em 2015. As contínuas dificuldades econômicas enfrentadas pelo país, aliadas à queda nos preços das *commodities* e às condições climáticas que afetaram a safra este ano, foram determinantes para esse cenário.

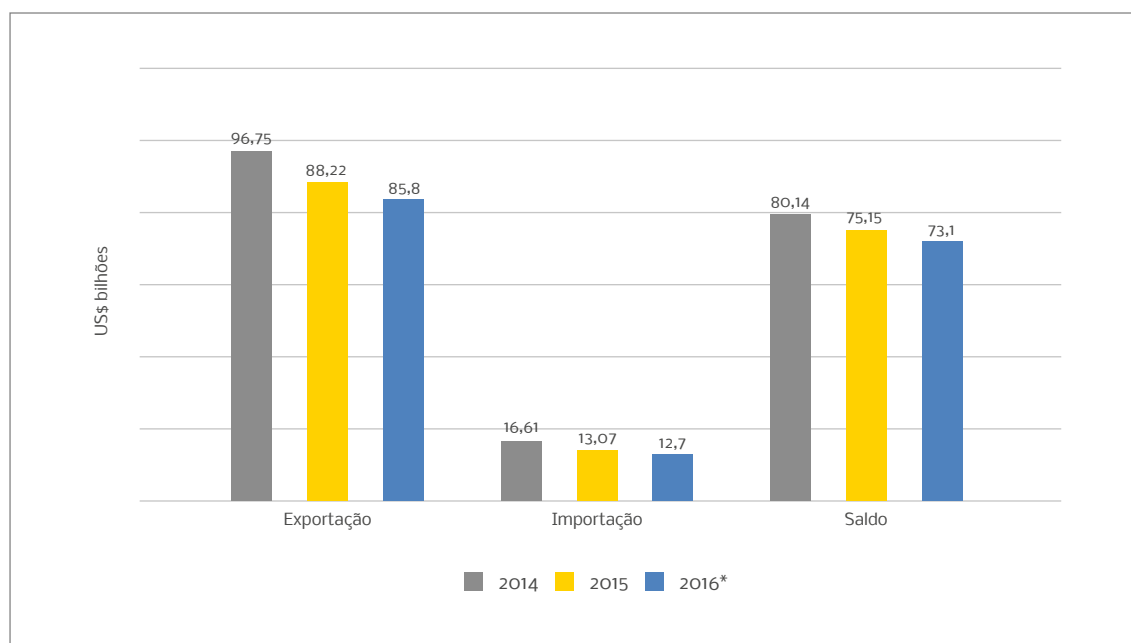
Por outro lado, o volume dos embarques agropecuários e agroindustriais deve bater novo recorde, encerrando 2016 em 170 milhões de toneladas, 4% acima de 2015. Em parte, esse aumento é decorrente da desvalorização do Real frente ao dólar americano. Porém, a abertura de novos e promissores mercados para produtos do setor também contribuiu para esse incremento. Essa tendência de maior volume e menor valor embarcado indica que a baixa no preço médio das *commodities* afeta o faturamento do exportador brasileiro, mas que o produto, em si, segue altamente competitivo e demandado no mercado externo.

As importações mostram tendência parecida: maior volume e menor valor. O Brasil possui uma população numerosa e atraente para países exportadores, mesmo em meio às dificuldades políticas e econômicas. Assim, embora o país seja um grande produtor agropecuário, ele também importa alguns bens do agronegócio. Em 2016, estima-se que as compras de produtos agropecuários do exterior se aproximem de US\$ 13 bilhões e o volume de 20 milhões de toneladas.

Os países que compõem o Mercosul (Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela) devem responder, juntos, por aproximadamente 38% das importações brasileiras de produtos do agronegócio em 2016. A União Europeia, por sua vez, deve ocupar 17% desse mercado, seguida por Estados Unidos (10%).

¹ Valor e volume de comércio citados nesse capítulo foram estimados pela Superintendência de Relações Internacionais da CNA com base nos dados de comércio exterior divulgados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Balança comercial do agronegócio brasileiro

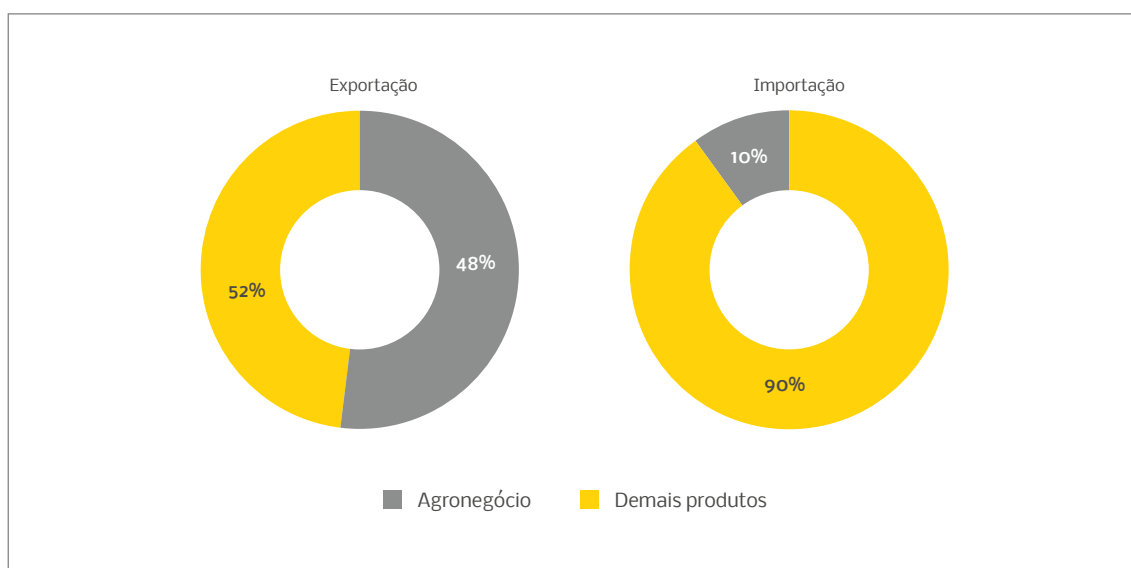


Elaboração: SRI/CNA.

* Os valores de 2016 foram estimados a partir dos dados do Agrostat/Mapa.

A participação do setor no total exportado pelo Brasil deve ser maior em 2016. Se, em 2015, o agronegócio foi responsável por 46,2% das exportações, este ano o percentual das vendas pode chegar a 48%. Já no que se refere às importações, a participação do setor não deverá ultrapassar os 10%.

Participação do agronegócio no valor de comércio exterior do Brasil (janeiro a outubro de 2016)



Fonte: Aliceweb/MDIC | Elaboração: SRI/CNA.

Principais complexos exportadores

Os produtos que compõem o **complexo soja** - soja em grãos, farelo e óleo - lideram as exportações do país, totalizando US\$ 25,5 bilhões (68 milhões de toneladas) em 2016. Esses números refletem queda tanto no valor quanto no volume. Estima-se que, juntos, esses produtos representem 30% das vendas externas do agronegócio brasileiro.

Em segundo lugar, vem o setor de **carnes**. As vendas devem superar US\$ 14 bilhões neste ano, receita 3% inferior àquela registrada no ano anterior. O volume exportado em 2016, por sua vez, deve aumentar cerca de 6%.

- Na cadeia de **carne bovina**, chamam a atenção os embarques para Hong Kong, principal destino para esse produto brasileiro, e China. Este último reabriu seu mercado para a carne bovina do Brasil em maio de 2015 e já é o terceiro principal importador desse item. Além disso, em 2016, concretizou-se a abertura do mercado dos Estados Unidos para a carne bovina *in natura* brasileira. Os primeiros embarques desse produto brasileiro ocorreram em setembro. Os norte-americanos são os principais consumidores mundiais do produto, responsáveis por 20% do total. Por outro lado, houve queda nos embarques para Rússia e Venezuela. Essa é uma tendência que se iniciou ainda em 2015 e que continuou este ano, resultado da perda do poder de compra desses países devido à baixa cotação do barril de petróleo e do gás natural.
- No caso da **carne de frango**, a Arábia Saudita, principal importadora, comprou quantidades bastante inferiores àsquelas de 2015. No entanto países como China, Hong Kong e Egito importaram significativamente mais, equilibrando os embarques e o faturamento do setor. Também cresceram as vendas brasileiras para o México, mercado recentemente aberto para este produto. A carne de frango do Brasil tem acesso a cerca de 150 países e atinge os principais mercados importadores do produto.

Em 2016, estima-se que o **complexo sucroalcooleiro** retome a terceira posição (perdida em 2015 para os produtos florestais) entre os principais agrupamentos de produtos exportados do agronegócio brasileiro. Houve alta expressiva na cotação internacional do açúcar, em função do déficit na produção mundial. Essa alta também motivou a recuperação do setor sucroalcooleiro, que passou por uma das maiores crises da sua história. A queda no preço internacional do açúcar e a política de precificação dos combustíveis, que privilegiou a gasolina em detrimento do etanol, foram os principais causadores dessa crise, gerando aumento dos custos de produção, endividamento das usinas e falta de renovação dos canaviais. Além disso, a produção do setor também foi afetada por problemas climáticos. Entretanto, hoje, o complexo representa cerca de 13% das exportações totais do agronegócio brasileiro.

Para os **produtos florestais**, a receita das exportações deve apresentar pequena baixa em relação a 2015, fechando o ano em US\$ 10 bilhões. O volume embarcado, por outro lado, aumentou aproximadamente 14%, superando os 21 milhões de toneladas. Esse aumento se deve principalmente aos embarques de celulose para a China, de madeira para os Estados Unidos, União Europeia e México, e papel para o Peru. Também faz parte do setor florestal a borracha natural, do qual o Brasil mais importa do que exporta.

O setor de cereais, farinhas e preparações é o quinto maior exportador do agro brasileiro em 2016. Mesmo com o aumento nas exportações de milho observado ao longo do ano,

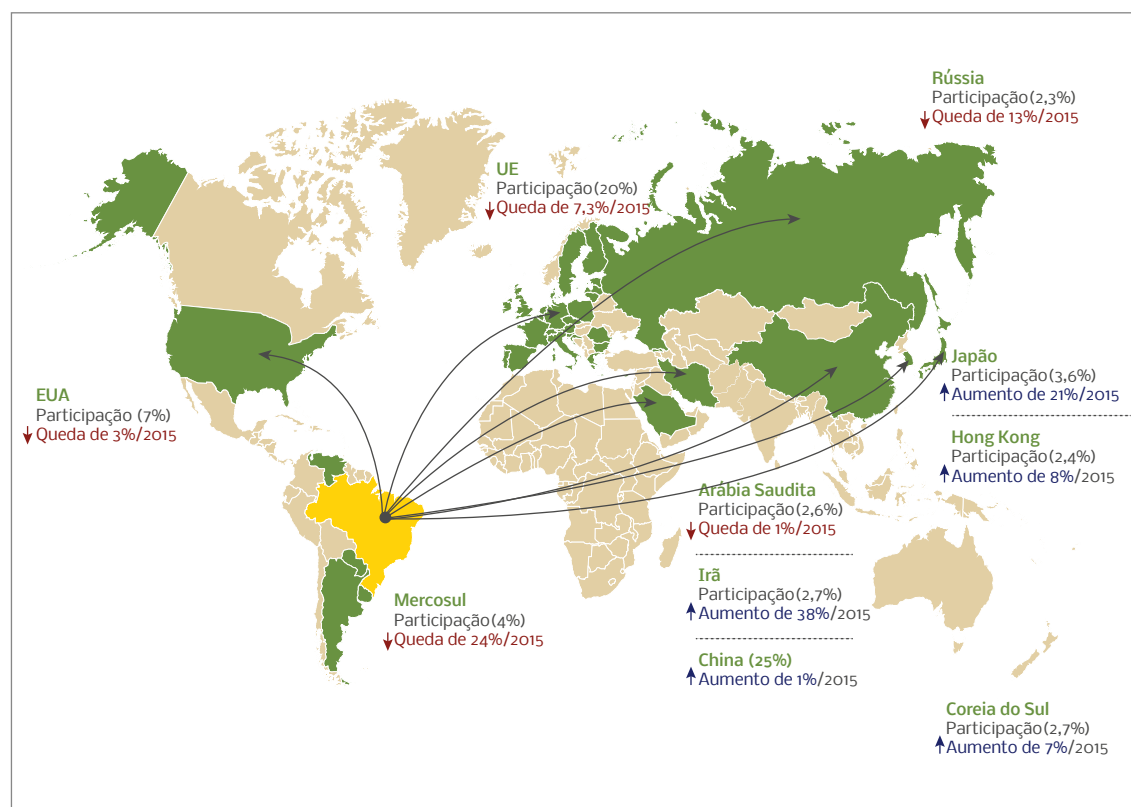
o setor deve fechar 2016 com vendas externas de US\$ 5,7 bilhões, valor 3% inferior àquele registrado em 2015. Já em termos de volume embarcado, o incremento aproxima-se de 2%, atingindo 32 milhões de toneladas. O Brasil é o terceiro maior produtor e 2º maior exportador mundial de milho, segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

Principais destinos das exportações do agro

Em 2013, a China assumiu a primeira colocação entre os principais importadores de produtos do agronegócio brasileiro, com compras que somavam US\$ 23 bilhões. Desde então, o gigante asiático se mantém como principal parceiro comercial do Brasil, responsável por cerca de 25% do total exportado pelo agronegócio em 2016. Além da soja, deve-se destacar também as compras chinesas de celulose, açúcares de cana e carnes. Em segundo e terceiro lugar vêm União Europeia e Estados Unidos.

Apesar de também concorrerem com o Brasil em diversas cadeias, as importações do Mercosul fizeram do bloco o quarto maior comprador de produtos do agronegócio brasileiro. No entanto os mercados que mais se destacaram no comércio exterior foram Japão, Coreia do Sul, Irã e Hong Kong, que em 2016 aumentaram significativamente as suas compras do agronegócio brasileiro.

Principais destinos, participação e variação das exportações do agronegócio brasileiro



Elaboração: SRI/CNA.

* Os valores foram estimados a partir dos dados do Agrostat/Mapa.

Mercado Internacional

--	--	--

Perspectivas 2017

O DESAFIO EM DEFENDER OS INTERESSES DA AGROPECUÁRIA NA AGENDA DE NEGOCIAÇÕES DO GOVERNO BRASILEIRO

O setor agropecuário desempenha papel fundamental na retomada do crescimento econômico ao sustentar o saldo positivo da balança comercial do país. A negociação de novos acordos comerciais e a ampliação de acordos já fechados pelo Brasil são ferramentas utilizadas para ampliar o acesso a mercados e colocar a economia de volta nos trilhos. O setor agropecuário precisa aproveitar essa oportunidade para defender seus interesses. É necessário difundir a imagem do Brasil como grande produtor de alimentos e *commodities* sustentáveis e de alta qualidade. É fundamental garantir que as ações para reduzir as barreiras não tarifárias também sejam prioridade nas negociações em mercados de interesse para os produtos agrícolas.

O mercado internacional tornou-se cada vez mais exigente em termos de qualidade dos produtos e sustentabilidade da produção. Apesar de o Brasil se destacar em ambos os critérios, o consumidor final conhece pouco sobre a competência do produtor brasileiro, a legislação e as iniciativas que garantem a sustentabilidade da produção no país. O governo brasileiro, por intermédio da Agência Brasileira de Promoção Comercial e Investimentos (Apex-Brasil), comprometeu-se em promover a imagem do agronegócio no exterior. Tais ações devem ser prioridade para 2017.

A redução de barreiras não tarifárias é outro tema fundamental para a agricultura. É importante que o governo e o setor agropecuário brasileiro estejam atentos ao uso de novas regulamentações internacionais como medidas protecionistas. Embora as normas relacionadas à saúde humana e animal sejam importantes, é necessário defender que elas estejam atreladas a critérios científicos, respeitando os organismos internacionais de referência. O processo de aprovação de novos eventos transgênicos na China e a incerteza sobre as regras de importação de OGM na União Europeia reduzem a transparência e a previsibilidade no mercado internacional de grãos. O mesmo problema ronda a regulamentação do uso de desreguladores endócrinos na Europa. Ambos os temas demandarão atenção redobrada no próximo ano.

Tão preocupante quanto as barreiras não tarifárias é a aplicação de altas tarifas por grandes mercados de produtos agropecuários. Com a conclusão de acordos comerciais, como a Parceria Transpacífica (TPP) e o Acordo da União Europeia com o Canadá (Ceta), o Brasil enfrenta o risco de perder competitividade e, assim, divisas com suas exportações. Por isso, é importante que o país siga buscando novos acordos comerciais que incluam a redução tarifária para produtos do agronegócio. A diminuição ou extinção de picos e escaladas tarifárias nesses mercados permitirá que o produtor rural e a agroindústria expandam suas vendas, gerando aumento de renda no campo.

No âmbito regional, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) defende a necessidade de um Mercosul mais ágil e moderno, uma demanda que o setor privado já apresenta há alguns anos. É grande a expectativa com relação aos rumos que o bloco sul-americano deve tomar, inclusive em razão das mudanças na política externa e comercial adotadas pela Argentina. É necessário conduzir com maestria essas mudanças pelos dois

principais integrantes do bloco, com o objetivo de obter melhores condições de negociação comercial para o Mercosul.

As negociações no âmbito multilateral têm avançado pouco, com a aprovação de pacotes com temas específicos e limitados. Após a aprovação da eliminação de subsídios à exportação de produtos agropecuários na Décima Reunião Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Nairóbi, o mundo volta seu olhar para Buenos Aires. Na conferência ministerial da OMC de 2017, que ocorrerá naquela cidade, o pilar de negociação da OMC precisará avançar rumo a uma liberalização cada vez maior do comércio agrícola internacional. Nesse sentido, é importante discutir a redução no apoio doméstico distorcivo ligado a produtos agropecuários. Nem todo apoio doméstico é prejudicial, mas é importante que essas medidas sejam sempre razoáveis e não se traduzam em vantagens desleais no comércio internacional. Espera-se que sejam transparentes as discussões de temas como a redução ou extinção de medidas distorcivas de apoio doméstico, e a definição sobre a questão dos estoques públicos para fins de segurança alimentar. Esses temas devem estar contemplados na Reunião Ministerial de Buenos Aires, com o objetivo de tornar mais justo o comércio agropecuário internacional.

Balanço 2016

AÇÕES PARA MAIOR INSERÇÃO INTERNACIONAL SÃO DESTAQUES DA POLÍTICA COMERCIAL BRASILEIRA

O primeiro semestre de 2016 foi marcado pela intensificação da crise política e consequente morosidade nas ações governamentais. No entanto, recentemente, o governo federal tem enfatizado que o Brasil precisa romper o relativo isolamento externo dos últimos anos e alcançar maior integração comercial no cenário global. Para tentar viabilizar mudanças nos rumos da política comercial brasileira, uma série de modificações na estrutura de comércio exterior brasileira foram implementadas nos últimos meses.

A Câmara de Comércio Exterior (Camex), principal órgão decisório da política comercial brasileira, foi incorporada à estrutura da Presidência da República, e o presidente da República passou a ser o presidente do Conselho de Ministros do órgão. Já a Secretaria Executiva da Camex foi incorporada ao Itamaraty, e o Comitê Executivo de Gestão é agora presidido pelo ministro das Relações Exteriores. A Apex-Brasil também foi transferida para o MRE.

Também houve mudanças nos representantes do agronegócio brasileiro ao redor do mundo. Em maio, foi aprovada a ampliação do número de adidos agrícolas, de 8 para 25. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e o MRE deverão definir em conjunto os locais para os quais os novos adidos serão enviados. A CNA apoia o aumento do número de adidos agrícolas, reconhecendo a importância fundamental desses profissionais para a manutenção e expansão da competitividade dos produtos agropecuários brasileiros no mercado externo.

No que diz respeito à agenda de negociações comerciais, o país começou a abandonar a apatia. Após 12 anos sem avanços, houve uma nova troca de ofertas de liberalização tarifária no âmbito do Acordo de Associação Birregional Mercosul-União Europeia em maio de 2016. O Mercosul ofereceu 87% de acesso direto ao seu mercado sem tarifas, enquanto a União Europeia ofereceu 91,5% de seu mercado. A troca de ofertas não foi satisfatória para o setor agropecuário, principalmente porque carne bovina e etanol foram excluídos nesse primeiro momento. Em outubro, aconteceu o encontro do Comitê de Negociações Birregionais (CNB), que marcou a primeira rodada de negociações após a troca de ofertas. Ficou claro, após o CNB, que os dois blocos precisam melhorar suas ofertas. A CNA apoia o aprimoramento da oferta brasileira, considerando que o comércio é uma via de mão dupla e que o agronegócio tem muito a ganhar com o incremento do intercâmbio comercial com a União Europeia.

No que diz respeito aos demais acordos em negociação, a expansão do Acordo Comercial entre Brasil e México avançou pouco em termos de acesso a mercados para produtos agropecuários. A CNA acompanhou, ainda, as negociações para a expansão do Acordo de Comércio Preferencial Brasil-Índia, que inclui pleitos ligados à abertura do mercado indiano para produtos agropecuários.

Já as negociações do Acordo de Parceria Transpacífica (TPP), do qual o Brasil não faz parte, foram concluídas e o acordo enfrenta agora o desafio de ser aprovado nos parlamentos nacionais de seus membros para entrar em vigor. A CNA elaborou

estudo sobre os impactos da TPP para a agropecuária brasileira, a partir do momento de sua aprovação. A redução de impostos de importação entre os 12 membros do bloco pode afetar principalmente as exportações brasileiras de fumo, carne bovina (*in natura* e termoprocessada) e suco de laranja, dentre outros. No âmbito normativo, a TPP criou regulamentos mais estritos que aqueles da Organização Mundial do Comércio (OMC) em relação a temas como barreiras sanitárias e fitossanitárias, barreiras técnicas, política de concorrência e coerência regulatória.

O país que mais se beneficiaria da TPP, no âmbito comercial e político, é os Estados Unidos, que ampliaria seu acesso a grandes mercados e ganharia uma ferramenta para contrabalancear a influência chinesa na bacia do Pacífico. Para o Brasil, a parceria reduz o papel do país na elaboração das regras que regerão o comércio global nas próximas décadas e pode reduzir as exportações aos mercados asiáticos e norte-americanos da parceria, especialmente naquelas de produtos agropecuários mais processados.

No âmbito multilateral, apesar das baixas expectativas para a 10ª Conferência Ministerial da OMC, em Nairóbi, no Quênia, foram registrados avanços para o setor agrícola. Foi aprovada a proibição dos subsídios às exportações agrícolas, o que vinha sendo pleiteada pela CNA. Foram lançadas, ainda, regulamentações a respeito da sustentabilidade do seguro de crédito, e os países em desenvolvimento receberam prazos entre oito (até 2023) e 15 anos (até 2030) para utilizar os subsídios a transportes de mercadorias.

No tocante a acordos não comerciais brasileiros, deve-se dar atenção ao Convênio de Transportes Marítimos entre Brasil e Chile. Esse acordo, em vigor há quatro décadas, reserva o mercado do transporte naval a embarcações com as bandeiras brasileira ou chilena, o que reduz embarques e aumenta os custos de frete nas rotas entre os dois países. A fim de ampliar a competitividade dos produtos agropecuários brasileiros no mercado chileno, a CNA atuou pela denúncia imediata do convênio.

Cereais, Fibras e Oleaginosas

--	--	--

Soja

Perspectivas 2017

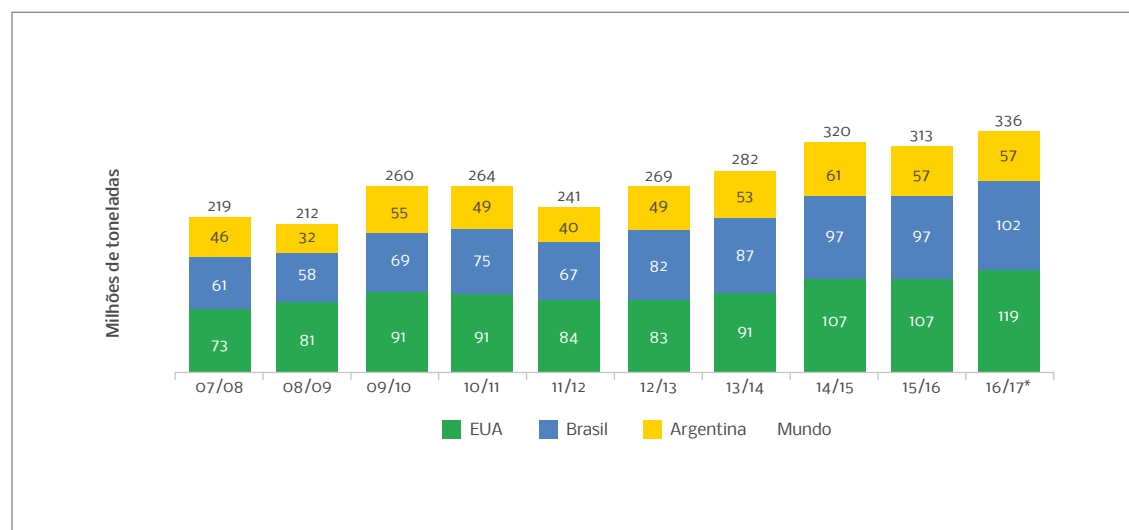
RECORDE NA COLHEITA AMERICANA E BOAS EXPECTATIVAS PARA SAFRA NA AMÉRICA DO SUL

As condições climáticas dos Estados Unidos foram excelentes para o desenvolvimento das lavouras de soja e um novo recorde de produção deve ser atingido. Para a América do Sul, as estimativas indicam crescimento de área no Brasil e no Paraguai e leve queda na Argentina. No entanto a produção deverá ser maior nos três países. Mesmo com a estimativa de safra cheia em todos os países produtores, os preços têm se mantido acima de US\$ 9,50 por bushel.

A área cultivada dos Estados Unidos teve incremento de 1,6% (33,6 milhões de hectares) e contribuiu para uma produção estimada de 118,7 milhões de toneladas, ante 106,9 da safra passada (gráfico 1). Essa perspectiva de novo recorde para a produção americana surpreendeu o mercado, pois as projeções iniciais indicavam uma produção de 103,4 milhões de toneladas.

As previsões para América do Sul, representadas por Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia, apontam crescimento de 4% na produção da oleaginosa. Para Índia e China, os crescimentos estão estimados em 36,1% e 7,8%, respectivamente. Desta forma, a produção mundial está sendo estimada em 336 milhões de toneladas, 6,5% superior ao montante colhido na safra passada.

Gráfico 1. Evolução da produção de soja (principais produtores)



Fonte: USDA.
*Previsão.

Mesmo com esse aumento na oferta da oleaginosa, os preços têm se mantido acima dos US\$9,50/bushel devido ao aquecimento do mercado consumidor. A demanda mundial pela oleaginosa deve atingir 328,7 milhões de toneladas, crescimento de 4,3% em relação à safra passada. A China, responsável por aproximadamente 31% do montante consumido no mundo, terá incremento de 6% com relação à última safra. Os Estados Unidos, segundo maior consumidor, também deverão ampliar o consumo em 6%, seguidos por Argentina e Brasil, com 3,4% e 2,3%, respectivamente.

O primeiro levantamento divulgado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para a safra 2016/2017 estima que a área plantada brasileira deva se aproximar dos 33,8 milhões de hectares, crescimento de 2,1% em relação à safra passada. Para a região Nordeste, a expectativa é de ampliação da área em 280 mil hectares (+10%) com destaque para o Piauí e Bahia, que terão expansão de 141 mil (+25%) e 107 mil hectares (+7%), respectivamente. A Conab prevê para o Centro-Oeste crescimento de 379 mil hectares (+3%), sendo o Mato Grosso responsável por 183 mil hectares (+2%). A região Sul deverá manter a área cultivada na última safra.

Com o fim do vazio sanitário, o plantio da soja teve início e evolui normalmente em todos os estados. As previsões climáticas para esta safra indicam influência do fenômeno La Niña, caracterizado por chuvas irregulares no Sul, com possibilidade de veranicos em dezembro e janeiro. Para as regiões Centro-Oeste e Nordeste, deve haver chuvas regulares e acima da média. Desta forma, as previsões trazem tranquilidade aos produtores, diferentemente do ocorrido na safra passada.

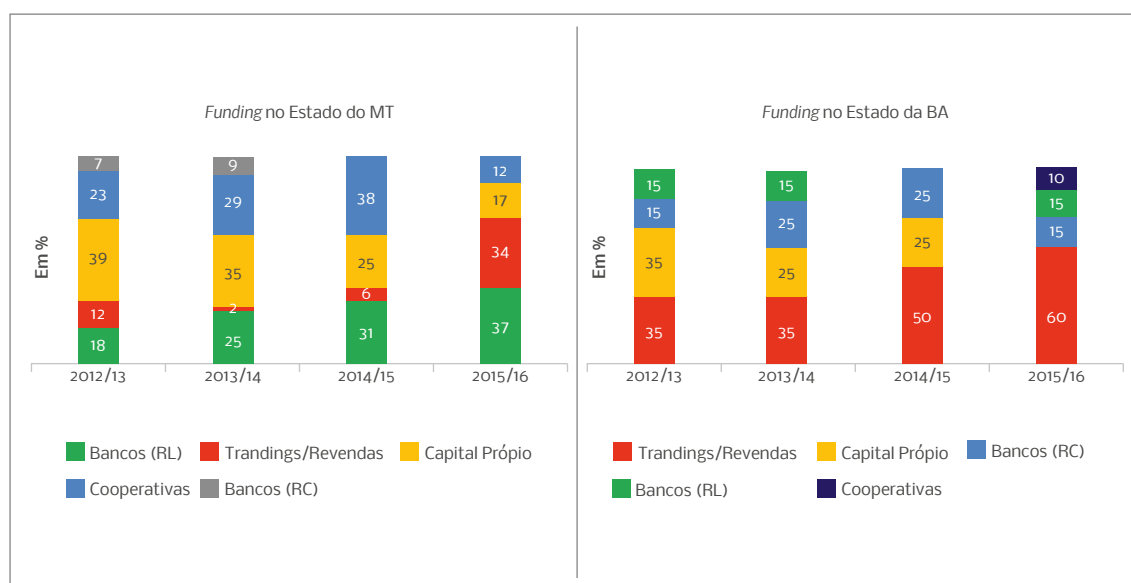
Entretanto, a menor capacidade de investimento dos produtores está preocupando o setor, pois o capital próprio utilizado para custear as lavouras está diminuindo e os produtores estão recorrendo a outras fontes de financiamento, como as *tradings*, revendas e bancos com recursos livres (gráfico 2). Essas formas de custeio são facilmente obtidas pelos produtores. Entretanto as taxas de juros são superiores às do crédito agrícola, variando de 15% a 20%, dependendo da região.

De acordo com os dados do projeto Campo Futuro, as perdas de produtividades observadas em vários estados têm sido recorrentes nas últimas safras, ocasionadas principalmente por problemas climáticos. Isso tem reduzido a rentabilidade dos produtores consideravelmente. Além disso, a forma utilizada para custear o plantio da safra de soja (*funding*) em Mato Grosso e na Bahia tem passado por constantes mudanças.

Em Mato Grosso, o montante de recursos próprios utilizados no custeio da lavoura caiu de 39% na safra 2012/2013 para 17% na safra 2015/2016 (gráfico 2). Em contrapartida, o volume de crédito dos bancos com taxa livre passou de 18% para 37%, enquanto o das *tradings* subiu de 2% para 34% no mesmo período.

Na Bahia, a participação dos recursos próprios para o custeio das lavouras na safra 2012/2013 era de 35%. Entretanto os produtores não utilizaram recursos próprios na última safra (gráfico 2). Em contrapartida, as *tradings*/revendas que participaram com 35% do custeio do plantio da safra 2012/2013 tiveram participação de 60% na safra atual. Isso evidencia que o produtor está descapitalizado e com dificuldade de obter crédito bancário com taxas de juros menores.

Gráfico 2. Funding utilizado para custear o plantio de soja



Fonte: Projeto campo futuro - CNA/Cepea.

Para a safra que está sendo plantada, a participação do capital próprio no custeio das lavouras deverá reduzir significativamente na maioria dos estados. Por outro lado, a participação das *tradings* e revendas deverá crescer pelo fato de o produtor estar descapitalizado em função das baixas produtividades da safra passada.

Balanço 2016

PRODUÇÃO ABAIXO DA EXPECTATIVA INICIAL DEVIDO AO EL NIÑO

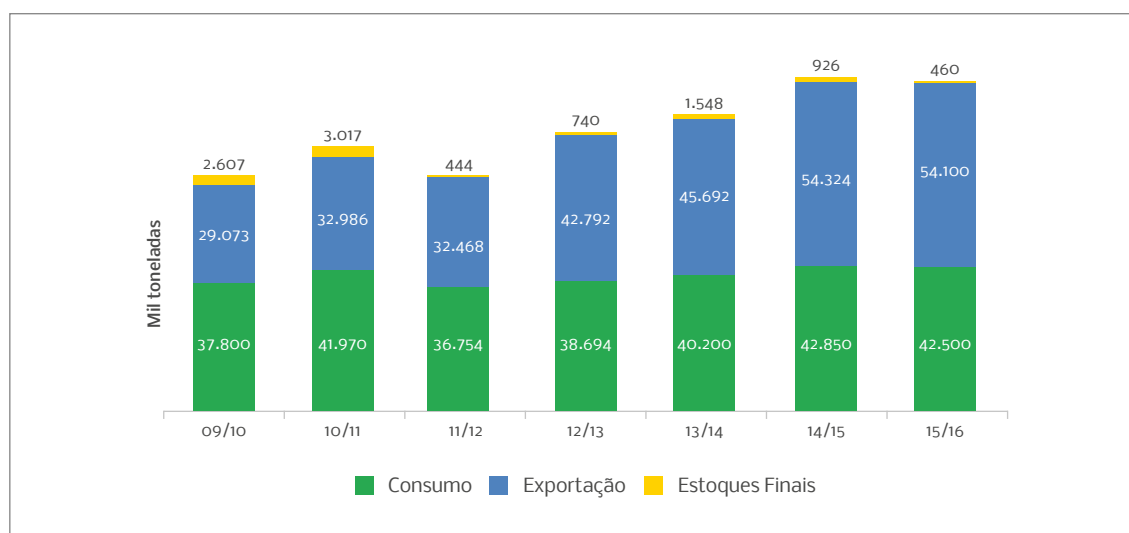
A estimativa inicial apresentada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) indicava produção de soja de 102 milhões de toneladas. Entretanto, devido à influência do fenômeno climático El Niño, a colheita terminou com 95,4 milhões de tonelada, queda de 1% em relação à safra passada.

O plantio da safra 2015/2016 começou de forma conturbada em razão da irregularidade das chuvas na região do Centro-Oeste e Sudeste. Em Mato Grosso, muitas áreas que haviam sido semeadas em meados de setembro e outubro precisaram ser replantadas devido aos baixos índices pluviométricos. Na região Sul, principalmente em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, o excesso de chuvas prejudicou o plantio das lavouras e favoreceu o ataque de doenças fúngicas durante o desenvolvimento das mesmas. Os estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia (Matopiba) e a região leste de Mato Grosso foram seriamente prejudicadas pela estiagem ocorrida nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro.

Devido aos recorrentes prejuízos ocasionados no Centro-Oeste e em Matopiba, o Banco Central acatou a demanda do setor e autorizou a renegociação de operações de crédito rural de custeio e investimento contratado por produtores rurais prejudicados nesta safra. Dessa forma, as instituições financeiras ficam autorizadas a renegociar as operações de crédito rural de custeio com vencimento em 2016. Também serão renegociadas as parcelas vencidas ou vincendas neste ano das operações de crédito rural de custeio e investimento, inclusive aquelas prorrogadas por autorização do Conselho Monetário Nacional.

Mesmo passando por este ano conturbado, as exportações brasileiras de soja se mantiveram semelhantes à última safra. Porém os estoques internos foram reduzidos, chegando aos menores níveis dos últimos anos, conforme demonstrado no gráfico abaixo. Esse é o fator que tem mantido os preços acima dos R\$ 60,00 por saca em praticamente todas as praças.

Gráfico 3. Balanço de oferta e demanda da oleaginosa brasileira da safra 2015/2016



Fonte: Conab.

De acordo com os dados do projeto Campo Futuro, o custo operacional efetivo de produo da safra 2015/2016 ficou de 12% a 20% superior ao da safra passada, em média. Os principais responsáveis por estes aumentos foram os inseticidas, fungicidas e os fertilizantes, que variaram respectivamente 24%, 19% e 18% para o estado do Mato Grosso. Este aumento dos custos de insumos ocorreu devido à desvalorização do Real frente ao dólar. Em contrapartida, este foi o fator que manteve os preços da saca de soja em patamares que garantiram boas rentabilidades aos produtores.

Milho

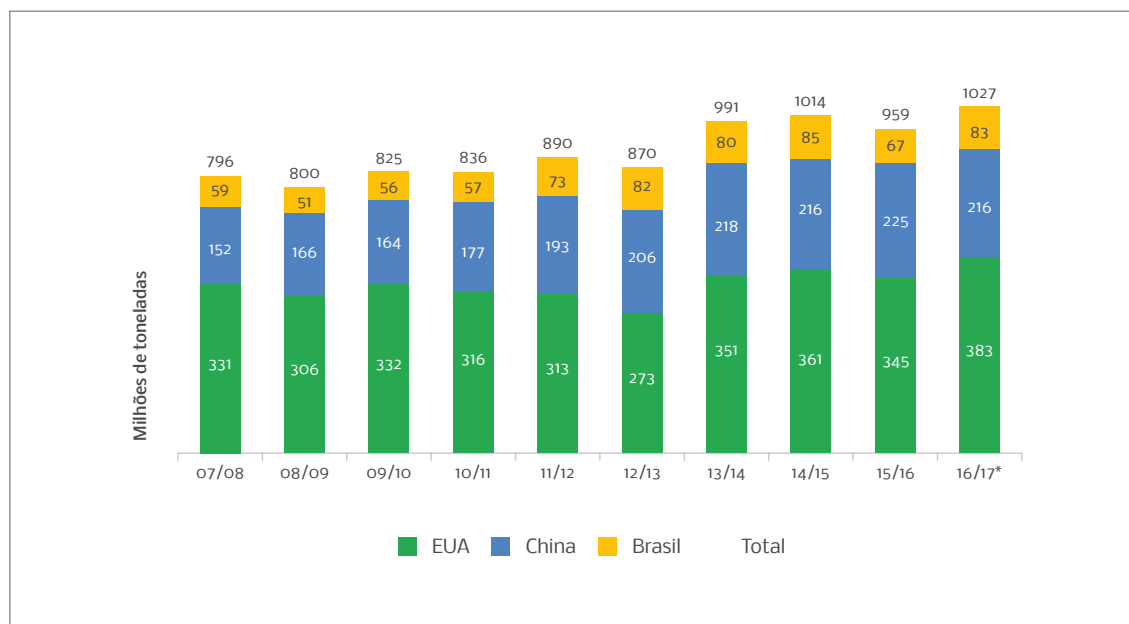
Perspectivas 2017

NOVO RECORDE NA PRODUÇÃO MUNDIAL

A produção mundial de milho para a safra de 2016/2017 deverá atingir novo recorde, com o montante de 1,023 bilhão de toneladas. Este novo patamar será puxado pela boa produção que será colhida nos Estados Unidos, reflexo das excelentes condições climáticas desta safra. Para Brasil e Argentina, por um lado a estimativa é de aumento de área; e as condições climáticas influenciadas pelo fenômeno La Niña devem favorecer a produtividade. Por outro lado, a China, segundo maior produtor, deverá reduzir a área, assim como a União Europeia.

Os Estados Unidos tiveram incremento de área de 7,2% em relação à safra passada e atingiram 35 milhões de hectares. Devido às excelentes condições climáticas ocorridas durante todo o desenvolvimento das lavouras, a produção americana, que está prestes a ser finalizada, deverá alcançar novo recorde mundial. Esse montante surpreendeu o mercado, pois as previsões iniciais indicavam produção de aproximadamente 366,5 milhões de toneladas e os números atuais já apontam para uma oferta acima de 383 milhões de toneladas (gráfico 4).

Gráfico 4. Produção dos principais produtores de milho



Fonte: USDA.
*Previsão.

A China deverá reduzir sua área plantada em 5,6% em relação à área passada, contabilizando 36 milhões de hectares. Esta queda está atribuída aos elevados estoques (acima dos 100 milhões de toneladas), fator que tem causado altos custos de armazenamento e

perda de qualidade do grão. Já a Índia terá expansão de área de aproximadamente 11% e chegará a 9,5 milhões de hectares. Com esse volume, os indianos ganham destaque como a quarta maior área plantada e o sexto maior produtor.

Para a Argentina, as estimativas indicam ampliação de área de 29% em relação à safra passada em um total de 4,5 milhões de hectares, influenciada principalmente pelas isenções das retenções sobre o cereal destinado à exportação. Dessa forma, o país vizinho deve colher 36,5 milhões de toneladas e atingir novo recorde.

No Brasil, o plantio do milho verão segue ritmo normal e deve ser finalizado dentro da janela ideal. As estimativas indicam uma área de 5,6 milhões de hectares, com crescimento de 4% para o milho primeira safra. Com esse aumento de área, a produção está estimada em 27,7 milhões ante 25,9 milhões de toneladas da safra passada.

A região Sul é a que apresenta a maior expectativa de crescimento em área, estimada em 92 mil hectares. Para a Bahia, as estimativas indicam expansão de 46 mil hectares, aumento de 20% em relação à safra passada. Essa ampliação para o estado deve-se ao fato de o cereal estar proporcionando rentabilidades melhores que a soja. Assim, os produtores aproveitam o momento para realização da rotação de cultura. Para a região Sudeste, principalmente em Minas Gerais, as estimativas indicam incremento de 5%, ou 42 mil hectares.

A expectativa para o decorrer da safra é que o clima será influenciado pelo fenômeno La Niña de fraca intensidade. Diferentemente do ocorrido na safra passada, às previsões indicam chuvas regulares e acima da média para a região do Matopiba, Centro-Oeste e Sudeste. Para os estados do Sul, a preocupação fica por conta dos meses de dezembro e janeiro que podem ter problemas com chuvas irregulares e até mesmo com a ocorrência de veranicos.

Para o milho safrinha, a estimativa é de manutenção da área plantada com relação à safra passada. Entretanto, devido ao início das chuvas em meados de setembro e outubro, fator este que está possibilitando o plantio da soja dentro do período ideal, os produtores devem rever seus planejamentos. A oleaginosa plantada até final de outubro será colhida até a primeira quinzena de fevereiro e este é o período ideal para o plantio do milho segunda safra.

Caso essas previsões se confirmem para a safra de milho 2016/2017, a estimativa atual de 86,8 milhões de toneladas poderá facilmente ficar acima dos 90 milhões de toneladas, novo recorde nacional de produção do cereal.

Diante do cenário de produção recorde mundial e brasileira, as cotações do milho, que já estão abaixo dos US\$ 4,00 por bushel no mercado internacional, deverão forçar para baixo os preços do mercado interno, que ainda estão bem descolados dos valores lá fora. Os baixos estoques e a forte demanda no ambiente doméstico têm contribuído para esse quadro.

Balanço 2016

PRODUÇÃO DE VERÃO NO MATOPIBA E SAFRINHA NO CENTRO-OESTE FICAM COMPROMETIDAS

As estimativas iniciais da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) indicavam produção semelhante à safra passada. Entretanto, a estiagem ocorrida em meados de dezembro, janeiro e março prejudicaram a safra do milho verão nos estados do Mato-piba. Para o milho safrinha, a interrupção das chuvas, em meados de abril, causou perdas significativas em todas as regiões do Centro-Oeste, o que comprometeu as exportações brasileiras do cereal.

A produção de milho verão estava estimada em 28,4 milhões de toneladas, mas o montante colhido foi de 25,9 milhões de toneladas. Nesta região, as perdas de produção ficaram acima dos 36%. O Piauí, Tocantins e Bahia tiveram as maiores perdas de produtividade, de 40%, 30% e 27%, respectivamente.

O milho safrinha, que tem como principais produtores os estados do Mato Grosso, Paraná, Mato Grosso do Sul e Goiás, teve aumento de área de 10% sobre a safra passada. As expectativas de produção apontavam para uma colheita acima de 57,1 milhões de toneladas. Todavia o volume total ficou em torno de 41,1 milhões de toneladas (gráfico 5), queda de 28% na comparação com as estimativas iniciais.

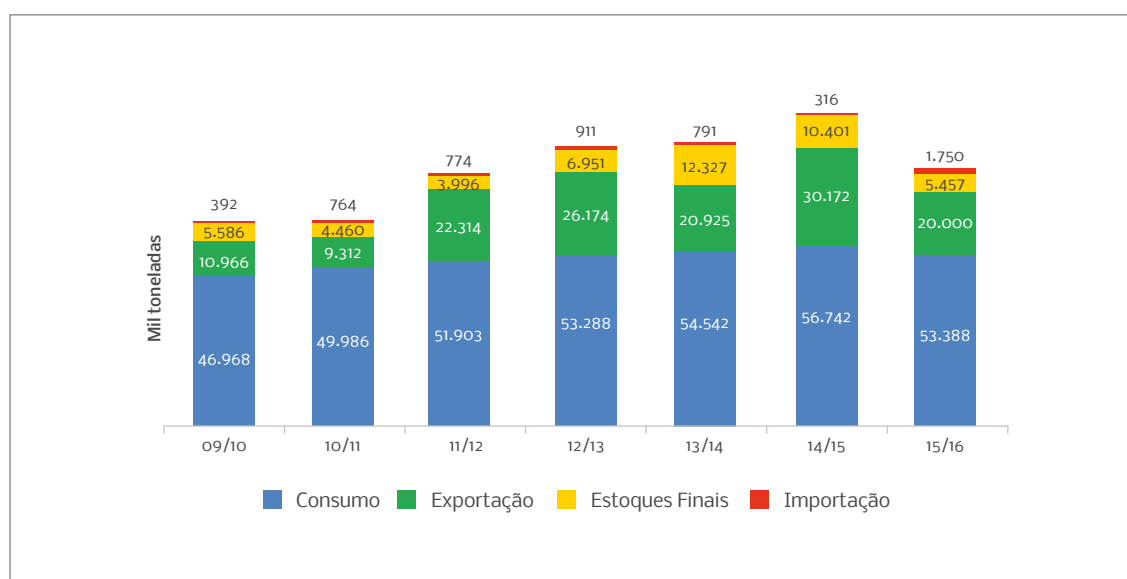
Gráfico 5. Produção do milho safra e safrinha no Brasil



Fonte: Conab.

Em razão das perdas ocorridas com o milho safra e safrinha, a produção inicialmente estimada em 84,7 milhões de toneladas finalizou o período com 67 milhões de toneladas, redução de 21%.

Gráfico 6. Oferta e demanda do milho brasileiro



Fonte: Conab.

Frente às estimativas iniciais de oferta recorde, grande parte dos produtores do Centro Oeste comercializou mais de 80% de sua produção antecipadamente, com valores médios de R\$ 25 por saca. Como as perdas em todas as regiões foram acima de 30%, muitos produtores não tiveram produto para cumprir os contratos. Somado a isso, um grande percentual da safra foi destinado à exportação, mantendo os preços, nestes estados, acima dos R\$ 30,00 por saca. Com isso, muitos agricultores tiveram que adquirir o cereal a um valor superior ao que tinham comercializado antecipadamente para conseguir cumprir os contratos.

Com todos estes problemas, os preços do cereal no mercado nacional seguiram tendência de alta, favorecendo a importação de milho, principalmente dos países produtores do Mercosul. Para facilitar a importação do cereal dos Estados Unidos, o Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior aprovou a isenção do imposto de importação do grão, que tinha alíquota de 8%. A medida valerá para uma cota de até um milhão de toneladas e terá prazo até dezembro. Desta forma, o Brasil baterá novo recorde de importação e poderá atingir 1,75 milhão de toneladas até o final de 2016.

Arroz

Perspectivas 2017

ÁREA PLANTADA E PRODUTIVIDADE DEVEM CRESCER NA PRÓXIMA SAFRA

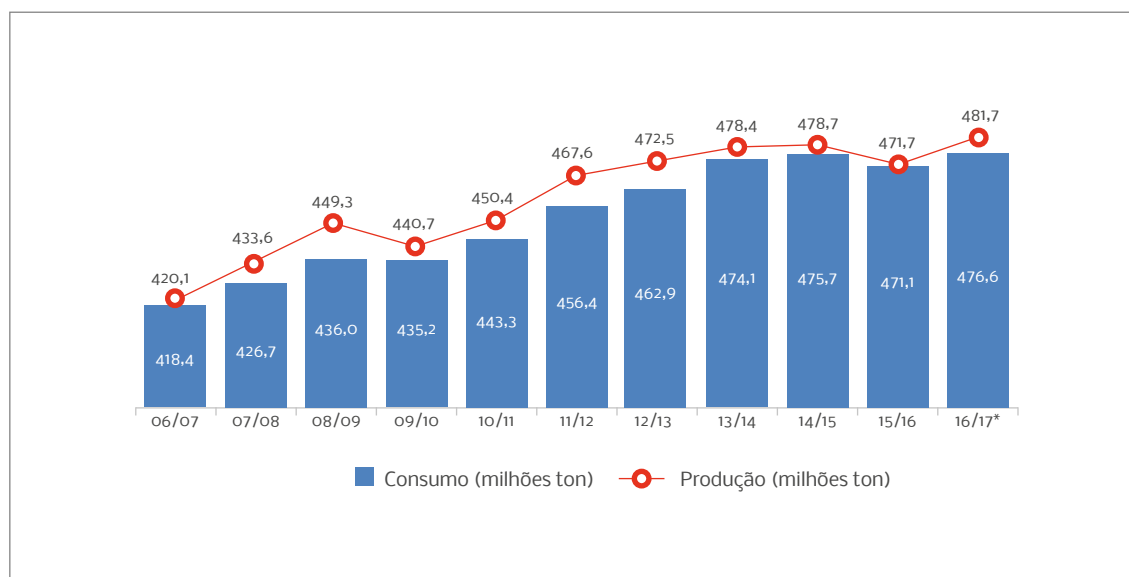
A produção mundial de arroz deve voltar a crescer como vinha acontecendo até a safra passada. Os principais países fornecedores deverão manter a área plantada ou até mesmo aumentar devido à melhora nos preços ofertados. O aumento estimado no consumo traz certa segurança ao setor e deverá incentivar o investimento em tecnologia.

As taxas de crescimento da produção e o consumo mundial de arroz vinham se mantendo estáveis. No entanto a última safra quebrou este ciclo por causa dos problemas climáticos ocorrido nos principais países produtores. Para a safra 2016/2017, o aumento estimado em área é de aproximadamente 1,7% e deve haver novo recorde mundial de produção, de 481,7 milhões de toneladas (gráfico 7). O principal destaque em ampliação de área é a Índia, maior produtor mundial, com incremento de 1,1 milhão de hectares (+2,6%), totalizando 44,5 milhões de hectares.

O Brasil deverá reverter à tendência de queda de área, pois os preços do arroz retornaram a patamares que possibilitam rentabilidade melhor que as demais culturas competidoras de cada região. Com este aumento de espaço, o Brasil deverá colher uma safra de 11,7 milhões de toneladas. As exportações deverão se manter nos níveis da safra passada, em 1,1 milhão de toneladas.

O Brasil deverá importar volumes acima de um milhão de toneladas para equilibrar a oferta e a demanda interna.

Gráfico 7. Oferta e demanda mundial de arroz



Fonte: USDA.
*Previsão.

Balanço 2016

PRODUÇÃO BRASILEIRA É PREJUDICADA POR CONDIÇÕES CLIMÁTICAS ADVERSAS

A área plantada com arroz na safra 2015/2016 manteve tendência de queda dos últimos anos, pois a soja possibilitou rentabilidade mais favorável. Na contramão, estão Tocantins e Pará, únicos estados com expansão, de principalmente em áreas de primeiro ano de plantio ou de melhor potencial produtivo. Como o arroz é uma cultura mais rústica, responde bem a este tipo de campo.

Os demais estados produtores reduziram o plantio, com destaque para Maranhão e Rio Grande do Sul, que fecharam a safra com área de 168 mil e 44 mil hectares, respectivamente. Com esta redução, o Brasil cultivou a menor área de arroz dos últimos anos, com aproximadamente 2 milhões de hectares.

Mesmo com área colhida de 2 milhões de hectares, a produção brasileira de arroz é semelhante à da safra de 1986/1987, quando o cereal era cultivado em 6 milhões de hectares.

A redução de área e os problemas climáticos foram os principais responsáveis pela queda de 1,8 milhão de toneladas na produção nacional. A região Sul, com queda de 1,3 milhão de toneladas, foi a maior prejudicada pelo excesso de chuva durante todo o desenvolvimento da lavoura e da colheita. O Rio Grande do Sul, maior estado produtor, foi o mais afetado. A produção gaúcha teve queda de 15% com relação à safra passada, com perdas de aproximadamente 1,2 milhão de toneladas.

Devido aos problemas ocorridos no Rio Grande do Sul, o Conselho Monetário Nacional (CMN) autorizou a prorrogação de operações de crédito rural de custeio contratadas na safra 2015/2016, e parcelas vencidas ou vincendas em 2016 das operações de custeio de safras anteriores e de investimentos e empréstimos do governo federal.

Nas demais regiões, as quedas de produção tiveram menor intensidade. Desta forma, o Brasil precisou adquirir 1,3 milhão de toneladas, ante uma importação de 500 mil toneladas na safra passada. O volume importado bateu recorde, mas houve exportação de 1,1 milhão de toneladas. A decisão de exportar o cereal mesmo em período de crise faz parte da estratégia nacional de manter o mercado consumidor já conquistado nos últimos anos.

Trigo

Perspectivas 2017

OFERTA MUNDIAL DEVE SUPERAR DEMANDA E ESTOQUES TERÃO NÍVEIS RECORDES

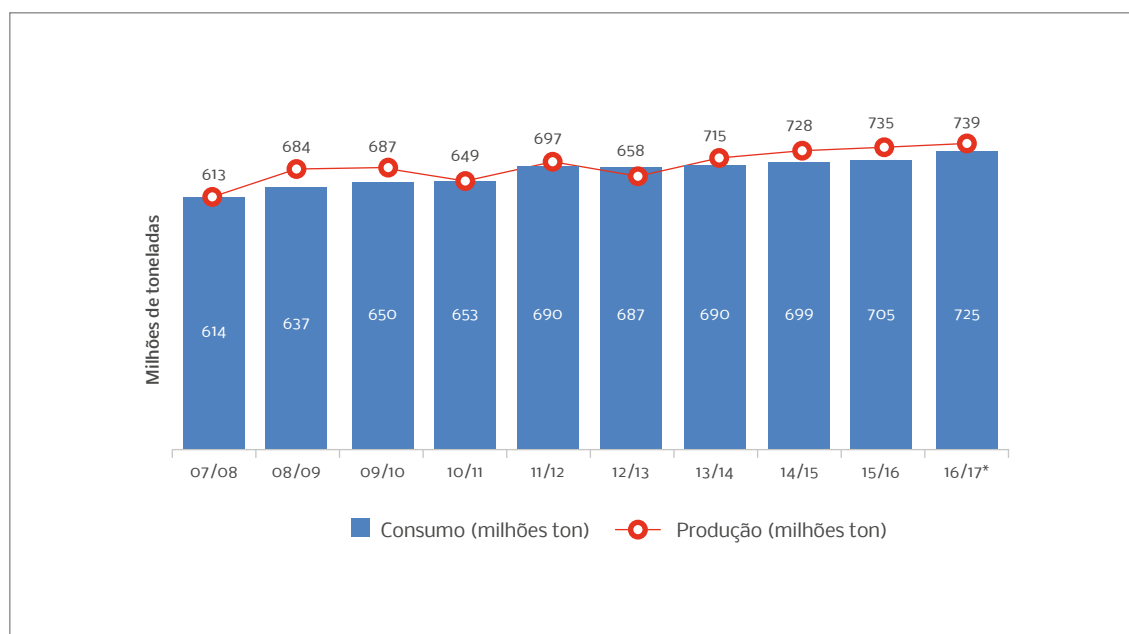
A produção e o consumo mundial de trigo devem bater novos recordes. O Brasil segue tendência de redução de área dos últimos anos. As condições climáticas trazem boas expectativas aos produtores, mas os preços estão em baixa e preocupam o setor.

A produção mundial está estimada em 739 milhões de toneladas (gráfico 8) devido às boas condições climáticas para os principais países ofertantes. Isso deverá ocorrer mesmo com queda de área de 2% em relação à última safra. A Índia e os Estados Unidos são os responsáveis pelas maiores reduções. No caso dos americanos, a diminuição será de 5,3% (1,7 milhão de hectares), enquanto a retração prevista no país asiático é de 6,4% (1,2 milhão de toneladas).

Devido às expectativas favoráveis do clima, espera-se aumento de produção nos Estados Unidos, Rússia, Índia e Canadá, de 5,7 milhões (10,2%), 4 milhões (6,5%), 1,5 milhão (1,7%) e 1,4 milhão (5,0%) de toneladas, respectivamente.

O Brasil tem sofrido queda de área nos últimos anos e nesta safra não foi diferente, mesmo com os bons preços ofertados no período do plantio. A área brasileira caiu 341 mil hectares (14%) quando comparada com a safra passada. Por outro lado, as condições climáticas favoráveis até meados de outubro devem resultar na oferta de um trigo de ótima qualidade e as previsões indicam um aumento na produção de 630 mil toneladas (11%).

Gráfico 8. Produção e consumo mundial de trigo



Fonte: USDA.
*Previsão.

Com a colheita em andamento, os preços ofertados pelo cereal estão abaixo dos valores mínimos estabelecidos pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Foi solicitada intervenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) para que sejam acionadas as ferramentas de apoio ao produtor, garantindo que a comercialização seja realizada pelos valores previamente definidos.

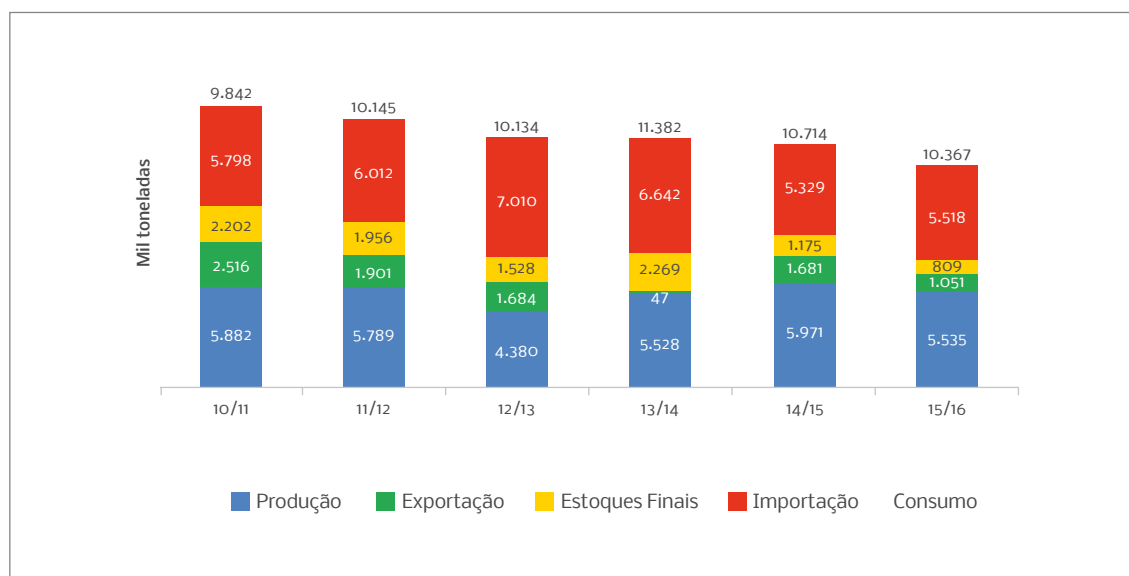
Balanço 2016

EXCESSO DE CHUVAS AFETA COLHEITA

A região sul do Brasil é responsável por aproximadamente 90% da produção de trigo. Paraná e Rio Grande do Sul são os principais fornecedores. Nas últimas safras, o excesso de chuvas durante o desenvolvimento das lavouras prejudicou consideravelmente a produtividade e a qualidade do cereal. O alto custo de produção também tem desestimulado os triticultores a investirem na cultura.

O plantio do trigo, em 2015, ocorreu dentro da janela ideal. Entretanto o excesso de chuvas provocado pela influência do El Niño, comprometeu a qualidade do cereal produzido em RS, PR e SC. O maior prejudicado foi o RS, onde aproximadamente 60% da produção foram destinadas à alimentação animal devido à baixa qualidade do produto. Em SC, no Sul e no Planalto paranaense, as condições foram semelhantes, mas com perdas menores.

Gráfico 9. Oferta e demanda nacional de trigo



Fonte: Conab.

A produção brasileira é muito inferior ao consumo e isso faz com que a país importe o cereal dos países do Mercosul. Nesta safra, a Argentina foi a principal fornecedora do trigo comprado pelo país. Os volumes que o Brasil exportou são principalmente de trigo de baixa qualidade. Os estoques estão nos menores índices dos últimos anos, influenciados principalmente pela queda na produção e pela baixa qualidade do produto colhido.

Algodão

Perspectivas 2017

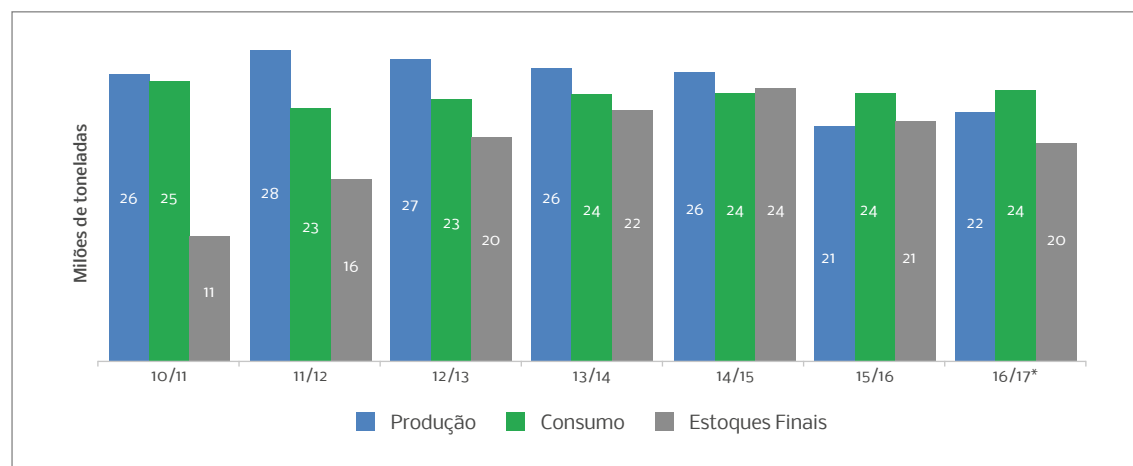
PRODUÇÃO VOLTA A CRESCER APÓS CINCO ANOS DE QUEDA

A produção mundial de algodão deverá voltar a crescer após cinco anos seguidos de perdas. De acordo com o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), mesmo com a estimativa de queda de área plantada de 3% em relação à safra passada, as estimativas indicam crescimento de 6% na oferta de pluma. O resultado é reflexo das expectativas de boas condições climáticas para os principais países produtores.

Entre os quatro maiores fornecedores, somente os Estados Unidos, segundo colocado, aumentará a área em 650 mil hectares. Índia, China e Paquistão deverão ter redução de 1 milhão, 700 mil e 400 mil hectares, respectivamente. Desta forma, a expectativa de produção mundial é de 22 milhões de toneladas, com área de 29,5 milhões de hectares, queda de 1 milhão de hectares em relação à safra passada.

A expectativa para o Brasil é de manutenção da área cultivada. Entretanto, para a produção, estima-se crescimento de aproximadamente 200 mil toneladas (15%). Este aumento está atribuído à expectativa de boas condições climática decorrentes do fenômeno climático La Niña, caracterizado por chuvas regulares no Centro-Oeste e Nordeste.

Gráfico 10. Oferta e demanda de pluma de algodão



Fonte: USDA.
*Previsão.

Em razão das quedas recorrentes de produção nas últimas safras, os estoques mundiais caíram para 20 milhões de toneladas (gráfico 10) e estão nos menores níveis dos últimos quatro anos. A queda de produção é o principal motivo da baixa, pois o consumo tem se mantido estável pelo fato de a fibra sintética, principal concorrente do algodão convencional, ser vendida a preços mais competitivos. Com a redução dos estoques, o preço da fibra natural voltou a reagir e isso tem estimulado os cotonicultores a investirem no plantio.

Balanço 2016

CLIMA AFETA LAVOURAS EM TODOS OS ESTADOS BRASILEIROS

O plantio de algodão vem perdendo área nos últimos anos devido à baixa rentabilidade e aos altos custos de produção. A colheita e a qualidade da pluma foram seriamente prejudicadas na safra 2015/2016 em praticamente todos os estados.

A área cultivada no país foi de 955 mil hectares, queda de 2,2% em relação à safra passada. Nos últimos anos, os preços pouco atraentes têm favorecido essa redução nos principais estados produtores.

Em Mato Grosso, maior produtor nacional, a área tem se mantido e até mesmo crescido em alguns momentos, devido à utilização do algodão safrinha como cultura opcional. Com o domínio dessa tecnologia, o plantio de pluma se torna mais viável em razão da diluição dos custos fixos e da possibilidade de o produtor obter renda com o plantio de soja na safra verão.

A produção nacional da pluma teve queda de 17% com relação à safra passada. As lavouras no Maranhão, Piauí e Bahia foram seriamente prejudicadas pela falta de chuvas durante todo seu desenvolvimento. Dessa forma, a oferta foi de 1,3 milhão de toneladas ante uma produção estimada inicialmente de 1,5 milhão de toneladas.

Em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, a estiagem em abril e maio prejudicou o rendimento das lavouras. E as chuvas ocasionais em meados de maio e junho, período em que os botões florais estão abertos e a pluma está exposta, prejudicaram a qualidade da fibra. Dessa forma, a pluma teve perda de valor, comprometendo ainda mais a rentabilidade dos produtos.

Feijão

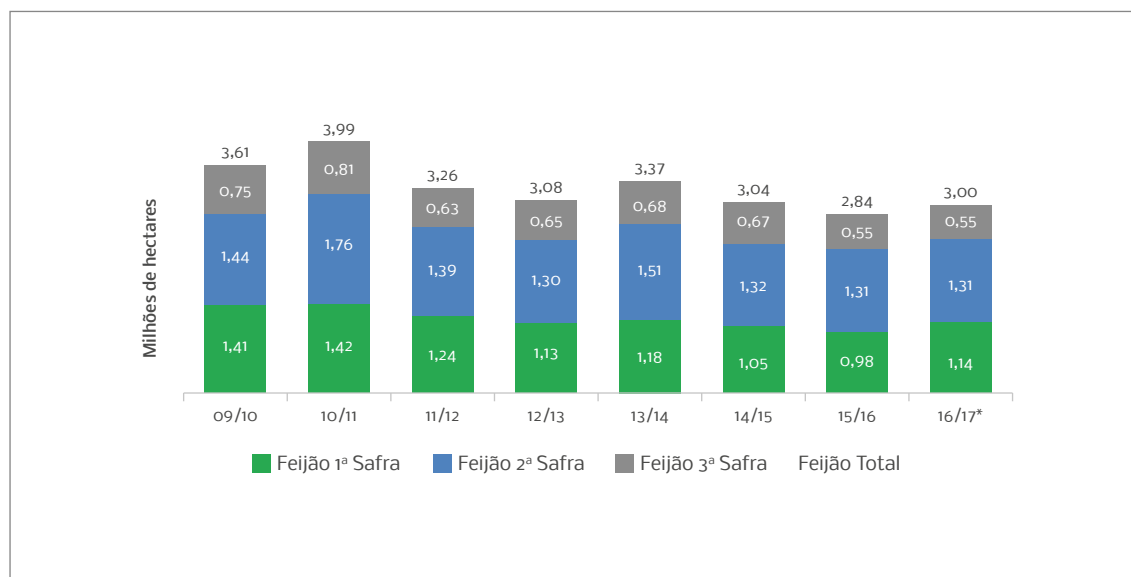
Perspectivas 2017

PRODUÇÃO VOLTA A CRESCER E DEVE SUPRIR DEMANDA INTERNA

O Brasil tem diminuído a área cultivada com feijão nos últimos anos devido à baixa competitividade desse produto em relação a outras culturas.

Para a safra que se inicia, a estimativa é de aumento de área e produção, incentivado principalmente pela valorização do produto no mercado interno (gráfico 11). Devido à queda da produção nacional, o Brasil havia se tornado importador do grão para suprir o consumo interno. Mas este cenário deverá ser diferente para a próxima safra, caso as estimativas de crescimento de área se confirmem.

Gráfico 11. Evolução da área de feijão de cada safra



Fonte: Conab.

*Previsão.

Nos últimos anos, os produtores estavam deixando de plantar feijão por causa das rentabilidades negativas e das grandes perdas provocadas pela mosca branca. Contudo, na safra passada, foi introduzido o vazio sanitário como ferramenta de combate à praga e os efeitos já foram sentidos no plantio e na produção subsequente.

Com a expectativa de a produção voltar a crescer, o Brasil deverá se tornar, novamente, autosuficiente na oferta e demanda deste produto. Com o aumento de área esperado, a produção deve ganhar novos destaques devido às previsões climáticas indicarem chuvas regulares em todos os estados e para as três safras desse produto. Desta forma, é esperado que os preços da saca retornem aos patamares médios dos últimos anos (R\$ 200 por saca), garantindo assim rentabilidade positiva ao produtor e, ao mesmo tempo, preços acessível ao consumidor.

Balanço 2016

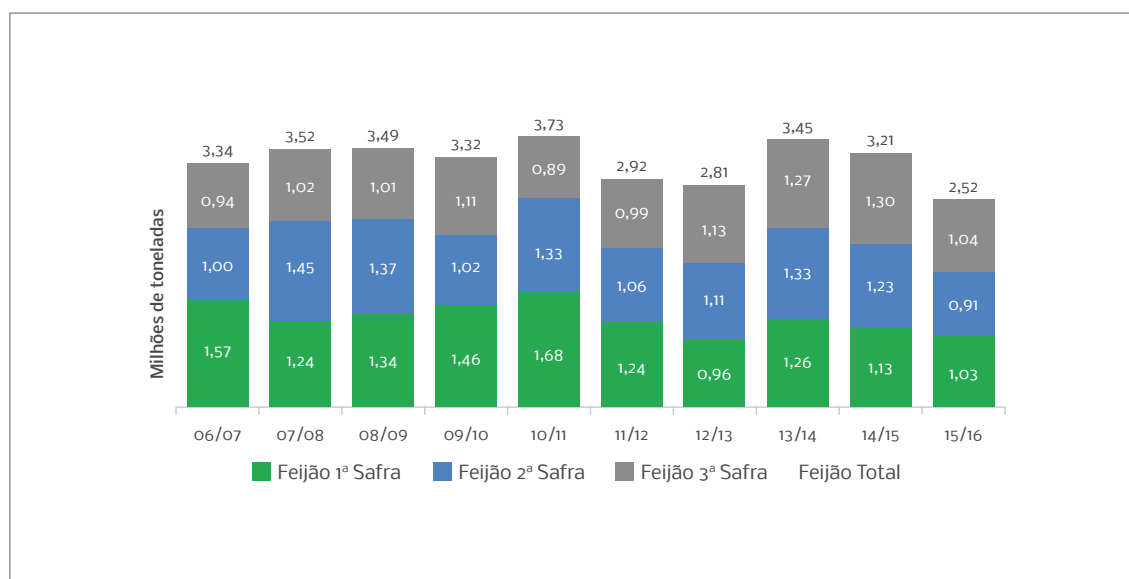
MENOR COLHEITA DOS ÚLTIMOS ANOS E VALORIZAÇÃO DOS PREÇOS

A produção brasileira de feijão foi seriamente prejudicada pela redução de área e pelas condições climáticas. Isso possibilitou o aumento dos preços e o Brasil precisou importar volumes recordes, principalmente da Argentina e da China.

A safra 2015/2016 teve queda de aproximadamente 700 mil toneladas (22%) ante a safra anterior. As perdas ocorreram em praticamente todos os estados produtores, com maior destaque para o feijão de segunda e terceira safra, com 314 mil e 260 mil toneladas, respectivamente (gráfico 12).

O recuo ocorreu devido ao excesso de chuvas na região Sul e à estiagem nos demais estados. A queda de área de aproximadamente 200 mil hectares (7%) contribui para essa baixa produção. A área cultivada nessa safra foi a menor dos últimos anos devido às melhores rentabilidades de culturas concorrentes, como soja e milho.

Gráfico 12. Evolução da produção nacional de feijão



Fonte: Conab.

Com a retração na oferta, as exportações tiveram queda de 47% e o consumo interno caiu 16%. A queda do consumo está diretamente relacionada aos altos preços que a saca de feijão alcançou no ano de 2016. Para combater os altos preços, o governo federal retirou os impostos cobrados do produto vindo de países como China e México. Os países do Mercosul já possuem esse benefício. Assim, o Brasil deve encerrar 2016 com importação de aproximadamente 200 mil toneladas, principalmente de feijão preto.

Café

--	--	--

Perspectivas 2017

OFERTA RESTRITA PODE MANTER PREÇO DO CAFÉ FIRME PARA 2017

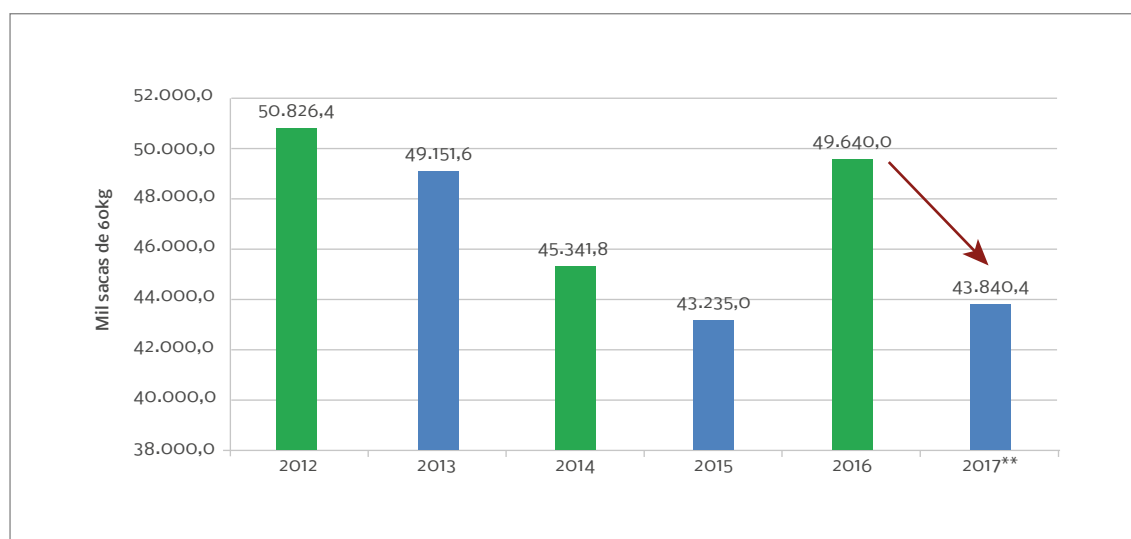
A demanda crescente no mercado mundial, a queda nos estoques e as incertezas climáticas no Brasil, associados à bialidade negativa, delineiam um cenário complexo para o mercado de café em 2017.

A safra nacional de café arábica apresentou bialidade positiva em 2016. Com exceção da Zona da Mata mineira e do estado do Paraná que tiveram redução na produção, todas as outras regiões produtoras registraram aumento em relação à safra anterior. Para a safra 2017, projeta-se um volume mais baixo de produção, por ser uma safra de bialidade negativa.

O estresse sofrido pela elevada produção nas lavouras, em 2016, deverá ser acentuado pelas variáveis climáticas. A antecipação das chuvas que promoveu a floração precoce dos cafezais, as chuvas de granizo que atingiram a região do Sul de Minas Gerais e parte de São Paulo e as geadas que afetaram as lavouras do sul de Minas, do Cerrado Mineiro e de São Paulo, durante os meses de junho e julho de 2016, deverão reforçar a redução da produção na safra de 2017.

Assim, estima-se queda de 10% a 15% da produção nacional de café (arábica e conilon), um volume de aproximadamente 44 milhões de sacas (gráfico 1).

Gráfico 1. Evolução da produção brasileira de café discriminada em bialidade positiva (verde) e bialidade negativa (azul)



Fonte: Levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) publicado em setembro de 2016.

** Estimativa de produção de café para a safra 2017.

A expectativa de queda na produção de café arábica, associada à redução dos estoques no mercado interno, deverá manter firme o preço na safra 2017. As projeções feitas pelos top cinco analistas do relatório *Focus* do Banco Central, de outubro de 2016, indicam taxa de câmbio de R\$ 3,19, ao final de 2016, e de R\$ 3,39, em dezembro de 2017. Caso essa

expectativa de estabilidade da moeda norte-americana frente ao real se concretize, haverá pouca influência da taxa de câmbio nos preços de café no decorrer da próxima safra.

Quanto à produção de café conilon em 2017, esperam-se níveis de produção inferiores aos obtidos na safra de 2016 devido aos níveis de pluviosidade pouco favoráveis para a cultura no início da safra.

Mesmo que os níveis pluviométricos sejam adequados às exigências da cultura ao longo da safra, a produção será comprometida, principalmente, no Espírito Santo, em decorrência da seca drástica na safra 2015/2016. Em algumas regiões, houve morte de plantas e danos severos que obrigaram os produtores a fazerem poda nos cafezais.

A produção brasileira de conilon, em 2017, será influenciada também pelo baixo poder aquisitivo dos produtores que, devido à frustração da safra em 2016, terão limitações financeiras para realizar investimentos em adubações e no controle de pragas e doenças. Além disso, a necessidade de renegociação dos financiamentos de crédito rural em 2016 tende a dificultar o acesso ao crédito em 2017.

Em 2017, os preços de conilon, que tem registrado altas históricas, devem permanecer acima da média verificada para a espécie nos últimos anos, com leve queda durante a colheita da safra 2016/2017, seguindo o comportamento sazonal dos preços.

Os preços elevados e a expectativa de baixa produção no mercado doméstico provavelmente irão provocar queda no volume de café exportado durante a safra 2017, podendo chegar ao volume aproximado de 32 milhões de sacas, frente aos 35 milhões de sacas que foram exportados na safra 2016.

As expectativas pouco otimistas para safra deixam claro que os produtores de café deverão trabalhar, constantemente, na gestão dos custos de produção e do controle de fluxo de caixa da propriedade, de forma a amenizar os possíveis problemas oriundos das adversidades climáticas. Os produtores terão de dar mais atenção às informações de mercado e, assim, devem escolher o melhor momento para realizar a compra dos insumos e a venda da produção.

O fato é que os produtores não poderão abrir mão das ferramentas de gestão de risco e estratégias de longo prazo devem ser traçadas para evitar contenção de despesas com adubação, controle de pragas e doenças e demais investimentos, no curto prazo, que poderão levar a prejuízos para a produção das safras posteriores.

Balanço 2016

CLIMA FAVORECE A PRODUÇÃO DE CAFÉ ARÁBICA, MAS PROVOCA QUEDA DRÁSTICA NA PRODUÇÃO DE CONILON

Após duas safras afetadas por longos períodos de estiagem, as áreas cultivadas com café arábica apresentaram boas condições climáticas na safra de 2016, o que refletiu em aumento significativo da produção, comparado com a safra anterior na maioria das regiões produtoras.

O estado de Minas Gerais, que é o maior produtor do país, produziu 28,6 milhões de sacas, registrando aumento de 30,3% em relação à safra anterior. A produção de café arábica nos estados de São Paulo, Espírito Santo e Bahia também tiveram bom desempenho com aumento de 45,2%, 28,2% e 9,2%, respectivamente. Com isso, o Brasil fecha a safra 2016 com produção estimada de 41,3 milhões de sacas de café arábica, 28,8% superior à produção da safra anterior, conforme terceira estimativa de safra feita pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

O aumento de produtividade e, conseqüentemente, da produção, resultou na redução significativa dos custos unitários de produção nas principais regiões produtoras de café arábica do país. Os preços médios de venda foram superiores aos desembolsos em todas as regiões com levantamento de custos do projeto Campo Futuro, da CNA, em parceria com o Centro de Inteligência em Mercados da Universidade Federal de Lavras (CIM/Ufla).

Os preços do café arábica, em 2016, corrigidos pelo Índice Geral de Preços (IGP-DI), referentes a de setembro de 2016, mantiveram-se estáveis. As médias mensais variaram de R\$ 498,00 a R\$ 513,00, até o início da colheita, momento em que houve leve queda e atingiu a média de R\$ 468,00, em maio.

Apesar da leve queda, os preços do café arábica apresentaram comportamento atípico para os outros meses de colheita (junho, julho, agosto) de um ano de alta produção. Porém esse comportamento é justificável pela baixa produção das safras anteriores e pelo recorde de exportação verificado em 2015, o que acarretou em redução nos estoques. Segundo levantamento feito pela Conab, no início da safra, os estoques totalizavam 13,6 milhões de sacas, 4% inferior ao volume verificado no mesmo levantamento feito em 2015.

A produção de café conilon apresentou queda drástica nesta safra. A queda foi impulsionada principalmente pelo déficit hídrico no estado do Espírito Santo, estado responsável por aproximadamente 70% da produção nacional. O país registrou, assim, uma produção de 8,4 milhões de sacas de café conilon, queda de 25,3 % em relação à safra anterior.

A baixa produção brasileira de conilon, associada à expectativa de queda na produção do Vietnã, foram primordiais para o aumento constante e acentuado dos preços, chegando a ultrapassar a cotação do café arábica tipo 6, bebida dura.

Com esses resultados, o Brasil fecha a safra de café em 2016 (arábica e conilon) com uma produção total de 49,6 milhões de sacas, 15% superior à safra de 2015 (tabela 1).

Tabela 1. Produção brasileira de café nos principais estados produtores durante as safras 2015 e 2016 em mil sacas

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	2015	2016 ³	Variação
RO	1.723,9	1.626,9	-6%
BA	2.345,7	2.095,0	-11%
MG	22.302,9	28.936,6	30%
ES	10.700,0	9.148,0	-15%
SP	4.063,9	5.899,9	45%
PR	1.290,0	1.050,0	-19%
Outros ¹	808,6	883,6	9%
Brasil	43.235,0	49.640,0	15%

³Terceira estimativa de produção feita pela Conab em setembro de 2016.

As exportações apresentaram-se com volumes maiores no início da safra, devido à alta do dólar, mas foram freadas no final devido aos problemas climáticos e as boas expectativas de preço para o mercado interno. Nesse contexto, o Brasil exportou mais de 35 milhões de sacas de café no ano safra (julho de 2015 a junho de 2016), gerando US\$ 5,3 bilhões em receita.

Cana-de-açúcar

Perspectivas 2017

DÉFICIT NA PRODUÇÃO MUNDIAL DE AÇÚCAR, AUMENTO DA DEMANDA E QUEDA NOS ESTOQUES MANTERÃO TENDÊNCIA DE PREÇOS ALTOS

A perspectiva é de um cenário mais favorável ao setor. Os preços dos produtos deverão se manter em patamares mais elevados, principalmente o açúcar. A boa notícia está na previsão de queda no crescimento dos custos de produção.

A previsão de moagem para a safra 2016/2017 é de 684,7 milhões de toneladas, aumento de 2,9% em comparação à safra 2015/2016. Desse total, 631,9 milhões de toneladas devem ser moídos na região Centro-Sul e 52,8 milhões de toneladas nas regiões Norte e Nordeste. A estimativa é da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

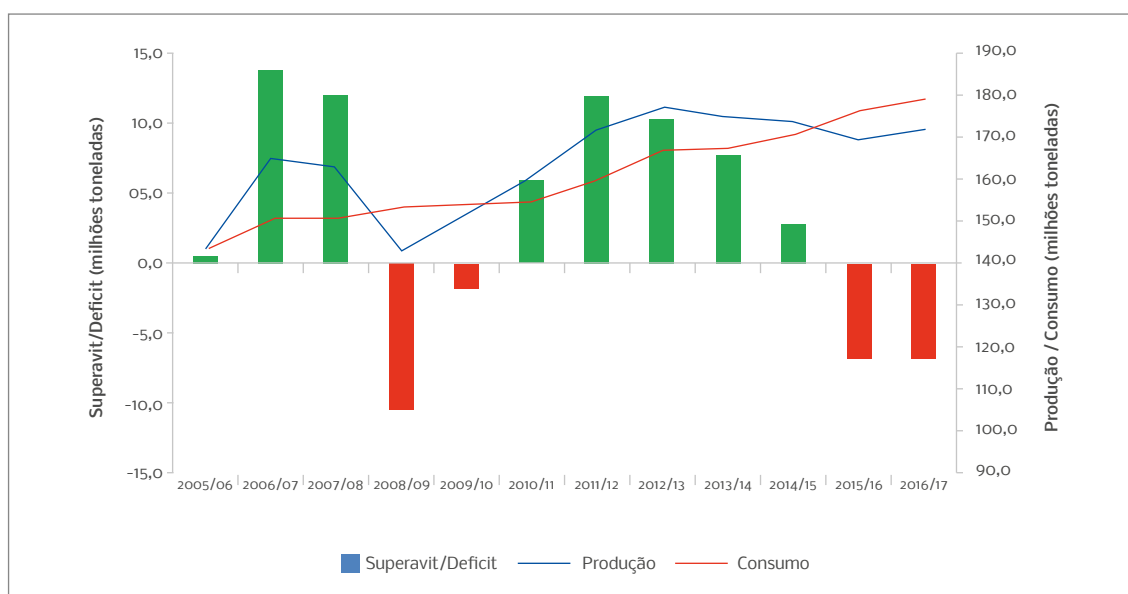
Na região Centro-Sul, a produtividade será afetada pela instabilidade climática, que ocasionou geadas, excesso de calor e estiagem em importantes estados produtores. Com isso, o término da safra 2016/2017 poderá ser antecipado.

A produção de açúcar está estimada em 39,9 milhões de toneladas, crescimento de 19,3% na comparação com os números da safra anterior. A região Centro-Sul contribuirá com 36,5 milhões de toneladas e as regiões Norte e Nordeste com outros 3,4 milhões de toneladas.

A liderança será da região Sudeste que deverá produzir 60% de todo o açúcar brasileiro. O consumo interno de açúcar vai continuar ao redor de 11 milhões de toneladas por ano.

Os fundamentos para a manutenção de preços elevados do açúcar são: a expectativa de mais um déficit no balanço do mercado global (demanda maior do que a produção); a queda nos estoques mundiais; e o crescimento sustentado do consumo (gráfico 1).

Gráfico 1. Evolução e perspectiva do superávit/déficit do balanço do mercado global de Açúcar (em milhões de toneladas)



Fonte: USDA.

A volatilidade do mercado de açúcar poderá aumentar o viés de baixa com a possibilidade de liquidação de grande volume das posições compradas pelos fundos de investimentos nas bolsas de valores. Isso devido ao fato de terem obtidos lucros elevados com a alta do preço da *commoditie*. Outros componentes de baixa levam em conta questões da União Europeia, tais como: a extinção das cotas de produção de açúcar e xarope de frutose; a do preço mínimo da beterraba; e a do teto de exportação de açúcar, a partir de outubro de 2017.

O viés de alta pode vir dos problemas climáticos esperados para o Brasil e de importantes produtores e exportadores, como a Tailândia e a Índia.

A nova política de precificação de combustíveis adotada pela Petrobras acompanhará as variações dos preços internacionais do petróleo, podendo trazer previsibilidade e transparência exigida há anos pelo setor. O fato é que, no curto prazo, o etanol perderá competitividade devido à queda no preço da gasolina. A redução do risco regulatório produzirá resultados positivos, no longo prazo.

Quanto ao etanol, a produção total poderá atingir 27,9 bilhões de litros, queda de 8,5% em relação à safra 2015/2016. A previsão de queda na produção é baseada no direcionamento maior da cana para a produção de açúcar e no menor crescimento do consumo de etanol hidratado em relação à gasolina. Nesse caso, o aumento do consumo de etanol anidro, misturado na gasolina, não compensará o arrefecimento no consumo do etanol hidratado.

Caberá à cadeia produtiva sucroenergética aproveitar essas oportunidades para focar em uma gestão mais profissional da atividade, que possibilite a recuperação das margens e a equalização do fluxo de caixa e dos passivos.

Balanço 2016

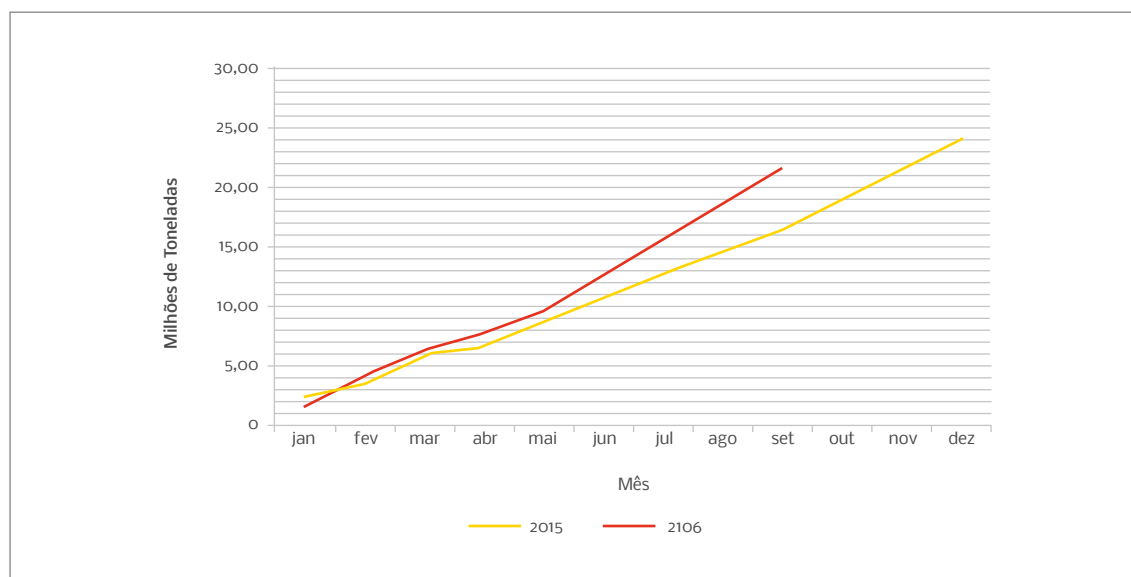
RECUPERAÇÃO DO PREÇO DO AÇÚCAR MUDA MIX DE PRODUÇÃO DAS USINAS. MENOR OFERTA DE ETANOL HIDRATADO AUMENTA PREÇO E REDUZ CONSUMO

O fechamento da safra 2015/2016 apresentou produção de 665,6 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, aumento de 4,9% em comparação com a safra 2014/2015, segundo dados da Conab. Esse resultado foi sustentado pela produtividade da região Centro-Sul. Houve queda na produção das regiões Norte e Nordeste em consequência da forte estiagem.

A produção de açúcar atingiu 33,5 milhões de toneladas, 5,8% inferior à safra anterior, como reflexo de preços baixos e estoques altos. Houve recuperação dos preços em dólar com a confirmação do déficit de produção em relação ao consumo de açúcar no mercado mundial. Por essa razão, e somando-se as vantagens cambiais, priorizou-se a produção de açúcar.

As exportações brasileiras de açúcar, até o mês de setembro, foram de 21,5 milhões de toneladas, 32,7% superior em comparação com o mesmo período de 2015 (gráfico 2). Os principais importadores, em volume, foram Índia, China e Argélia.

Gráfico 2. Volume exportado acumulado de açúcar (em milhões de toneladas)



A produção de etanol alcançou 30,5 bilhões de litros, aumento de 6,3% no mesmo período. Já a produção de etanol anidro foi de 11,2 bilhões de litros, redução de 4,4%. A produção de etanol hidratado foi de 19,3 bilhões de litros, aumento de 13,7% frente ao ano anterior.

O consumo acumulado de combustíveis do Ciclo Otto no Brasil teve redução em 2016. De janeiro a setembro, foram consumidos 39,4 bilhões de litros contra 39,8 bilhões de litros no mesmo período de 2015.

A demanda por etanol recuou 14%, com consumo de 11,23 bilhões de litros se comparado aos 13,15 bilhões de 2015. Uma das razões para essa diferença foi o aumento do preço relativo do etanol hidratado/gasolina nas bombas dos postos de combustíveis. A opção econômica pelo aumento da produção de açúcar nas usinas reduziu a oferta de etanol, pressionando os preços.

As vendas externas de etanol cresceram 44,1% de janeiro a setembro de 2016: 1,616 bilhão de litros. Os principais destinos foram os Estados Unidos e a Coreia do Sul.

O elevado endividamento do setor ainda retrai os investimentos em tecnologia e não permitiu uma renovação adequada dos canaviais. Isso resultou na continuidade da baixa produtividade média das lavouras.

Fruticultura

--	--	--

Perspectivas 2017

ADOÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS DE PRODUÇÃO E PÓS-COLHEITA SERÃO OS DESTAQUES DA FRUTICULTURA

Mesmo com as adversidades climáticas que atingiram alguns importantes polos de produção em 2016, a fruticultura continuará sendo um dos setores de maior destaque do agronegócio brasileiro em 2017.

Com uma grande variedade de culturas produzidas em todo o país, sob diferentes climas (tropical, subtropical e temperado), a fruticultura deverá continuar gerando oportunidades para os pequenos negócios.

É animadora a previsão para a produção de laranjas destinada à indústria e ao consumo *in natura* para a próxima safra. Dados divulgados pela CitusBr indicam bons volumes de chuva para as principais regiões produtoras de São Paulo, beneficiando o “pagamento” dos chumbinhos que darão origem à safra 2017/2018.

No segundo semestre de 2016, houve queda de pequenos frutos das árvores, mas, na maioria das regiões, não foi de grande intensidade. Nesse cenário, as lavouras tem apresentado bom desenvolvimento em praticamente todas as regiões citrícolas do estado de São Paulo, gerando boas expectativas com relação à próxima temporada.

A adoção de novas tecnologias de produção e pós-colheita deve aumentar a eficiência dos sistemas produtivos de frutas no país, contribuindo para a redução dos custos de produção das atividades desse segmento.

De acordo com dados da Associação Brasileira de Produtores e Exportadores de Frutas e Derivados (Abrasfrutas), o uso de novas tecnologias no controle de moscas-das-frutas e no tratamento pós-colheita de uvas e mangas, no Vale do São Francisco, tem proporcionado aumento médio de produtividade, em torno de 3% ao ano, e também melhorado a qualidade das frutas.

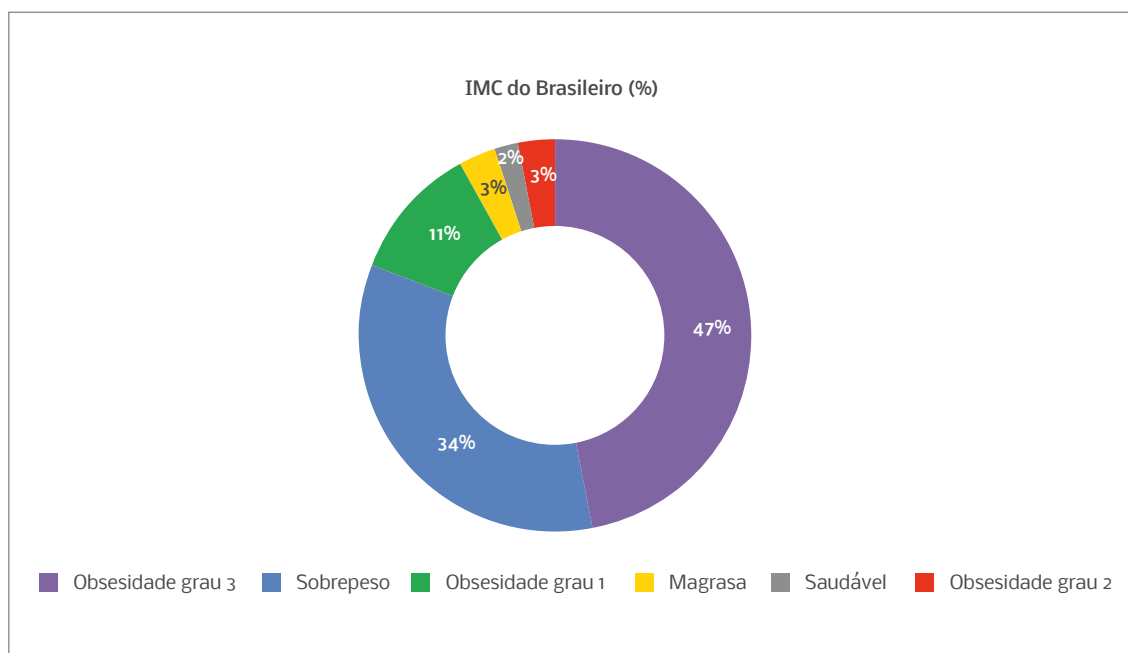
A produção estimada de frutas para 2017 é de aproximadamente 44 milhões de toneladas (IBGE, 2016). Esse volume mantém o Brasil como terceiro maior produtor de frutas do mundo, atrás apenas da China e da Índia, respectivamente.

Os números do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) mostram que frutas como a banana e o mamão terão crescimento de 10% na produção, até 2025.

O consumo de frutas deve seguir com tendência de alta no próximo ano, em particular devido ao crescente interesse do consumidor brasileiro por uma alimentação mais saudável, além da conscientização de que o consumo de frutas está diretamente relacionado ao combate da obesidade.

Pesquisa encomendada pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) indica que 53% da população brasileira têm sobrepeso ou algum grau de obesidade.

Gráfico 2. Níveis do Índice de massa corporal (IMC) do brasileiro



Fonte: Pesquisa CNA 2012/Elaboração CNA.

Projeções da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) indicam que o consumo *per capita* de frutas, brasileiro e mundial, deve continuar crescendo a taxas superiores aos da economia mundial e doméstica. Além disso, a melhoria da situação econômica do país e o aumento do poder de compra do brasileiro vão contribuir para o aquecimento do consumo interno no decorrer de 2017.

Com o objetivo de atender a essa nova realidade do mercado, o fruticultor brasileiro deverá priorizar a qualidade do produto, buscando investir em boas práticas agrícolas, na melhoria de tratamentos pós-colheita, no armazenamento frio e na modernização do transporte e logística.

Os fruticultores que não se adequarem a essa nova realidade perderão competitividade e serão automaticamente excluídos da atividade.

A qualidade e a diversidade das frutas produzidas dão ao país enorme vantagem competitiva frente aos seus principais concorrentes. A capacidade do Brasil nas vendas externas de frutas frescas e processadas, somada às iniciativas do governo e do setor privado na divulgação da qualidade das nossas frutas e ampliação dos mercados, permitirá aumento significativo no volume exportado em 2017.

Balanço 2016

PROBLEMAS CLIMÁTICOS DEVEM REDUZIR EM 1% A PRODUÇÃO BRASILEIRA DE FRUTAS

A fruticultura é uma atividade de extrema importância para geração de renda e o desenvolvimento agrícola do Brasil. O segmento gera, aproximadamente, 5,6 milhões de empregos, em plantações que cobrem mais de 2 milhões de hectares distribuídos por vários polos de produção no país.

Em 2016, o setor sofreu com problemas climáticos que provocaram queda da produção em diversas regiões. Em Santa Catarina, por exemplo, a produção de maçã registrou queda em torno de 40%. Dois anos consecutivos de invernos fracos prejudicaram a dormência das macieiras, sendo que uma geada tardia queimou as flores das árvores.

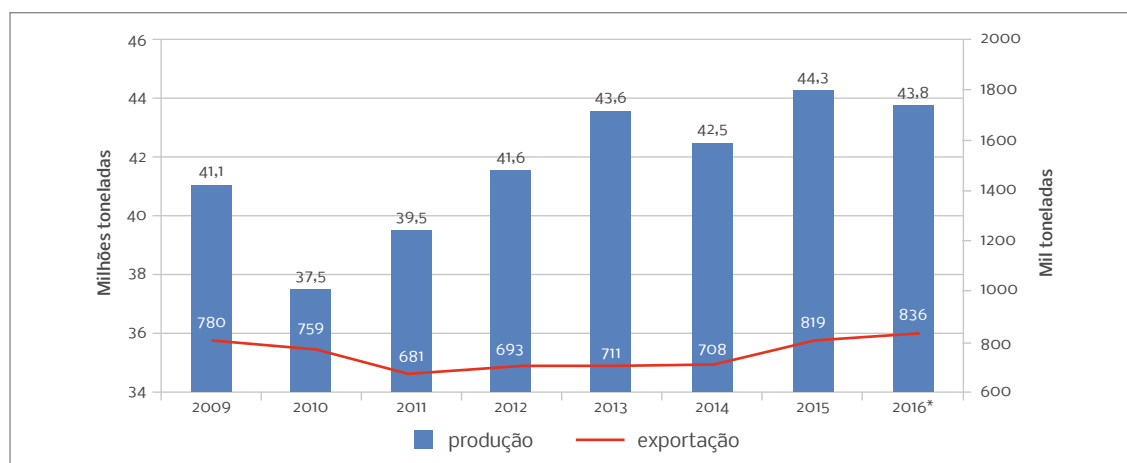
No Espírito Santo, o mamão sofreu com a seca que, de acordo com dados da Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Papaya (Brapex), provocou perdas de até 70% na produção, no primeiro semestre do ano.

Já na região Nordeste, que normalmente sofre com a estiagem, a forte seca de 2016 reduziu o nível dos poços artesianos, fazendo com que produtores de melão e melancia tivessem que deslocar parte de sua produção para áreas com maior disponibilidade de água.

Apesar dos problemas climáticos, a produção brasileira de frutas deve, em 2016, ter bom desempenho com queda de apenas 1%, na comparação com o ano passado. Com a volta das chuvas, a maioria das culturas conseguirá recuperar parte da produção perdida no decorrer dos últimos três meses do ano.

No que se refere às exportações, a previsão indica queda de 2,01% no valor e 1,19% no volume, de acordo com dados do Agrostat/MAPA compilados até setembro. Porém, como historicamente as exportações brasileiras de frutas frescas têm os maiores volumes de embarque nos meses de outubro, novembro e dezembro, estima-se que as vendas externas, em 2016, aumentem 3% em relação a 2015.

Gráfico 1. Produção e exportação de frutas frescas - 2009 a 2016



Fonte: Secex, elaboração CNA - *estimativa.

Hortalças

--	--	--

Perspectivas 2017

DESTAQUE PARA MAIS INVESTIMENTOS EM SISTEMAS DE CULTIVO DAS HORTALIÇAS

Com área cultivada de aproximadamente 837 mil hectares e volume de produção em torno de 63 milhões de toneladas, a produção de hortaliças contempla mais de uma centena de espécies cultivadas em todas as regiões do país.

Os problemas enfrentados pelo setor em 2016 não foram suficientes para desanimar os produtores. É provável que 2017 seja marcado por investimentos em inovações tecnológicas no sistema de cultivo e, consequentemente, pelo aumento da competitividade no setor.

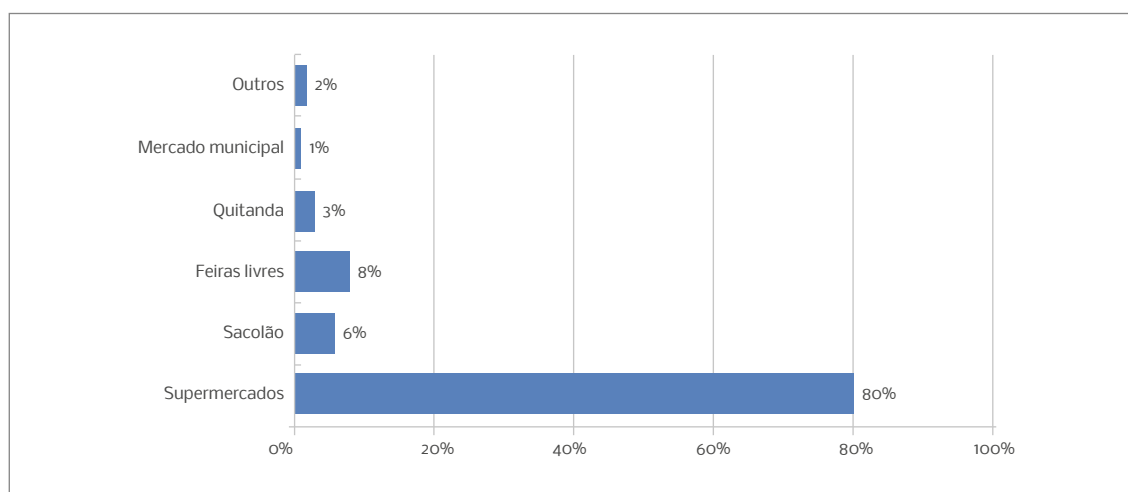
A continuidade dos investimentos em inovação tecnológica na horticultura, iniciado na década passada, deverá trazer melhoria nos índices de produtividade em grande parte das culturas, a exemplo da batata, tomate, cebola, cenoura e beterraba. Tais investimentos foram feitos por médios e grandes produtores em regiões, como Cristalina (GO), São Gotardo (MG) e Chapada Diamantina (BA), e servirão de exemplo para a adoção de novas tecnologias por outros produtores em regiões onde o cultivo de hortaliças já é tradicional, porém, com baixo nível tecnológico.

No que se refere ao consumo de hortaliças no Brasil, 2017 deverá ser um ano de forte demanda por produtos de tamanhos, sabores, cores e processamento diferenciados.

De olho nas tendências de mercado que indicam busca por praticidade no consumo de hortaliças e frutas, as indústrias processadoras vêm ampliando a oferta de produtos minimamente processados, sem conservantes químicos, disponíveis em embalagens pequenas, atrativas e prontas para serem consumidas.

Essa diversificação vai permitir aumento gradual do consumo no próximo ano. Além disso, dever ser consolidada a preferência do consumidor pela compra desses produtos em supermercados, firmando a tendência dos últimos anos.

Gráfico 1. Principal local de compra de hortifruti (%) - 2012



Fonte: Pesquisa CNA.

Outra tendência para 2017 será o aumento da produção e comercialização de hortaliças orgânicas. Esse segmento tem atendido uma pequena parcela de consumidores, em geral, dos médios e grandes centros urbanos do país, e tem crescido de forma significativa, nos últimos anos.

Os produtores de hortaliças orgânicas tem buscado a redução dos custos de produção com foco na melhoria da gestão e adoção tecnologias, tais como o manejo integrado de pragas e compostagem. Essas práticas compõem os dois principais itens do custo de produção das hortaliças orgânicas, tratos culturais e plantio (34%) e adubo orgânico (23%).

Em razão dos limites à utilização de defensivos e fertilizantes e da baixa produtividade, os produtos orgânicos, em sua grande maioria, são oferecidos por preços, em média, 40% mais caros, na comparação com as culturas produzidos de forma convencional.

As questões relacionadas à logística e comercialização das hortaliças deverão ser tratadas de forma mais incisiva em 2017. Espera-se aumento da informatização das operações e da racionalização das tarefas de movimentação e armazenagem das hortaliças no atacado e no varejo. Tal modelo facilitará o processo de rastreabilidade exigidos nos pontos de comercialização e consumidores.

A cadeia produtiva das hortaliças tem conquistado avanços consideráveis, porém, ainda existem desafios e gargalos que precisam ser superados em 2017 a tais como: aumento do consumo; a expansão da base técnico-científica em temas, como a mitigação de riscos ambientais e biológicos e olericultura de precisão; o aprimoramento de normas e mecanismos de garantia de oferta de defensivos para culturas com suporte fitossanitário insuficiente (*minor crops*); e a redução de perdas nos processos de pós-colheita de hortaliças.

A superação desses desafios só será possível por meio da construção de uma sólida parceria entre o setor público e o privado, facilitando que as demandas prioritárias do campo cheguem ao governo e às instituições de pesquisa, permitindo que soluções e novas tecnologias sejam transferidas com maior agilidade aos produtores.

Balço 2016

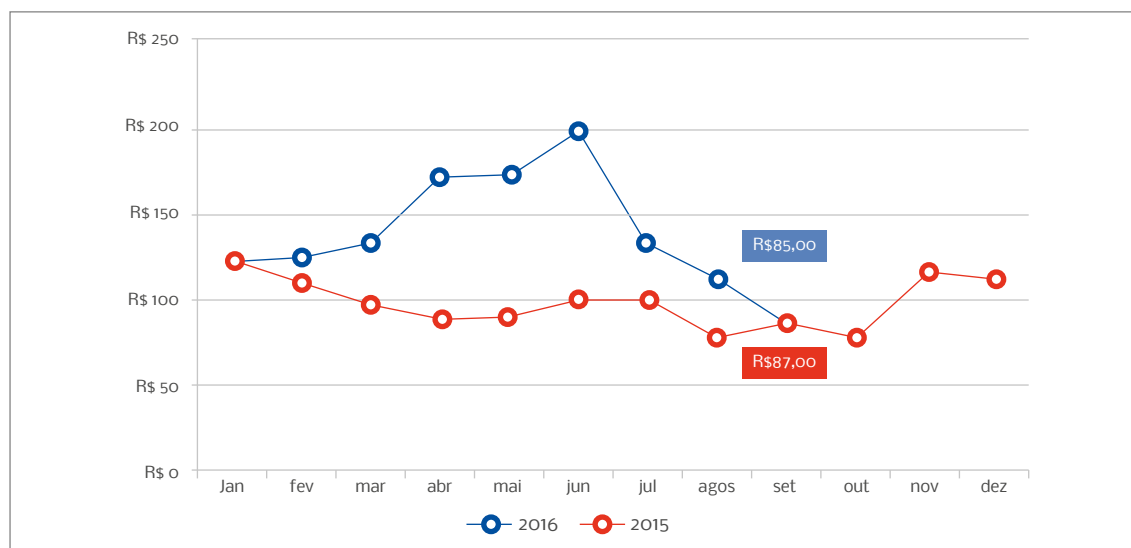
PROBLEMAS CLIMÁTICOS ELEVARAM OS PREÇOS DAS PRINCIPAIS HORTALIÇAS NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2016

O cultivo de hortaliças no Brasil é caracterizado como uma atividade realizada prioritariamente em micro e pequenas propriedades, localizadas em sua grande maioria nas proximidades dos grandes centros urbanos. As culturas exigem mão-de-obra desde a sua sementeira até a comercialização, o que torna a atividade uma grande geradora de empregos.

Em 2016, a produção de hortaliças no Brasil sofreu com problemas climáticos como excesso de chuvas, frio e geada na região Sul e estiagem no Nordeste. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Hortaliças (Ibrahort), nos estados do Sul, as perdas devido às baixas temperaturas e geadas chegaram a 30% nas hortaliças cultivadas em campo aberto. Já no Nordeste, a estiagem prolongada causou uma perda média de 20%.

Essas adversidades climáticas influenciaram diretamente os preços das principais hortaliças comercializadas na Companhia de Entrepósitos e Armazéns da Gerais de São Paulo (Ceagesp), exemplo da batata que, devido à queda da produção no primeiro semestre de 2016, registrou preço muito superior ao praticado no mesmo período do ano anterior.

Gráfico 2. Preço médio da batata comercializada no Ceagesp (R\$/saca de 50kg)



Fonte: Cepea/Elaboração CNA.

Outro fator negativo que afetou diretamente a rentabilidade dos horticultores em 2016 foi o aumento do custo dos insumos utilizados na produção, em especial devido à alta do dólar no primeiro semestre. Os custos com fertilizantes, defensivos e sementes, que, em sua grande maioria, são cotados em dólar, ficaram mais caros e aumentaram, em média, 20% os custos de produção.

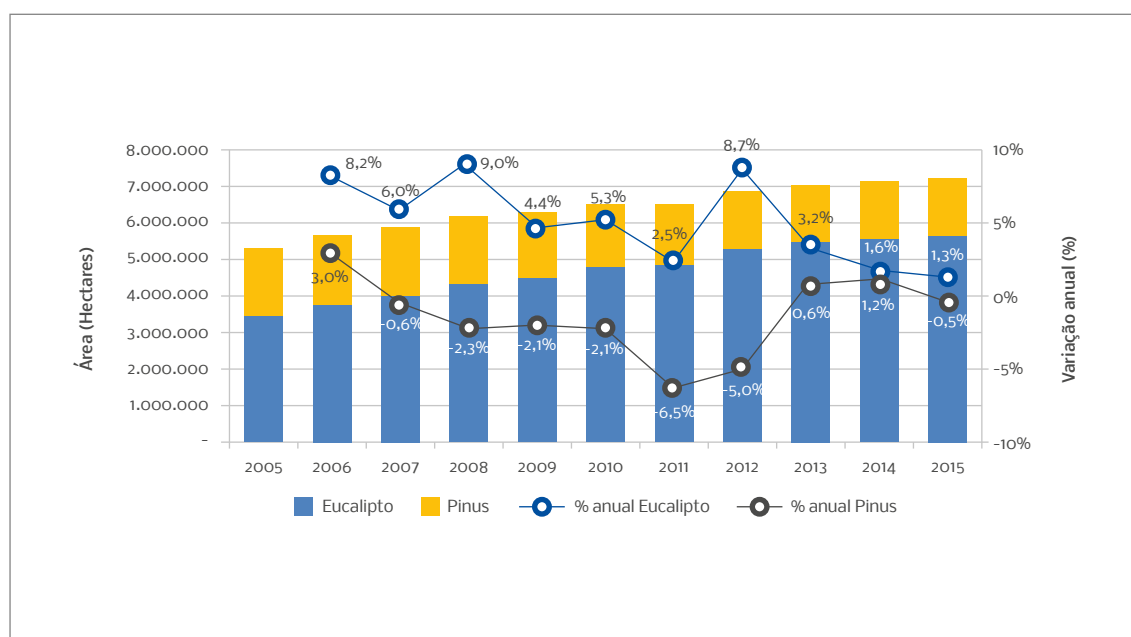
Dados da revista *Hortifruti*/Cepea mostram que, em 2016, os preços pagos ao produtor se mantiveram em bons níveis e, em poucos casos, a receita auferida pelos produtores não foi suficiente para cobrir os custos de produção das lavouras.

Perspectivas 2017

CRESCIMENTO DO SETOR DE FLORESTAS PLANTADAS E REDUÇÃO DA INSEGURANÇA JURÍDICA SÃO PRINCIPAIS APOSTAS

A redução dos investimentos em novos plantios, observada há alguns anos principalmente nas culturas de eucalipto e pinus (figura 1), contradiz o compromisso do Brasil em restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares para o cumprimento do Acordo de Paris (COP 21) ratificado em 2016. Para que esse desafio nacional seja, de fato, uma oportunidade para o silvicultor brasileiro a partir de 2017, há necessidade de investimentos do produtor rural, ampliação das informações e capacitações técnicas que possibilitem o acesso ao crédito.

Figura 1. Evolução da área de eucalipto e pinus no Brasil (2005-2015)



Fonte: Ibá, 2016. Elaboração CNA.

O setor aguarda para 2017 o Plano Nacional de Desenvolvimento de Floresta Plantadas, previsto no Decreto nº 8.375/2014. Sua execução será de responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), a quem compete a coordenação do planejamento, a implementação e a avaliação de suas ações, assim como a promoção de sua integração com as demais políticas e setores da economia.

O referido plano terá como conteúdo mínimo realizar o diagnóstico do setor de florestas plantadas, incluindo o inventário florestal, a proposição de cenários com tendências internacionais e macroeconômicas, metas de produção florestal e as respectivas ações para seu alcance. A publicação do plano é imprescindível para o replanejamento do setor para os próximos anos e irá sinalizar, por parte do governo, o compromisso com os acordos internacionais.

A soberania do país era o principal argumento do governo por não ter criado solução para a questão da compra de terras por estrangeiros e o incentivo à retomada dos investimentos. O novo governo iniciou a discussão com as entidades que representam o setor florestal e sinaliza para um acordo em breve. Isso irá exigir imediata organização e planejamento dos produtores rurais, para não perderem mercado frente à escala de produção das grandes indústrias que possuem capital estrangeiro e que deverão ficar ainda mais competitivas ao adquirir novas áreas e aumentar a produção.

O mercado siderúrgico, grande consumidor de madeira para carvão vegetal e principal termômetro do setor florestal brasileiro, deverá permanecer, ao longo de 2017, dependente da China, maior produtor de aço do mundo. O país asiático, que está enfrentando pedidos de penalidades comerciais para bloquear suas exportações sob a justificativa de exportar aço abaixo do preço previsto, prometeu reduzir a capacidade de produção, de 1,1 bilhão de toneladas, entre 100 milhões e 150 milhões de toneladas ao longo de cinco anos embora ainda não tenha iniciado a redução.

Por enquanto, o mercado siderúrgico interno permanece dependente do reaquecimento das indústrias da construção civil, automobilística e de eletrodomésticos.

É fundamental que, no próximo ano, haja uma iniciativa ordenada de formulação de ações públicas específicas. O objetivo seria fomentar a utilização de matéria-prima florestal para fins energéticos no Brasil, de forma sustentável, tanto para atender às demandas crescentes do mercado interno quanto para aumentar a nossa participação no comércio internacional desses.

Diante das características próprias que englobam o ciclo da atividade, há necessidade de caracterizar o setor como atividade específica para produção de energia. Assim, há a expectativa de realização de leilões públicos específicos para a utilização de cavaco de madeira proveniente das florestas plantadas.

A recente adesão da borracha natural à Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum do Mercosul (Letec), cuja alíquota do Imposto de Importação passou de 4% para 14%, criou grande oportunidade de reorganização da cadeia produtiva da heveicultura a partir de 2017, com benefícios a todos os atores (produtores, sangradores e beneficiadores). A inclusão do produto na Letec por um ano atende às reivindicações do segmento e possibilita o reinício das discussões sobre um Plano de Desenvolvimento da Heveicultura Nacional.

Balanço 2016

INSEGURANÇA JURÍDICA PREJUDICA INVESTIMENTOS E CELULOSE É DESTAQUE NAS EXPORTAÇÕES

Marcado pela queda de preço da madeira de eucalipto, 2016 não foi um ano fácil para o silvicultor brasileiro. Em algumas regiões acompanhadas pelo Projeto Campo Futuro da CNA, o valor pago ao produtor foi inferior a R\$ 30/m³, enquanto a expectativa na época do plantio era receber R\$ 50/m³.

O tímido aumento da área plantada de eucalipto (1,3%) deveu-se aos investimentos das grandes indústrias, principalmente aquelas que abastecem o mercado de celulose. A área plantada de pinus teve retração (-0,5%) em relação ao ano anterior. Semelhantemente, a área plantada das demais culturas, cujo objetivo é principalmente a produção de madeira sólida, teve aumento pouco significativo.

O ciclo de produção das florestas exige planejamento antecipado. O produtor florestal já está sem fôlego para permanecer na atividade com os baixos preços da madeira, ocasionado pelo excesso do produto em algumas regiões.

Além de novas invasões por movimentos sociais em áreas privadas de empresas do setor florestal, sendo a maior delas no sul da Bahia, a insegurança jurídica, ocasionada pelo impedimento da compra de terras por estrangeiros ainda assombrou os investidores ao longo de 2016.

Ainda assim, no acumulado de janeiro a setembro de 2016, o saldo da balança comercial dos produtos florestais foi positivo em US\$ 6,5 bilhões, US\$ 7,6 bilhões em vendas externas e US\$ 1,1 bilhão em importações.

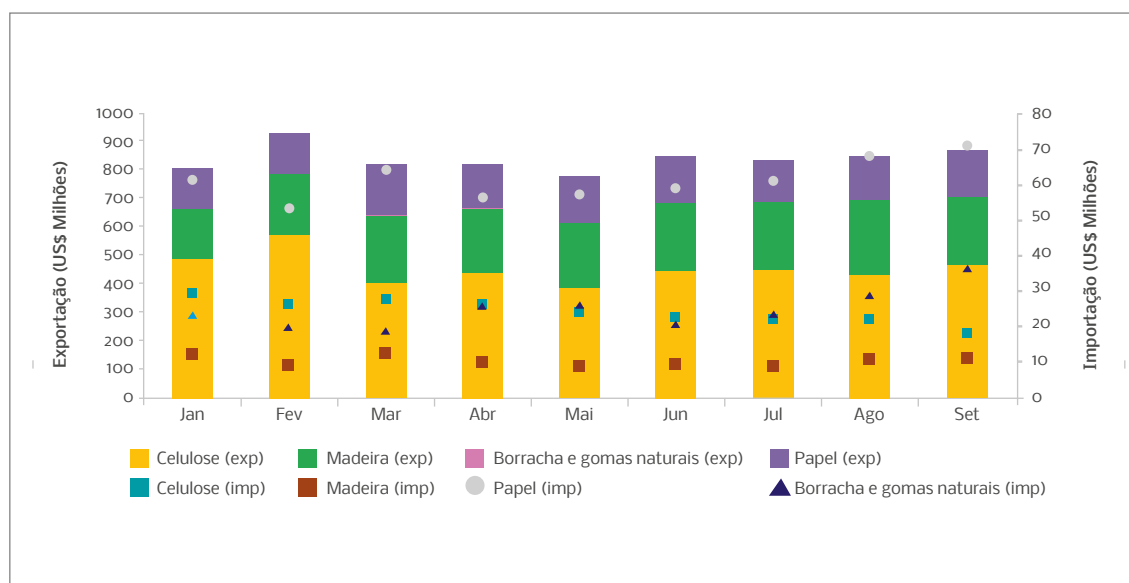
Novamente, em 2016, o grande destaque foi o mercado de celulose, cujos embarques totalizaram US\$ 4,1 bilhões (jan.-set.).

Até setembro deste ano, o principal destino das exportações brasileiras de celulose foi a China (38%), seguido da Europa (34%). Já o papel brasileiro teve como principal mercado a América Latina (59%).

No segmento de madeira processada, no acumulado de janeiro a setembro de 2016, as exportações totalizaram US\$ 2,1 bilhões, ante US\$ 1,5 bilhão no mesmo período do ano passado. As importações neste ano totalizaram US\$ 92 milhões e foram 16% superiores aos primeiros nove meses de 2015.

Papel e borracha natural são os produtos que mais impactaram a balança comercial florestal, cujas importações, no período avaliado, foram superiores a US\$ 550 milhões e US\$ 220 milhões, respectivamente.

Figura 2. Evolução da exportação e importação dos produtos florestais ao longo de 2016 (jan.-set.)



Fonte: Ibá, 2016. Elaboração CNA.

Pecuária de Corte

Perspectivas 2017

RETOMADA ECONÔMICA DEVE MELHORAR A DEMANDA POR CARNE BOVINA

RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA COMBINADA COM A PREFERÊNCIA DO CONSUMIDOR PELA CARNE BOVINA E O PROVÁVEL CRESCIMENTO DAS EXPORTAÇÕES PODEM FAVORECER A CADEIA DA BOVINOCULTURA.

A expectativa de queda de inflação e a do Risco Brasil, aliadas à retomada da confiança de empresários e consumidores, são sinais de que a economia brasileira começa a se recuperar. Segundo o *Boletim Focus* do Banco Central, o produto interno bruto (PIB) brasileiro de 2017 deve voltar a crescer em 1,3%.

Ainda que tímida, a projeção de crescimento do PIB é positiva para a economia favorecendo um discreto aumento no poder de compra do brasileiro, porém o consumo interno de carne bovina deverá continuar retraído, não caindo mais na preferência do brasileiro pela carne bovina. Em 2016, a disponibilidade de carne bovina indica um consumo interno semelhante ao de 2015, em torno de 33 kg/habitante/ano, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). No entanto, com a recuperação da economia, é provável que possamos reverter a queda observada na última década e retomar o crescimento no consumo, que já chegou a 40 kg/habitante/ano.

Outro ponto positivo é que a produção nacional de carne bovina vem crescendo a taxas maiores do que nos anos anteriores, em decorrência do aumento da produtividade. Nos últimos 13 anos (2003 a 2015), a produção teve um incremento de 57%, analisando o rebanho no mesmo período, nota-se alta de 19 milhões de cabeças. Os dados sobre abate bovino do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes ao primeiro trimestre de 2016, indicam aumento no volume de carne a ser produzida da ordem de 2% comparativamente a 2015, após dois anos seguidos de queda. Contudo, considerando que a demanda aumenta sazonalmente no segundo semestre do ano, estima-se que o aumento supere 3%.

Do lado da produção, a safra de bezerros deverá dar suporte à oferta de gado para engorda, com uma perceptível melhora na disponibilidade das categorias jovens. As vendas de boi gordo deverão ser maiores no próximo ano, enquanto os pesos das carcaças deverão aumentar com boas condições de forragens e menores custos dos alimentos. Para o próximo ano, os preços do boi gordo deverão ficar abaixo das cotações de 2016, já que a oferta de animais terminados deverá ser maior.

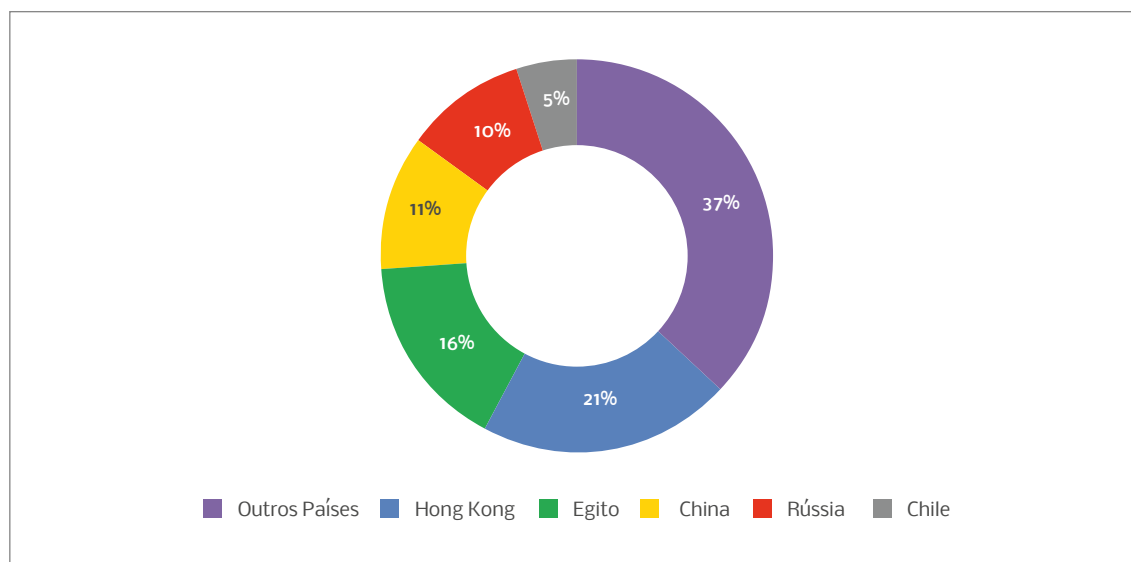
Na conjuntura internacional, a demanda pela carne bovina continua aquecida. Há expectativa de aumento dos embarques brasileiros para Ásia em 2017, especialmente para Hong Kong e China. Estes países costumavam comprar carne bovina da Austrália, mas, considerando a diminuição do abate bovino naquele país e o dólar cotado entre R\$ 3,10 e R\$ 3,50, nosso produto tornou-se competitivo e bastante acessível ao mercado asiático, permitindo ao Brasil continuar exportando volumes expressivos.

Entre os principais destinos da carne bovina brasileira, destaca-se Hong Kong, que lidera o *ranking*, apresentando um faturamento de US\$ 750 milhões e um volume de 214 mil toneladas

exportadas no acumulado de janeiro a setembro de 2016 (gráfico 1). A China também se destaca entre os principais destinos devido a seu potencial de compra. Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o consumo de carne bovina na China deverá atingir, neste ano, a marca recorde de 3,86 Kg por habitante, ante 3,03 Kg há uma década. De janeiro a setembro, as compras chinesas aumentaram 14% em comparação ao mesmo período do ano passado.

A recente abertura do mercado norte-americano para a carne bovina *in natura* do Brasil também é outro motivo de boas expectativas, não pelo volume exportado no primeiro mês de embarque, que atingiu apenas 126 toneladas, mas por contribuir com a visibilidade da carne brasileira no exterior, o que pode ajudar na formação do preço do nosso produto e pela abertura de novos mercados. Países como Japão, Canadá, México e Coreia do Sul, seguem os Estados Unidos como referência em exigências sanitárias e negociam com os mesmos exportadores.

Gráfico 1. Principais destinos das exportações brasileiras de carnes e miudezas bovinas, de janeiro a setembro de 2016 (volume)



Fonte: MDIC Elaboração: CNA.

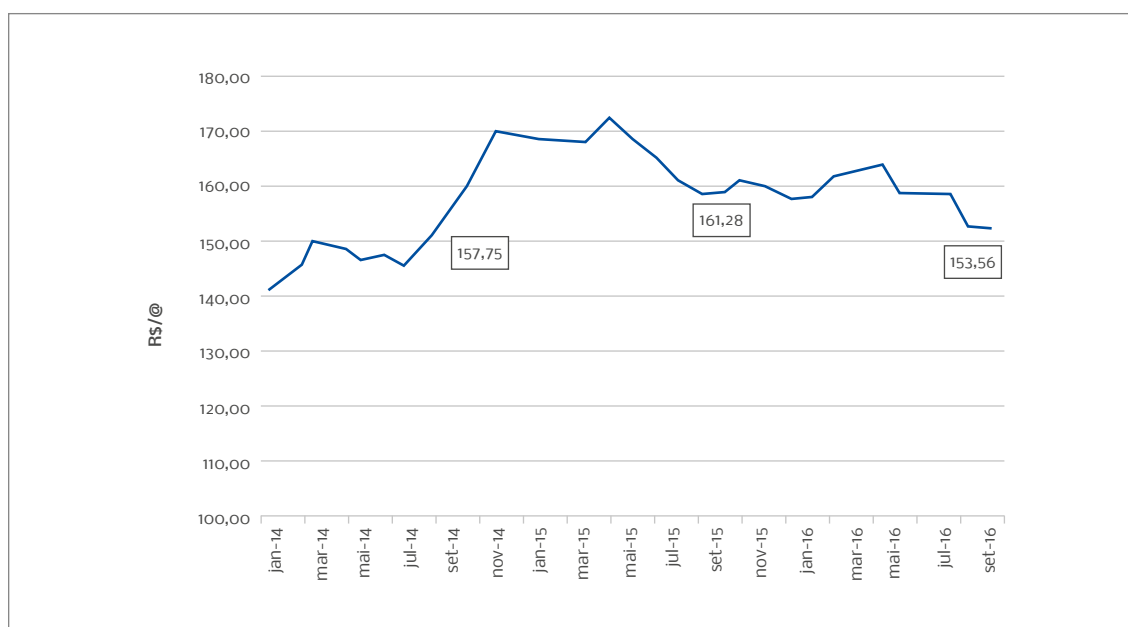
Balanço 2016

MARGENS DE COMERCIALIZAÇÃO APERTADAS PELA OFERTA E DEMANDA RESTRITA

No mercado interno, a crise econômica brasileira reduziu a demanda por carne bovina, cenário que elevou o estoque de carne dentro do país. Em tempos de crise e desemprego em alta, a substituição da carne vermelha por carne de frango e suína fica ainda mais pressionada.

Refletindo o ambiente econômico desfavorável, as indústrias tiveram dificuldades para escoar a produção causando uma pressão pela queda de preços do boi gordo. Em contrapartida, a baixa oferta de animais terminados limitou uma desvalorização ainda maior da arroba nos últimos meses (gráfico 2). O período de entressafra e o confinamento menor do que no ano passado são alguns dos fatores que sustentaram, também, o valor da arroba.

Gráfico 2. Indicador Esalq à Vista - jan./2014 a set./2016 em Reais (R\$/@)



Fonte: Esalq/Usf; FVG; •BM&F BOVESPA - Deflator: IGP-DI. Elaboração: CNA.

Ao analisar os valores nominais do boi gordo, deflacionados para valores reais, eles mostram o impacto que o acúmulo da inflação tem provocado ao longo dos anos sobre os preços do animal. Baseado nos índices do IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas (FGV), realizando-se a comparação entre os anos de 2015 e 2016, vislumbra-se que o preço médio real do boi gordo caiu cerca de 4,5%, na comparação anual. O preço do boi gordo atingiu o maior valor real da série histórica em 2015, quando atingiu R\$ 167,67 a arroba. A inflação pode criar uma “ilusão” de que os preços pagos em anos anteriores são menores que os valores atuais. No entanto, retirando-se a inflação, é possível visualizar que, em anos anteriores, o valor chega a ser mais alto que nos dias atuais, devido ao acúmulo da inflação.

As altas registradas ao longo dos últimos meses são devido à oferta restrita, em decorrência da seca nos estados de maior produção, o que limitou a recuperação das pastagens, e, em consequência, a engorda dos animais. Além disso, o salto nos preços do milho para o mercado interno fez o pecuarista repensar a estratégia de nutrição, uma vez que o grão é um dos principais ingredientes da alimentação na pecuária. Na comparação entre 2015 e 2016, o preço do milho registrou aumento de 67% de acordo com os dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada Esalq-USP (Cepea).

Diante de um ano marcado por inúmeras tribulações de mercado, algumas análises, como custo da reposição, cotação da arroba do boi gordo e o preço do milho, reduziram o confinamento na ordem de 18% em 2016, quando comparado ao abate de animais confinados em 2015, segundo a Associação Nacional de Confinadores (Assocon).

Entre os reflexos desse cenário, o preço do bezerro, que sofreu ampla valorização nos últimos dois anos, caiu 2% em outubro de 2016 na comparação com o mesmo mês em 2015. Isso se justifica pelo ligeiro aumento da oferta de animais para reposição, filhos das matrizes retidas a partir 2014. O recuo no preço da categoria indica que a virada do ciclo da pecuária já está acontecendo, impulsionada pela retenção de fêmeas em 2015.

Embora a Índia venha liderando as exportações mundiais, é importante ressaltar que aquele país não compete diretamente com o Brasil, uma vez que os mercados supridos pelos indianos são menos exigentes em questões sanitárias. A qualidade da carne é inferior à brasileira, portanto, possui preços bem menores. Assim, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) estima que o Brasil poderá terminar 2016 com um volume exportado de cerca de 1.850 toneladas, 8,5% a mais que o volume exportado em 2015 (1.705 mil toneladas). Mesmo modesto, este aumento foi fundamental para regular a oferta de carne bovina no mercado interno e garantir preços sustentáveis ao pecuarista brasileiro.

Pecuária de Leite

--	--	--

Perspectivas 2017

TENDÊNCIA MUNDIAL É DE QUEDA NA PRODUÇÃO, MAS BRASIL PODE SER EXCEÇÃO NESTE CENÁRIO

A baixa demanda de importantes países importadores de leite, somada aos baixos preços pagos a produtores no mercado internacional em 2016, projeta um cenário de retração na produção para o próximo ano. Em contrapartida, a produção tende a se recuperar no Brasil, mesmo com expectativas de preços menores que os adotados neste ano.

Em uma atividade marcada pela alta volatilidade de preços e um mercado que responde direta e rapidamente a variações na oferta do produto, qualquer oscilação gera impacto. Em 2017, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) prevê que o crescimento na produção de leite da União Europeia (UE) desacelere. As primeiras estimativas remetem a um crescimento de apenas 0,3%, o que em parte é explicado pela situação desmotivadora dos produtores e, também, pela fraca demanda dos importadores chineses. Caso prevaleça esta taxa de crescimento, ela será a menor em oito anos.

O Rabobank projeta que os preços globais dos produtos lácteos voltarão a subir no primeiro semestre atingindo patamares acima de US\$ 3.000 por tonelada, podendo chegar ao final do ano com valores de US\$ 3.400. Parte desta perspectiva também é atribuída à diminuição no ritmo de produção devido à desmotivação dos produtores europeus, principalmente pelo prolongado período de baixos preços recebidos. Contudo os elevados níveis dos estoques e a demanda global ainda enfraquecida oferecem riscos a essa recuperação de preços.

Outros importantes países exportadores de leite também podem sofrer com o declínio da produção interna. A Nova Zelândia, por exemplo, passa por uma redução no rebanho e um cenário de estresse hídrico em partes da região norte do país, local onde se concentra mais de 60% da produção nacional. Na Austrália, produtores vêm sofrendo com altos custos de produção e atrasos no pagamento por parte de algumas indústrias que atualmente trabalham no limite de suas capacidades instaladas.

Os Estados Unidos, depois de ostentar um crescimento da produção nos últimos tempos, decorrente de margens sustentáveis, passa por um momento de depressão dos preços pagos ao produtor e um aumento no abate de vacas. Na Argentina, chuvas em excesso, demanda interna fraca e os baixos preços internacionais sinalizam um primeiro semestre de 2017 de baixos volumes produzidos. E o Uruguai que, assim como a Argentina, sofreu com grandes problemas climáticos e fortes quedas de preços em 2016, prevê um aumento dos custos de produção, principalmente em relação ao concentrado, o que pode limitar a produção desse país.

Em relação à produção nacional em 2017, esta poderá ser um reflexo do efeito dos preços ofertados aos produtores brasileiros pelo mercado ao longo de 2016. Diante de um cenário de recuperação das margens, principalmente a partir de junho deste ano, o produtor sinaliza uma melhora nas condições de produção e, por consequência, na oferta de leite para o início do próximo ano. Contribui para essa possível retomada de volume a possibilidade de os custos da atividade estarem mais amenos no próximo ano, principalmente em decorrência

das quedas esperadas nos preços do milho e do farelo de soja, dois importantes componentes de um dos maiores gargalos da pecuária leiteira, o gasto com alimentação concentrada.

Quanto ao consumo no Brasil, a tendência continua de retração, principalmente por causa da economia desacelerada. Para o próximo ano, o relatório *Focus* (17/10/2016) prevê que o país crescerá 1,30% e a expectativa do câmbio é manter-se estabilizado em R\$ 3,36. Com a moeda nacional nesse patamar e com preços internacionais dos produtos lácteos a um valor médio de US\$ 3.200 por tonelada, outro cenário que não deve ter relevantes alterações é o da balança comercial. O atual quadro importador do mercado lácteo nacional só irá amenizar se os preços pagos ao produtor estiverem abaixo de R\$ 1,29/litro. Acima desse valor, ainda será mais atrativo para as indústrias importarem a matéria-prima, o que afetará o direcionamento da produção ao longo de 2017.

Dessa maneira, a recuperação dos preços, tanto os valores ao produtor quanto as cotações dos produtos lácteos, será impulsionada mais por uma queda da oferta do que pela melhora da demanda. Estipular uma perspectiva de preços para 2017 é desafiador, sobretudo no mercado brasileiro, em que os produtores não atuam na formação de preços e os consumidores fundamentam suas compras no costume, na renda e na praticidade.

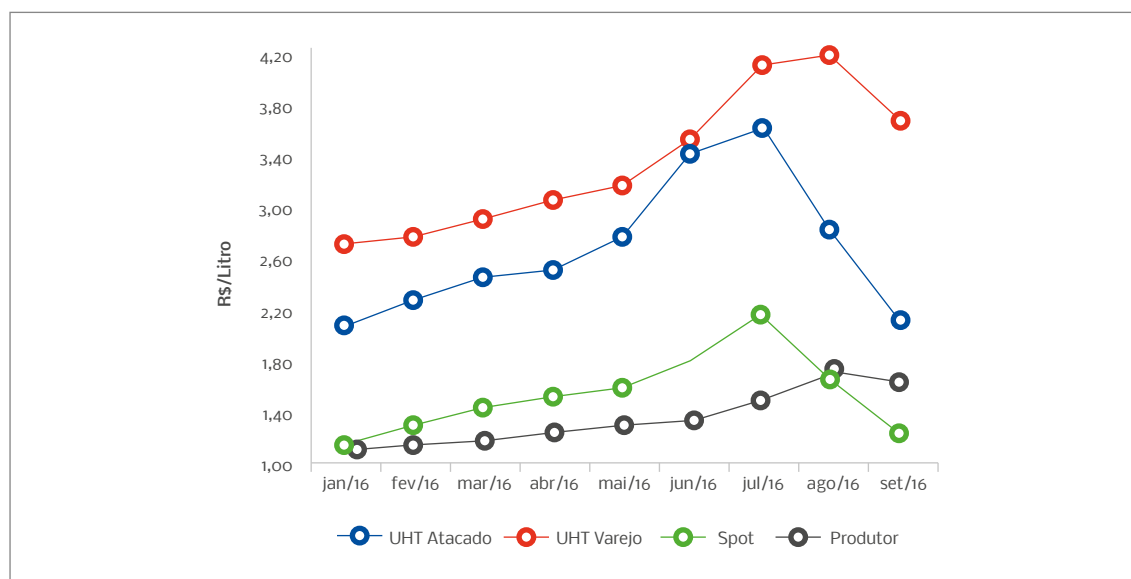
Balanço 2016

REFLEXO DA RETRAÇÃO DA OFERTA NO ANO PASSADO, PREÇOS REAGEM EM 2016 E PRODUTORES MAIS PREPARADOS MELHORARAM RENTABILIDADE

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2015, a produção de leite foi de aproximadamente 35 bilhões de litros, queda de 0,4% em relação ao ano anterior. Dados deste mesmo instituto indicam que, no primeiro semestre de 2016, houve redução na captação de leite em 6,4% na comparação com o mesmo período do ano passado. Nesse contexto, segundo os levantamentos do Centro de Estudos Avançados em Econômica Aplicada (Cepea), os preços pagos ao produtor pelo litro de leite acumularam altas sucessivas em 2016 e atingiram valor histórico em agosto, de R\$ 1,69 (valor bruto).

As altas dos preços pagos aos produtores, principalmente em julho e agosto, iniciaram um processo de recomposição de margens que foi rapidamente interrompido. O forte incremento nas importações de leite, associado à entrada da safra das principais regiões produtoras do país, derrubou os preços de forma abrupta. O Índice de Captação de Leite medido pelo Cepea de junho a setembro apresentou alta de 18,9%.

Gráfico 1. Comportamento dos preços dos lácteos

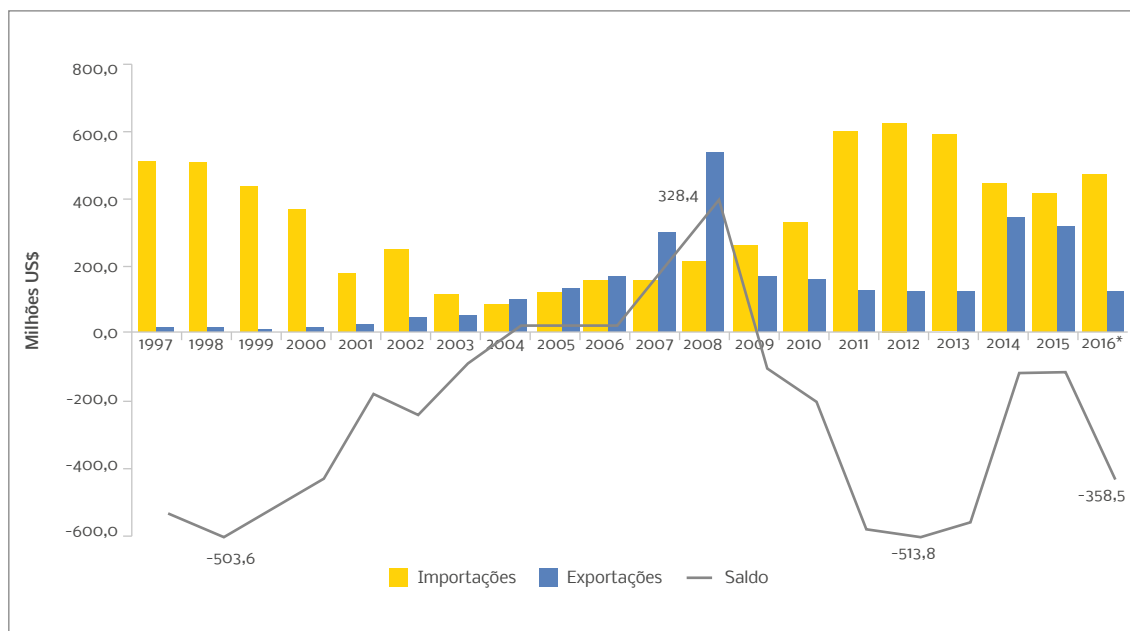


Fonte: Cepea/Esalq. Elaboração: CNA.

Parte da alta dos preços ofertados no campo deriva dos fortes incrementos observados nos valores do leite UHT, em um momento de queda da produção e consumo estabilizado. As cotações deste produto atingiram patamar histórico de R\$ 4,22, na média nacional do varejo, o que corresponde a uma valorização de 51,7% de janeiro a agosto. Assim, o consumidor sofreu com a alta do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que, em julho deste ano, atingiu 8,79% (valor acumulado em sete meses). A tendência é de que até o fim do ano, o leite deixe de ser o vilão deste indicador, já que, em setembro, houve redução no índice que engloba todos os produtos lácteos de 3,09% e o leite UHT recuou 7,89%.

Como reflexo do cenário produtivo e dos preços mais altos em relação aos países vizinhos, as importações de lácteos em 2016 obtiveram grande crescimento, principalmente nos produtos com origem na Argentina e no Uruguai. Em setembro, a balança comercial de lácteos obteve no acumulado do ano saldo negativo de US\$ 358 milhões, fato explicado pela redução nas exportações em 47,6% e pelo aumento dos valores importados em 50,2% na comparação com o mesmo período do ano passado. A participação estimada de todo o equivalente leite importado no total do mercado brasileiro chegou a 7,7%.

Gráfico 2. Evolução da balança comercial de lácteos



Fonte: Aliceweb/MDIC. Elaboração: CNA.

*Valor acumulado de janeiro a setembro de 2016.

Perspectivas 2017

OFERTA E EXPORTAÇÃO EM CRESCIMENTO E QUEDA DOS CUSTOS DE PRODUÇÃO

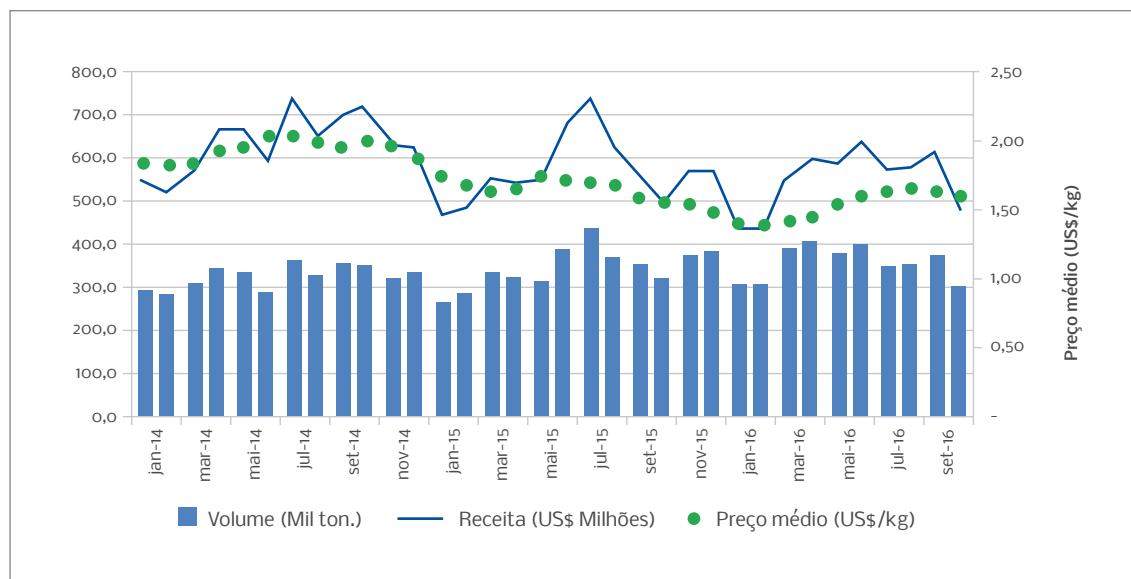
A produção brasileira de frango continuará crescendo em torno de 5% ao ano e atingirá 14 milhões de toneladas em 2017. O país ultrapassou a China e deve se consolidar pelo segundo ano consecutivo como o segundo maior produtor mundial, superado apenas pelos Estados Unidos. Já o país asiático vem apresentando indícios de retração para os próximos anos.

As exportações crescerão entre 5% e 6% em volume, mas a receita cairá 3,5% (gráfico 1) em 2016. O Brasil deve exportar 4,285 milhões de toneladas de carne de frango este ano, e a receita gerada será de US\$ 6,580 bilhões.

Os preços internacionais da carne de frango vêm caindo ao longo do ano. A desvalorização foi reflexo da recuperação dos EUA na produção e nas exportações, após controlarem seus surtos de influenza aviária.

Desde o início do ano, 12 novas plantas frigoríficas de abate de aves foram habilitadas para exportar para a China, totalizando 39 frigoríficos brasileiros do segmento. Nesse sentido, foi observado incremento de 67,1% do volume exportado para o país asiático de janeiro a outubro de 2016, em relação ao mesmo período de 2015, atingindo a quantia de 423,4 mil toneladas.

Gráfico 1. Evolução mensal e comportamento dos preços das exportações brasileiras de frango



Fonte: Elaborado por CNA, com dados do Mdic.

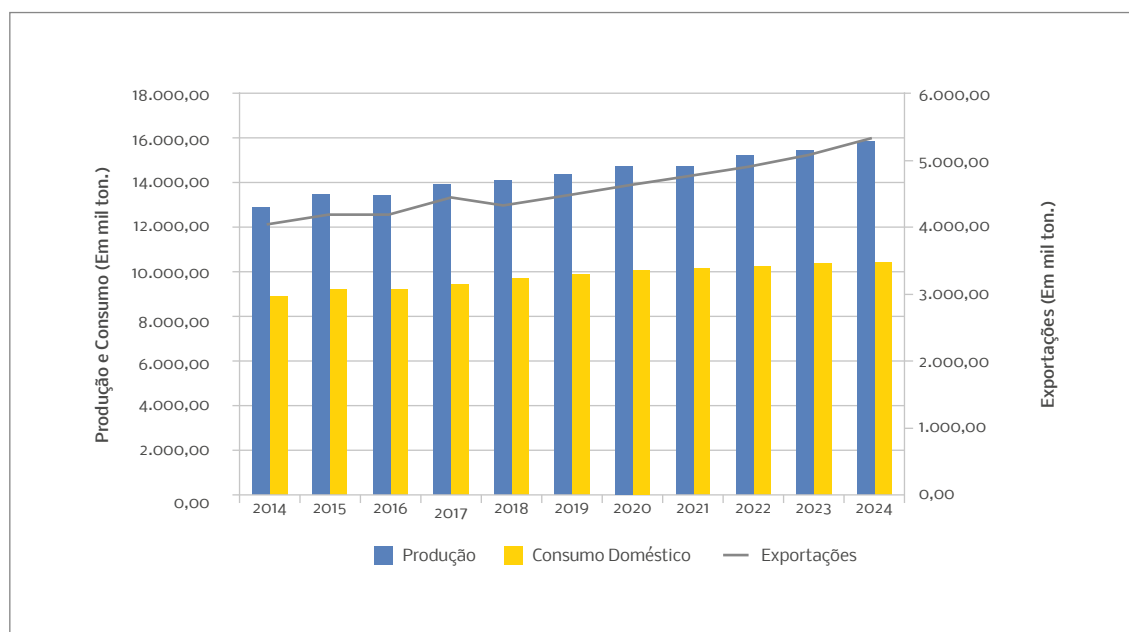
Estima-se o aumento da produção e das exportações em 5% no próximo ano, impulsionado pelo aumento da demanda dos países do Oriente Médio e da Ásia. Quanto ao mercado doméstico, a procura por carne de frango e ovos continuará aquecida. O consumidor

brasileiro que sofre com a crise financeira tende a continuar procurando alternativas mais baratas de fontes de proteína.

Quanto à participação dos estados nas exportações, o Paraná manteve a liderança, com participação de 35%, seguido por Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os três estados do Sul foram responsáveis por 74% de toda a receita gerada com os embarques do produto e representam 61% da produção nacional.

Segundo projeções da Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento da Organização para a Alimentação e a Agricultura das Nações Unidas (OECD/FAO), sigla em inglês, em 2019, a produção brasileira de carne de frango representará mais da metade das carnes produzidas no país, superando a produção da carne bovina somada à suína. Conforme o Agricultural Outlook 2015-2024 da OECD/FAO, a previsão aponta para um crescimento de 22% na produção em 10 anos, 17% no consumo doméstico e 31% nas exportações de carne de frango (gráfico 2).

Gráfico 2. Projeções de produção, consumo doméstico e exportações de carne de aves no Brasil



Fonte: Elaborado por CNA, com dados do Agricultural Outlook 2015-2024, OECD/FAO.

O desempenho do setor também foi prejudicado em 2016 devido ao aumento exorbitante dos custos de produção. Organizadas no regime de contratos de integração agroindustrial¹, muitas empresas optaram por não formar estoques de milho no início do ano, esperando por uma queda nos preços do cereal, o que não ocorreu.

Os preços do milho dispararam e diversas empresas amargaram em prejuízos durante o ano. Apesar do crescimento, a produção de frango foi redirecionada para unidades mais

¹ Relação contratual entre produtores integrados e agroindústria integradora para o fornecimento dos insumos e orientações técnicas necessárias para a produção de animais, por meio da divisão dos custos e riscos comerciais entre as partes. A agroindústria é a responsável por adquirir o milho e repassar aos produtores integrados.

eficientes, enquanto unidades de abate menos eficientes reduziram seus turnos de trabalho. Espera-se a reduo das cotaes de milho em 2017, o que favorecerá a produo de frango e ovos a custos mais aceitáveis.

Outros temas que ganharão protagonismo em 2017, referem-se à aprovaço da Lei dos contratos de integraço (Lei nº 13.288/2016), ao plano de prevenço e controle à influenza aviária e ao uso racional de antibióticos na alimentaço animal.

Balanço 2016

AUMENTA O CONSUMO DE CARNE DE FRANGO E OVOS EM 2016

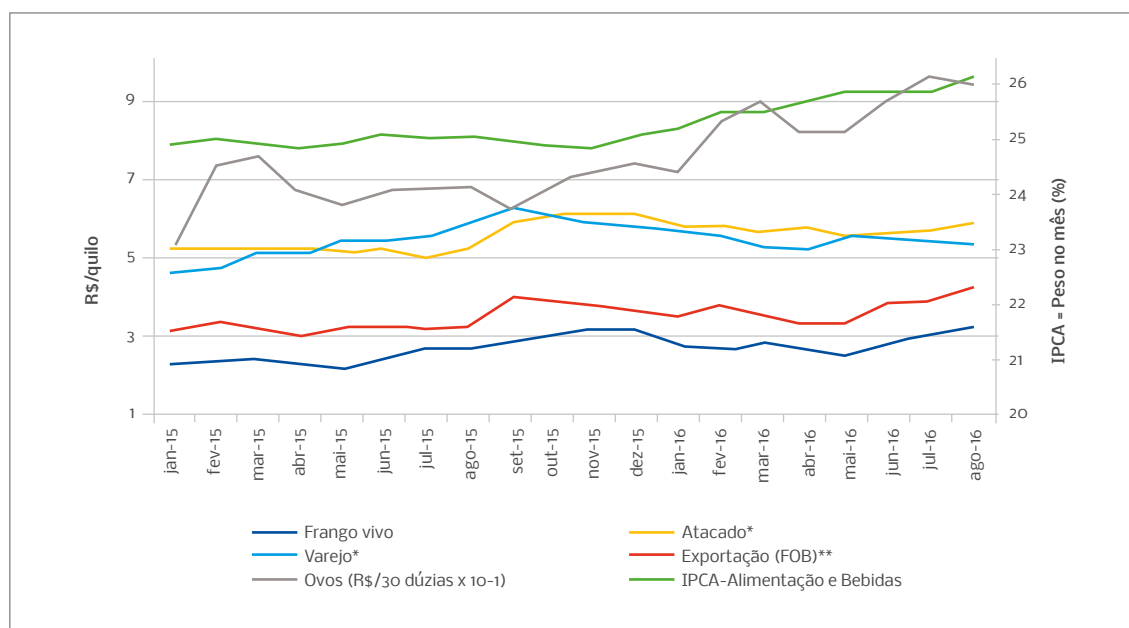
Com a crise econômica que o país vive, a carne de frango e os ovos se consolidam como alternativas acessíveis ao consumidor descapitalizado, pois são as fontes de proteína animal mais baratas que existem no Brasil. Tendo em vista o aumento dos níveis de desemprego e a perda do poder aquisitivo do consumidor, a cadeia da avicultura se destaca frente às outras proteínas.

Estima-se produção e consumo recorde de ovos em 2016, com crescimento de cerca de 5% em relação ao ano anterior. Em 2015, a produção atingiu 39,5 bilhões de unidades e consumo de 191,7 ovos *per capita*. Já a produção de carne de frango deve atingir 13,6 milhões de toneladas em 2016, com consumo doméstico de 46 Kg por habitante.

Apesar de um ano turbulento em relação ao impacto do preço do milho nos custos de produção, o setor produtivo de ovos conseguiu repassar parte dos custos para o consumidor final. Segundo dados do Cepea, o preço médio da caixa com 30 dúzias de ovos brancos foi de R\$ 85,61 no acumulado do ano (gráfico 3) na praça de São Paulo (principal polo produtivo), o que supera em 30% o preço médio observado entre janeiro e setembro de 2015.

Quanto ao mercado das carnes, os preços médios do frango vivo e do abatido no atacado e no varejo superaram ao ano de 2015 de forma mais branda, com aumento entre 10% e 15% em relação ao ano anterior (gráfico 3). Parte desse aumento deve-se ao aumento nos custos de produção e ao aumento do preço de carnes concorrentes.

Gráfico 3. Série histórica dos preços médios de frango vivo, frango abatido e resfriado no atacado e varejo em São Paulo, ovos comerciais, preço médio das exportações de carnes e miudezas de frango e IPCA-Alimentação e Bebidas



Obs.: *Abatido e resfriado. **carnes e miudezas resfriadas e congeladas.
Fonte: Elaborado por CNA, com dados da AviSite, JOX, CEPEA/ESALQ, Procon-SP, Mdic e IBGE.

Perspectivas 2017

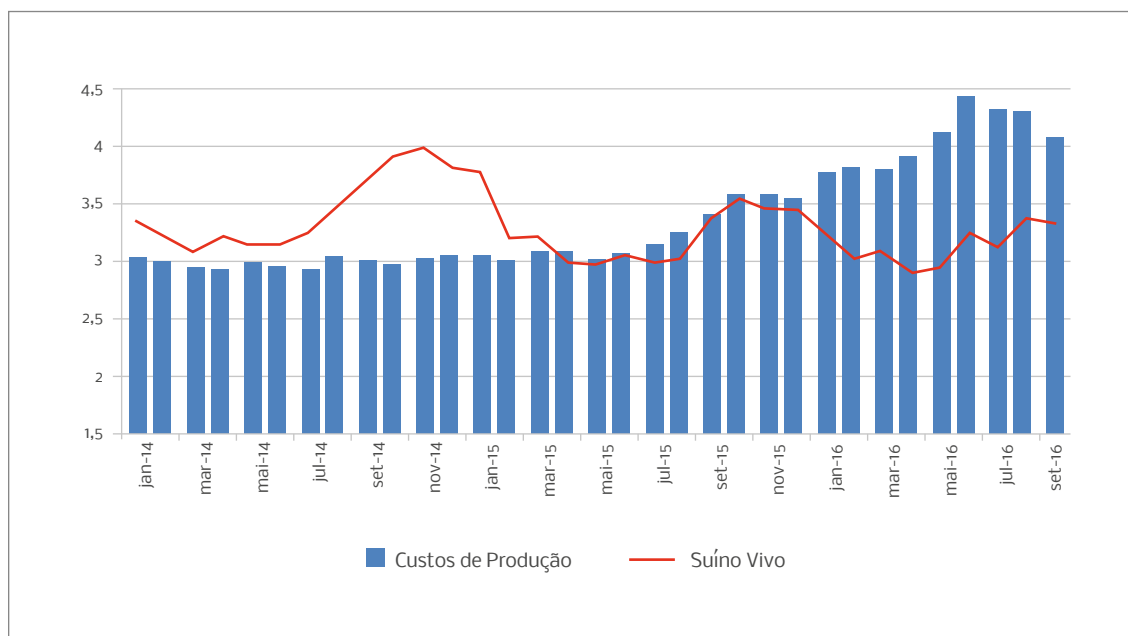
EXPECTATIVAS DE QUEDA DOS CUSTOS DE PRODUÇÃO

O abastecimento doméstico de milho a preços equilibrados está garantido para o próximo ano. A área plantada do cereal no Brasil, Argentina e Estados Unidos crescerá na próxima safra, bem como a participação dos nossos concorrentes no mercado internacional da *commodity*. Soma-se a este fator a valorização do Real frente ao dólar, que tende a minimizar as exportações brasileiras do grão.

O suinocultor amargou prejuízos em 2016. Devido à valorização de 55% do milho, principal componente da alimentação animal, os custos médios para a produção de suínos foram 30% superiores aos observados em 2015 (gráfico 1) nos polos produtivos da região Sul. A alimentação representa 80% dos custos de produção.

Mesmo que para 2017 esteja previsto o fenômeno climático La Niña no Brasil, apenas uma quebra de safra muito grande, tanto aqui quanto nos Estados Unidos e na Argentina, poderia sustentar os preços do milho nos patamares atuais. Os três países juntos representam 51% da oferta e 70% das exportações mundiais do grão. A estimativa é de produção recorde nesses países. Dessa forma, espera-se redução dos custos de produção para o suinocultor aos patamares observados de 2014 até meados de 2015.

Gráfico 1. Evolução dos custos de produção (granja de ciclo completo) e preço do suíno vivo em Santa Catarina (R\$/kg)



Fonte: Elaborado por CNA, com dados do Cepea/Esalq/USP e Embrapa Suínos e Aves.

Os reflexos da crise no setor serão sentidos principalmente em 2017, com o encolhimento da produção. A Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) prevê redução de 1,23% no plantel de matrizes (fêmeas reprodutoras) no próximo ano, que deve totalizar 1,686 milhão de cabeças. Descapitalizados, alguns suinocultores saíram da atividade e outros deixaram de reinvestir nas granjas, como na reposição de matrizes. A venda para o abate dos animais dos criadores que abandonaram a atividade deram falsa expectativa de crescimento em 2016 (tabela 1). Já a não substituição de matrizes implicará redução da capacidade reprodutiva e eficiência zootécnica dos animais no médio prazo.

A crise da suinocultura só não foi pior por que o mercado de suínos vivos tem sustentado seus preços ao longo de 2016. A ascensão das exportações da carne contribuiu significativamente para equilibrar a oferta do produto em relação à demanda, uma vez que a redução do poder aquisitivo do brasileiro encolheu o mercado doméstico. Os valores dos cortes bovinos também contribuíram para sustentar o mercado da carne suína a bons preços, pois são bens substitutos.

Espera-se a manutenção dos bons preços no mercado de suínos em 2017. A disponibilidade do produto será reduzida (tabela 1), o poder aquisitivo do consumidor ganhará fôlego e as exportações tendem a se manter aquecidas.

Tabela 1. Projeções de oferta e demanda da carne suína

	2015	2016*	2017*
Produção (mil ton.)	3.772	3.826	3.807
Exportação (mil ton.)	555	730	760
Consumo doméstico (mil ton.)	3.217	3.126	3.087
Consumo per capita (quilos/hab.)	15,71	14,94	14,53

*Previsão.

Fonte: ABPA, 2016.

Ainda para 2017, temas como o novo marco legal dos contratos de integração (Lei nº 13.288/16), sistemas de manejo com foco no bem-estar animal e produção sustentável de suínos terão mais protagonismo maior.

Os reflexos da lei da integração serão mais sentidos pelos suinocultores integrados a partir de 2017. Trata-se de tempo necessário para a adequação das empresas às novas regras, bem como para que os atores do ambiente institucional formem os fóruns e instrumentos dispostos na lei.

No tema bem-estar animal, deverá aumentar significativamente o número de granjas com sistema de baias coletivas nos próximos anos no Brasil. Cresce o número de empresas do ramo alimentício - como Mc Donald's e Burger King - que vêm anunciando a aquisição de suínos apenas de sistemas de produção que adotam baias coletivas, em vez de gaiolas de gestação. A União Europeia, grande formadora de tendências mundiais, vem negociando para incluir o bem-estar animal em todos seus acordos comerciais. Apesar de o Brasil não exportar carne suína para os europeus, as ações de lá refletem aqui. O bem-estar animal toma a cada dia maior abrangência internacional, aumentando a pressão governamental e da sociedade para que o setor adote as medidas.

Referente à produção de suínos com tecnologias de baixa emissão de carbono, ações do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), iniciadas em 2015 e 2016, deverão surtir efeitos nos próximos anos. A maior clareza sobre o uso e a viabilidade da utilização de biodigestores para a geração de energia - térmica e elétrica - fatalmente auxiliará os suinocultores na tomada de decisão sobre esse tipo de tecnologia.

Balanço 2016

BRASIL CONQUISTA O MERCADO CHINÊS

A produção e a exportação de carne suína cresceram em 2016, mesmo com a redução do poder aquisitivo do consumidor e o aumento nos custos de produção. O saldo positivo, apesar de um ano turbulento com o desabastecimento de milho em algumas regiões, foi reflexo do crescimento das exportações para a China, somado à valorização da carne bovina no mercado doméstico.

A produção de carne suína será de 3,826 milhões de toneladas em 2016, crescimento estimado de 1,4% em relação ao ano anterior, segundo estimativas da ABPA. As exportações atingirão 714 mil toneladas e receita de US\$ 1,378 bilhão, aumento de 36% em volume e 10% em faturamento na comparação (tabela 2).

Tabela 2. Comparativo das exportações de carne suína entre 2015 e 2016, em volume e receita

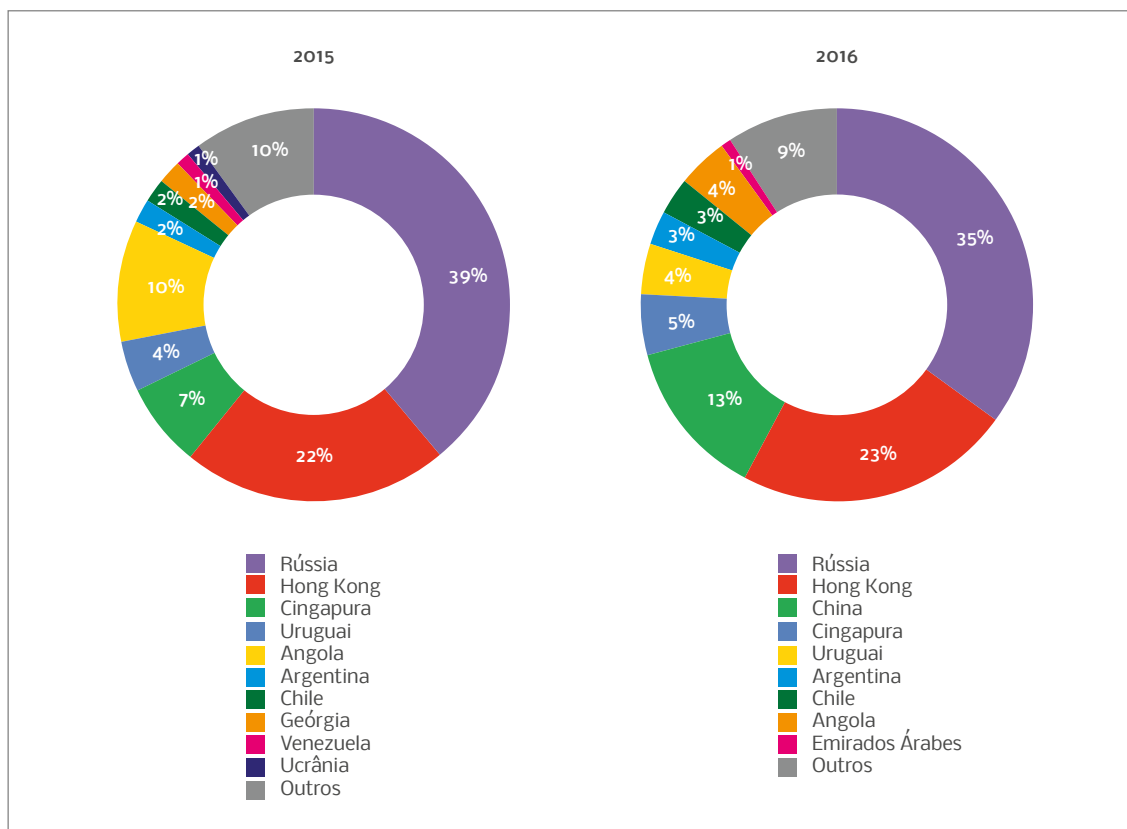
	Volume (mil toneladas)			Receita (US\$ milhões)		
	2015	2016	Variação	2015	2016	Variação
Janeiro	28,6	42,7	56,2%	70,2	76,5	8,9%
Fevereiro	29,2	46,9	67,2%	63,7	82,4	29,4%
Março	38,6	60,5	61,7%	82,7	104	25,8%
Abril	42,8	57,1	37,2%	91,8	105,1	14,5%
Maio	48,6	58,5	23,4%	112,5	117,5	4,4%
Junho	47,5	57,5	24,1%	117	117,8	0,7%
Julho	61,8	57,9	-4,3%	155,9	118,2	-24,2%
Agosto	48,7	62,8	32,4%	111,3	133,7	20,1%
Setembro	51,2	70,1	40,2%	117,9	162,6	38,0%
Outubro	49,9	59,8	22,3%	113,3	141,6	25,0%
Novembro	62,4	81,7*	31,0%*	127,9	141,1*	10,5%*
Dezembro	44,7	58,6*	31,0%*	78	86,0*	10,1%*
Total	555,0	714,1*	36,3%*	1.242	1.378*	10,3%*

*Previsão

Fonte: Elaborado por CNA, com dados do Mdic.

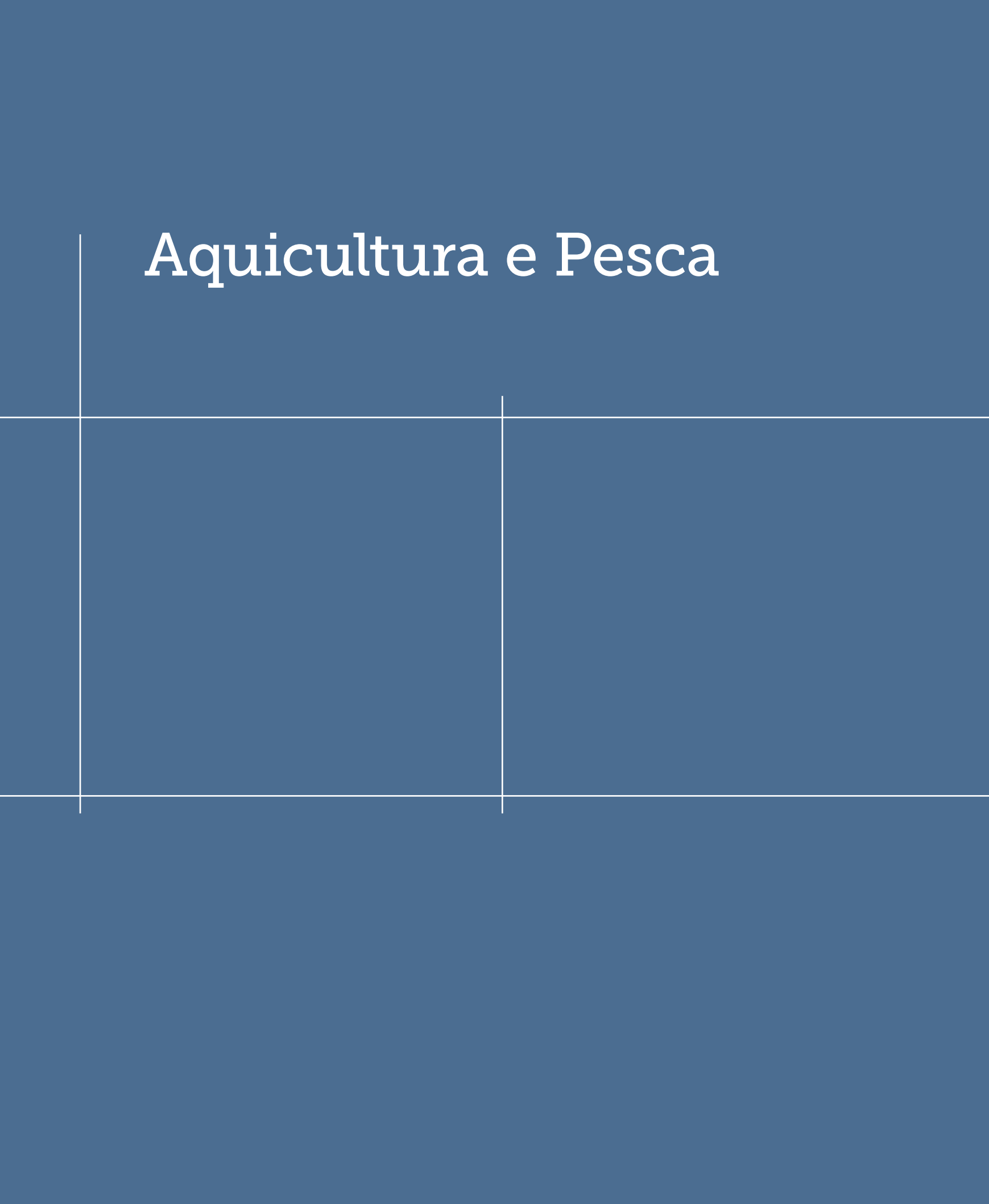
A China habilitou seis plantas de carne suína este ano, totalizando 12 frigoríficos brasileiros credenciados. Consequentemente, as exportações para os chineses atingiram incremento de 25 vezes o volume exportado de janeiro a outubro de 2016, atingindo 75 mil toneladas neste ano. A China tornou-se o 3º principal mercado importador do Brasil, com 13% do total (figura 1).

Figura 1. Principais destinos das exportações brasileiras de carne suína em 2015 e acumulado de 2016



Fonte: Elaborado por CNA, com dados do Mdic.

Aquicultura e Pesca



Perspectivas 2017

RETOMADA DO CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO COM FOCO NA REGULARIZAÇÃO SANITÁRIA

Investimento em sanidade e legislação simplificada poderá transformar o Brasil em um grande produtor mundial de pescado.

Em 2017 espera-se a retomada do crescimento na produção aquícola nacional a partir da reposição das reservas hídricas pelo país, impulsionada também pela demanda reprimida do mercado criada pela sensível redução na importação de pescados. O aumento generalizado nos custos dos insumos, por conta da inflação, deve continuar pressionando a busca por maior eficiência e competitividade do setor e, com isso, sua organização, o que deve intensificar o movimento no sentido de implantar Arranjos Produtivos Locais (APLs), sobretudo nas regiões onde já existe maior concentração da produção. O setor deverá estar preparado para a implementação dos Programas de Sanidade Aquícola, exemplos do Programa Nacional de Sanidade de Animais Aquáticos de Cultivo - “Aquicultura com Sanidade” e do “Alevino Monitorado”.

Apesar da estabilização na taxa de câmbio, a tendência é de queda nas importações de pescado em 2017 por conta da menor aceitação dos produtos oriundos da Ásia. Além disso, esses produtos devem sofrer aumento de preço, em dólar, por conta da elevação nos custos de produção em países, como o Vietnã. A implementação de novas medidas de controle sobre a qualidade do pescado importado exigirá a entrada de produtos de melhor qualidade e, em consequência, de maior valor. Essa situação torna mais justa a competição com o pescado nacional com foco na qualidade.

A adoção de sistemas mais ágeis e transparentes para o licenciamento ambiental, nos principais estados produtores do país, contribuirá para a formalização da atividade que ainda é preponderantemente informal, dando maior segurança aos investidores e aos produtores. É necessário que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) foque suas ações na solução dos gargalos regulatórios que tanto dificultam o crescimento da atividade. É o caso, por exemplo, da modernização do Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (Riispoa); de mais agilidade na liberação das concessões de uso de águas públicas; do fomento das cadeias produtivas organizadas em APL; e da necessidade de maior coordenação das ações de pesquisas em conjunto com o setor privado.

Com relação ao setor pesqueiro, prevê-se o início das discussões com o Mapa quanto às novas normas para subvenção ao preço do óleo diesel e simplificação do modelo de emissão e renovações de licenças de pesca. E, ainda, a adoção de novo modelo de rastreamento das embarcações via satélite.

Balanço 2016

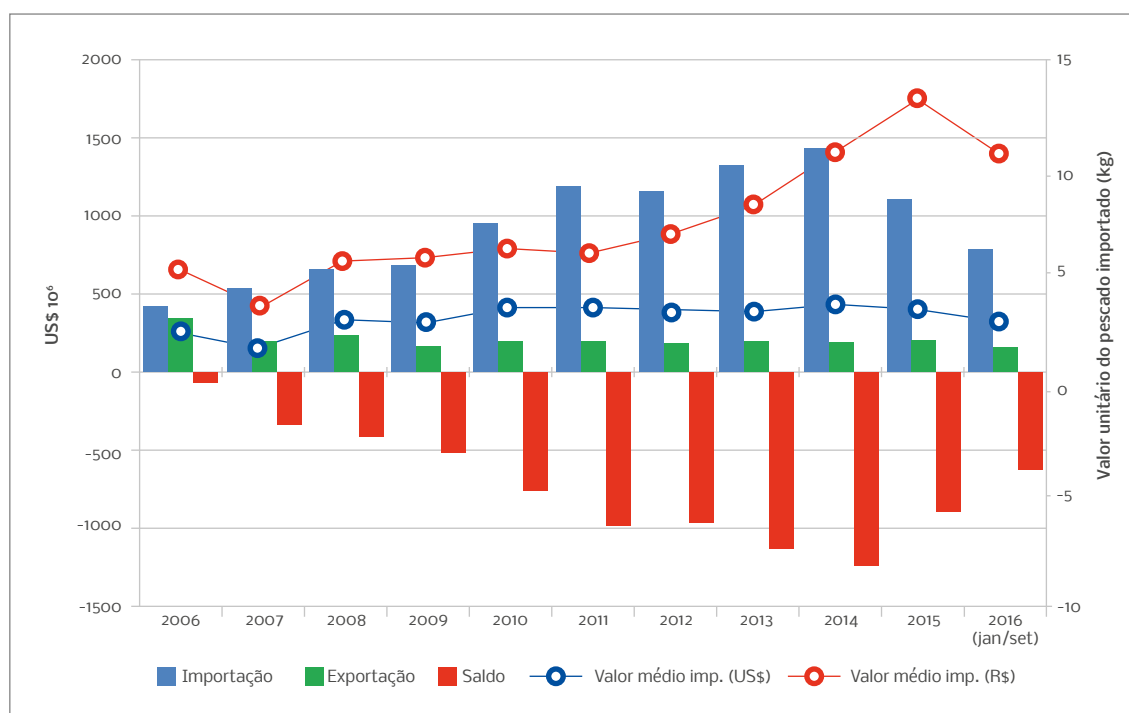
BRASILEIRO EXIGE MAIS QUALIDADE DO PESCADO CONSUMIDO

A balança comercial de pescados continuou deficitária, mas com importações em queda, indicando crescente rejeição ao produto asiático.

Em 2016, a produção nacional de pescado permaneceu praticamente estável em relação a 2015. Esta estagnação se deu por fatores como a forte estiagem na região Nordeste, que suspendeu a produção de tilápias em tanque-rede no açude do Castanhão, no Ceará, e a redução da disponibilidade hídrica em todo o interior desta região. Outro fator importante foi a queda na produção de peixes redondos no estado do Mato Grosso, um dos maiores produtores do país, por conta de dificuldades no escoamento dos produtos. Houve queda na produção em Roraima, também provocada pela forte estiagem que atingiu o estado por dois anos consecutivos. A redução na produção de tilápias no estado de São Paulo, também por conta da estiagem nos grandes reservatórios de água em 2015, provocou queda na produção e colheita em 2016. Já a queda da produção em algumas regiões foi compensada pelo crescimento em grandes estados produtores, como Paraná, Santa Catarina, Rondônia, entre outros.

A balança comercial de pescados continuou deficitária ao longo deste ano, mas, desde 2015, as importações continuam em queda. Importações menores, principalmente dos produtos oriundos da Ásia, inicialmente, provocaram a elevação dos preços em reais, devido à alta da taxa de câmbio da moeda americana. No entanto, recentemente, são claros os indícios de uma crescente rejeição dos produtores asiáticos. A redução nas vendas desses produtos no país vem ocorrendo apesar da sensível queda dos preços em 2016, segundo fontes ligadas ao setor de varejo.

Valores da Balança Comercial de Pescados - Brasil

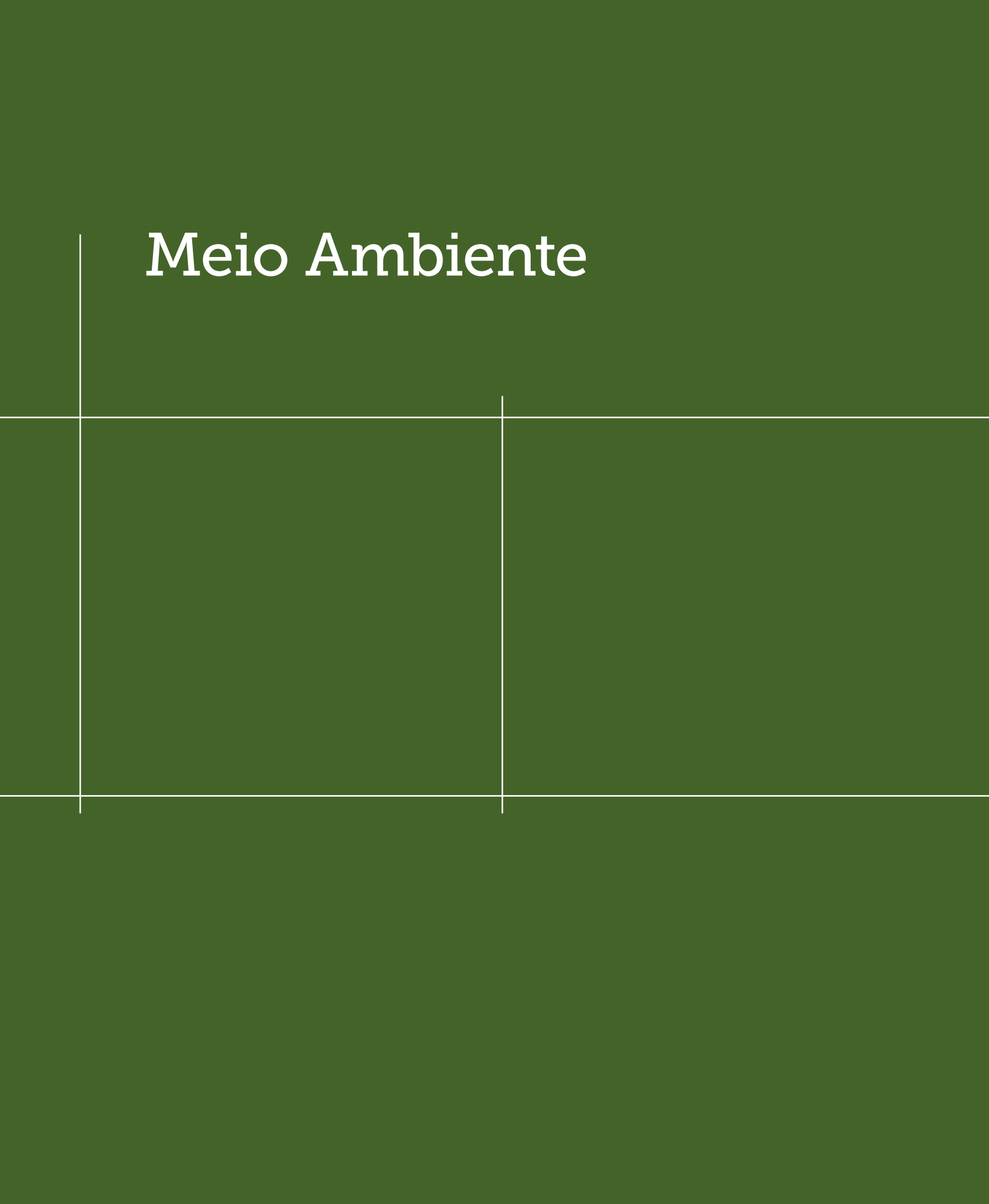


Fonte: Mdic, 2016.

No ambiente institucional, apesar das mudançs feitas pelo novo governo nas equipes dos ministérios, a criação e a manutenção da Câmara Setorial da Aquicultura, no âmbito do Mapa foi de extrema importância para o setor. Reunindo representantes dos setores público e privado, a Câmara tem discutido os principais gargalos e propostas necessárias para o crescimento do setor. Entre as principais propostas estão: a desburocratização do processo de regularização da atividade aquícola no país, com a instituição dos processos de licenciamento ambiental autodeclaratório e *online*, a exemplo do modelo existente no Paraná e em Santa Catarina; a simplificação do processo de obtenção do certificado emitido pelo Serviço de Inspeção Federal (SIF), com mudança no foco e garantia das características do produto final, ao invés da instauração de processos; a isonomia das exigências sobre o pescado importado com os produtos produzidos no país; e a prioridade das pesquisas com foco nas necessidades do setor.

No setor pesqueiro, 2016 foi marcado por estagnação dos trabalhos de fomento e de promoção devido à incorporação do Ministério da Pesca e Aquicultura ao Mapa. O reduzido quadro de pessoal do Mapa trouxe sérios prejuízos ao setor no que diz respeito a emissão e renovação de licenças de pesca e fomento da atividade em relação aos programas do óleo diesel e de renovação da frota pesqueira. Outro fator que trouxe impacto para o setor pesqueiro, em 2016, foram os erros de transmissão de dados do rastreamento das embarcações, via satélite. Essa situação resultou em grande quantidade de multas e de apreensão de pescado, sem a correta justificativa por parte dos órgãos reguladores e ambientais.

Meio Ambiente



Perspectivas 2017

REGULAMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL (PRA) E ADOÇÃO DE NOVAS METAS DE REDUÇÃO DOS GASES DE EFEITO ESTUFA.

A consolidação do código florestal, definição das regras para efetivação do Programa de Recuperação Ambiental (PRA) e a contabilização do real passivo ou ativo ambiental brasileiro deverão marcar 2017. Países signatários do Acordo de Paris definirão metas a serem cumpridas.

Perto de 97% das áreas das propriedades rurais constam do banco de dados do Serviço Florestal Brasileiro (SFB); a expectativa pela divulgação do real passivo ambiental brasileiro será o grande marco no desenvolvimento dos rumos da política ambiental do país, no próximo ano. Com a diversidade de realidades, a diferença entre as exigências por bioma e pelo histórico da ocupação do território nacional, existe a expectativa de termos regiões com grande ativo ambiental em áreas de vegetação nativa. Contabilizar, qualificar, localizar e valorar estas áreas deverão balizar os próximos passos para a implementação dos instrumentos do Novo Código Florestal.

Definidos os números do Cadastro Ambiental Rural (CAR), fica a expectativa do processamento dos dados declarados que vão indicar a aplicação das medidas transitórias do Código, caso se identifique passivo ambiental. Pela Lei Complementar nº 140, cabe aos estados promover o CAR e, também, analisá-lo. No próximo ano, haverá participação direta das Federações Estaduais de Agricultura junto às suas respectivas Câmaras Legislativas dos estados com o objetivo de mostrar as dificuldades enfrentadas pelos produtores com relação ao CAR. Essa ação será estratégica para que os avanços previstos no Novo Código Florestal Brasileiro não sejam ignorados ou esvaziados, obrigando o produtor rural a abrir mão de áreas produtivas já consolidadas.

Da mesma forma, deverão ser ratificadas em âmbito estadual as regras necessárias para o cumprimento da recuperação, regeneração ou compensação dos passivos ambientais, além da conversão das penalidades e multas aplicadas em prestação de serviço ambiental. O apoio das Federações Estaduais de Agricultura deverá ser efetivo para evitar retrocessos.

Ainda com respeito ao Código Florestal, 2017 será marcado pelo julgamento de ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs). Sob o argumento de que o texto aprovado é inconstitucional, a Procuradoria-Geral da República pretende impugnar diversos artigos que impactam frontalmente as chamadas medidas transitórias do Código. No entanto o texto em vigor garante claramente as consolidações, flexibilização das recomposições e a conversão de multas em serviços ambientais. O setor deverá atuar junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) com o objetivo de esclarecer os impactos ao setor produtivo, na hipótese de haver impugnação do texto do Código Florestal em vigor.

Restam ainda várias regulamentações do Código Florestal que terão impacto na atividade agropecuária. É fato que o passivo ambiental proveniente de áreas protegidas está relativamente pacificado e envolvem as áreas de proteção permanente (APPs) e reservas legais (RLs). Ainda precisam ser criadas as regras de recuperação e consolidação das áreas

passíveis de desmatamento que foram utilizadas sem autorização de uso alternativo do solo. Esta consolidação não se constitui anistia, mas direito adquirido.

O processo de revisão das resoluções referentes ao licenciamento ambiental do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e a adoção de normas sobre Licenciamento Ambiental, por meio da aprovação de Projeto de Lei, criará vários embates junto aos poderes Legislativo e Executivo. O produtor rural é obrigado a cumprir um conjunto normativo oneroso e de complicada execução, como o Código Florestal, a lei dos agroquímicos, a lei de crimes ambientais, a lei das águas, entre outras. Todo esse aparato legal garante o equilíbrio no uso dos recursos ambientais, não havendo necessidade da adoção de um processo pelo qual a atividade agrícola não se encaixa.

Para cumprir os requisitos do licenciamento ambiental, são necessárias três licenças: licença prévia, licença de implantação e licença de operação. Em cadeia, essas licenças podem inviabilizar a produção porque demandam custos elevados, são morosas e ainda dependem de decisões arbitrárias do técnico que as avalia, além de não garantirem nem a produção, nem a conservação dos recursos naturais. Da forma como se apresenta, o sistema de licenciamento vigente é usado como barreira ao desenvolvimento da atividade, gerando embargos, multas e até expropriação.

A adoção de um sistema de licenciamento que atenda à agropecuária deverá ser debatido e garantido tanto no âmbito do Congresso Nacional, quanto do Ministério do Meio Ambiente, de forma que as normas geradas não impeçam a manutenção das atividades atuais, nem o potencial das atividades futuras.

O próximo ano será de negociações intensas sobre questões como as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) ou as metas de redução a serem implementadas pela agricultura brasileira. A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) participará ativamente da definição dos compromissos relacionados a essas obrigações. Com as metas de redução definidas, será necessário ainda garantir o desenvolvimento da agropecuária, mesmo em um cenário de redução de emissões. Considerando que o acordo é extremamente aberto - e demandará intensa regulamentação nos próximos anos -, o setor agropecuário continuará participando das negociações, buscando levar ao governo federal, além de subsídios à negociação, as aspirações dos produtores rurais.

Com relação à biodiversidade, a expectativa para 2017 é a ratificação do Protocolo de Nagoya. As espécies exóticas, maioria na agricultura brasileira, deverão seguir as regras brasileiras ou do país de origem conforme o marco legal determinado pela Lei nº 13.123/2015, que protege o setor contra a retroatividade da legislação internacional de cobrança pelo uso de material genético. Com a implantação da nova lei de acesso aos recursos genéticos, o país deverá estar atento para evitar que outras nações exijam o pagamento pelo uso de material genético trazido há décadas para o Brasil, caso da China, que solicitou ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) a relação de usuários de sementes de soja, e da Etiópia que manifestou vontade de receber *royalties* sobre os lucros da atividade cafeeira.

Balanço 2016

ESTE ANO FOI MARCADO POR AVANÇO TÍMIDO NA REGULAMENTAÇÃO DO CÓDIGO FLORESTAL E NA RATIFICAÇÃO DO ACORDO DE PARIS

O processo de consolidação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), como instrumento-base de aplicação do Código Florestal, voltou à agenda de discussões no âmbito do governo federal. As ações diretas de inconstitucionalidade (ADIS) referentes ao Código Florestal, ao licenciamento ambiental, às metas de emissões de gases de efeito estufa e a lei de acesso aos recursos genéticos e conhecimento tradicional associado, pautaram as ações da Comissão Nacional do Meio Ambiente.

Com a edição da Lei nº 13.335, de 14 de setembro de 2016, foi alterado o prazo para adesão ao CAR e corrigido o prazo para adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), fixando a data de 31 de dezembro de 2017 como limite para que os produtores rurais, independente de seu tamanho, tenham direito às consolidações e aos demais benefícios.

A prorrogação do CAR permitiu a continuidade da adesão ao cadastro e estipulou data-limite para adesão ao PRA, garantindo os benefícios constantes nas medidas transitórias definidas pela Lei nº 12.651, de 2012. Como o CAR é o instrumento-base para aplicação dos demais instrumentos do Código, houve pouco avanço nas ações relativas à validação do cadastro e da aplicação e adesão ao Programa de Recuperação Ambiental, além de instrumentos que tratam de queimadas, cota de reserva florestal e Documento de Origem Florestal.

Ainda sobre o Código Florestal, tramitam no STF ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) que impugnem vários artigos, todos referentes à Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Basicamente, as alegações são de que as novas regras violam um “dever geral de proteção ambiental”, a função social da propriedade e provocam “retrocesso ambiental”. Essas conclusões foram retiradas de um estudo elaborado pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e pela Academia Brasileira de Ciências.

Em síntese, o núcleo normativo central do novo Código Florestal, democraticamente aprovado pelo Congresso Nacional, após ampla discussão com a comunidade científica e acadêmica, é considerado inconstitucional a partir de critérios altamente abstratos, com base não em considerações jurídicas, mas sim em análise técnica parcial, cuja metodologia é questionável. Com base no andamento do processo, a CNA atuou junto ao processo, especialmente durante audiência pública realizada no Superior Tribunal Federal (STF).

Paralelamente à regularização ambiental da propriedade, o licenciamento da atividade agropecuária para cumprimento da Política Nacional do Meio Ambiente, impôs intenso embate a respeito do comando estatal sobre as atividades do segmento, sem, no entanto, ter as condições legais para realizar essa importante tarefa.

Tal exigência trouxe problemas relacionados a embargos, multas e dificuldades na liberação de financiamentos. Isso porque os órgãos estaduais não estão expedindo essa licença, impossibilitando os produtores apresentarem seus argumentos ou recursos ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama).

Quanto à contribuição do setor agropecuário nas reduções das emissões de gases de efeito estufa (GEEs), em 12 de setembro de 2016, o Presidente da República, Michel Temer, assinou a adesão do Brasil ao Acordo de Paris, documento em que os países se prontificaram a reduzir suas emissões. Para limitar o aumento da temperatura média do planeta abaixo dos 2°C, os países apresentaram suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs). O Brasil aumentou sua contribuição e comprometeu-se a reduzir em 37%, até 2025, e em 43%, até 2030.

Por fim, questões relativas ao acesso ao patrimônio genético criaram grande expectativa junto ao setor agropecuário, grande utilizador de material proveniente de outros países. Soja, milho, bovinos, algodão, entre outros, são provenientes de outras partes do mundo e devem seguir legislação própria. A legislação isentou grande parte desse material de cobrança pelo seu uso, mas conduziu diversas responsabilidades para sua gestão. Assim, com a aprovação da Lei nº 13.123/2015, foi criado o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN), neste a CNA representa o setor agropecuário e tem participação ativa.

Perspectivas 2017

NOVAS CONDIÇÕES PARA O CRÉDITO PODEM AMPLIAR A PRODUÇÃO DOS EMPREENDEDORES FAMILIARES RURAIS

Mudanças nos limites das linhas de crédito e taxas de juros do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) devem aumentar os valores financiados. Permitirá, ainda, elevar as operações de custeio e de investimentos destinados à agricultura e ao empreendedorismo familiar rural.

Novos limites para as operações de custeio e investimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) poderão aumentar a participação de pequenas propriedades na produção agropecuária do país. As condições de financiamento para cada mutuário para a safra 2016/2017 foram autorizadas para operações de custeio até o limite de R\$ 250 mil e, no caso das operações de investimentos agropecuários, em R\$ 165 mil.

As mudanças nas taxas de juros do Pronaf também deverão contribuir para aumentar o número de operações. O programa voltou a ser atrativo para os produtores rurais, uma vez que as taxas de juros são menores que as condições oferecidas em outros programas destinados à produção rural. As operações de custeio e investimento reduziram de 5,5% ao ano para 2,5% ao ano. As condições são válidas para atividades específicas, conforme tabela 1 (custeio) e tabela 2 (investimento).

Tabela 1. - Limites e taxas de juros - Pronaf Custeio (Safra 2016/2017)

Linhas de Crédito	Limites	Taxa de Juros
Culturas de arroz, feijão, mandioca, feijão caupi, trigo, amendoim, alho, tomate, cebola, inhame, cará, batata-doce, batata inglesa, abacaxi, banana, açaí, pupunha, cacau, baru, castanha de caju, laranja, tangerina, olerícolas e erva-mate	Até R\$ 250 mil	2,5% a.a.
Cultivos em sistemas de produção de base agroecológica mutuário no ano-safra ou em transição para sistemas de base agroecológica.		
Apicultura, bovinocultura de leite, piscicultura e ovinos e caprinos.		
Milho	Até R\$ 20 mil	2,5% a.a.
	De R\$ 20mil a R\$ 250mil	5,5% a.a.
Outras culturas, criações ou atividades	De R\$ 20mil a R\$ 250mil	5,5% a.a.

As condições anteriores das operações de custeio e investimento direcionavam o produtor para financiamentos e aquisição de veículos, máquinas e equipamentos (operações de investimento). Já o modelo atual define como prioritárias questões para melhorias do solo, aquisição de sementes, manutenção das lavouras, aplicação de defensivos agrícolas, bem como a aquisição de animais.

Embora os limites para as operações de investimento não possam superar o valor de R\$ 165 mil (aumento de apenas 10% em relação ao ano anterior), as atividades identificadas na tabela 2, também, foram beneficiadas com reduções nas taxas de juros, permitindo aos produtores melhores condições de financiamento.

Tabela 2. Limites e taxas de juros - Pronaf Investimento (Safrá 2016/2017)

Linhas de Crédito	Limites	Taxa de Juros
Adoção de práticas conservacionistas de uso, manejo e proteção dos recursos naturais (correção da acidez, fertilidade do solo e a aquisição, o transporte e a aplicação dos insumos)	Até R\$ 165 mil	2,5% a.a.
Formação e recuperação de pastagens, capineiras e demais espécies forrageiras, produção e conservação de forragem, silagem e feno destinados à alimentação animal		
Implantação, ampliação e reforma de infraestrutura de captação, armazenamento e distribuição de água, inclusive aquisição e instalação de reservatórios d'água, infraestrutura elétrica e equipamentos para a irrigação		
Aquisição e instalação de estruturas de cultivo protegido, inclusive os equipamentos de automação para esses cultivos		
Construção de silos, ampliação e construção de armazéns destinados à guarda de grãos, frutas, tubérculos, bulbos, hortaliças e fibras, inclusive a construção e aquisição de câmaras frias		
Aquisição de tanques de resfriamento de leite e ordenhadeiras		
Para aquisição de animais para recria e engorda.	Até R\$20 mil	5,5 % a.a.
Atividades de aquicultura, avicultura, carcinicultura fruticultura e suinocultura	Até R\$ 330 mil	

Com essas condições, espera-se que o Pronaf volte a atingir, ou até mesmo superar, a quantidade de contratos registrados na safra 2014/2015, ou seja, mais de 1 milhão e 885 mil operações. Importante ressaltar que, no exercício anterior, o Pronaf registrou apenas 1 milhão e 694 mil contratos, redução de 6,7%.

As novas condições do Pronaf poderão se transformar em excelente alternativa para recuperação das lavouras que registraram prejuízos nos últimos anos agrícolas. A oferta de recursos anunciados pelo governo federal para a agricultura familiar foi de R\$ 30 bilhões.

Balanço 2016

PRODUTORES ESPERAVAM POR MAIS RECURSOS AO PRONAF

Valores anunciados para o crédito agrícola e empreendedorismo familiar rural não foram disponibilizados na íntegra, provocando queda nos contratos firmados pelos produtores rurais.

Quando o governo federal anunciou R\$ 28,9 bilhões em crédito para a agricultura familiar, os produtores rurais, diante da crise econômica enfrentada pelo país, sentiram-se protegidos e confiantes em financiar recursos para as atividades agropecuárias. Mas, no decorrer do ano agrícola, os produtores perceberam que os recursos estavam escassos e as solicitações de crédito não eram atendidas pelo poder público. Dados do Banco Central (Sicor/Bacen) mostram que, ao término do ano agrícola, o Pronaf financiou apenas o equivalente a R\$ 22,02 bilhões.

A redução no número de operações foi constatada, tanto em operações de custeio, quanto em operações de investimento, totalizando 1.696.263 contratos. As elevadas taxas de juros utilizadas para financiamentos acima de R\$ 30 mil, de 5 % ao ano, também intimidaram os produtores rurais, reduzindo a procura. A maior parte dos financiamentos teve como destino a região Sul, que somou 368 mil e 067 operações de custeio (67,85%) e 96 mil e 309 operações de investimentos. Do total disponibilizado de R\$ 22,02 bilhões, os estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina captaram R\$ 10,9 bilhões, 49,93% do total financiado.

Os resultados do Pronaf demonstram, ainda, que essa política pública não vem conseguindo atingir os objetivos estratégicos do programa. Além disso, a distribuição dos recursos não é uniforme. As questões culturais, as formas organizadas de produção (associativismo e cooperativismo) e as condições de relevo e clima estão diretamente ligadas com as operações de crédito. A tabela 3 demonstra as diferenças regionais com relação ao uso dos recursos. Como é possível verificar, as regiões Nordeste e Norte, em conjunto, não conseguiram igualar os valores financiados pela região Sul.

Tabela 3. Pronaf: quantidade de contratos e valores financiados (2015/2016)

UF	Qtd. Cus-teio	Vlr. Custeio R\$	Qtd. Invest.	Vlr. Invest. R\$	Qtd. Total	Valor R\$
Sul	368.067	7.530.181.210,67	96.309	3.467.177.988,41	464.376	10.997.359.199,08
Sudeste	94.193	1.963.037.872,37	151.080	2.477.195.408,07	245.273	4.440.233.280,44
Nordeste	37.554	466.845.109,33	828.359	2.708.874.135,19	865.913	3.175.719.244,52
Centro-Oeste	28.089	731.188.840,19	23.873	972.450.832,85	51.962	1.703.639.673,04
Norte	14.552	296.251.793,12	54.187	1.407.206.845,52	68.739	1.703.458.638,64
Brasil	542.455	10.987.504.825,68	1.153.808	11.032.905.210,04	1.696.263	22.020.410.035,72

Fonte: Sicor/Bacen. 25 de agosto de 2016.

Outra particularidade da região Nordeste é a quantidade do número de contratos. Aqueles que aparecem na primeira colocação representam apenas 14,45% dos recursos. Está comprovado que, nessa região, os recursos financiados servem para operações de

pequenos valores realizados por produtores rurais enquadrados no Pronaf dos grupos A, A/C e B. Como esses grupos possuem elevados índices de inadimplência junto aos bancos, o financiamento só é firmado devido à fonte de recursos originários do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

Com a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a vinculação da Secretaria Especial da Agricultura Familiar (Seaf) à Casa Civil da Presidência da República, cria-se uma nova expectativa com relação aos programas governamentais destinados aos pequenos estabelecimentos. Está claro que os programas, como o de Assistência e Extensão Rural (Ater), o Seguro da Agricultura Familiar e o Pronaf, precisam ser revisados quanto a sua gestão e execução. O atendimento aos produtores, a disponibilidade de recursos e a quantidade de empresas inscritas nas chamadas de Ater são insuficientes.

A agricultura de pequena escala precisa de mais atenção do governo federal para aumentar sua participação no fornecimento de produtos agropecuários. As emissões de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) que, entre outros benefícios, permite o acesso ao Pronaf, necessitam de criteriosa fiscalização. Ao mesmo tempo, a quantidade de DAPs ativas supera o número de contratações financeiras realizadas no âmbito do Pronaf. Enquadramentos, limites e taxas de juros do Pronaf precisam estar alinhados com o perfil dos beneficiários do programa e com as condições de mercado, a Seaf deve priorizar os resultados produtivos como condição aos beneficiários dessa política pública.

Perspectivas 2017

RENEGOCIAÇÕES DE DÍVIDAS RURAIS FORTALECERÃO A AGROPECUÁRIA NORDESTINA

Reinserção econômica e produtiva de produtores rurais - conclusão e operacionalização da transposição do rio São Francisco - reativação do Condel/Sudene - aumento na produção de milho

A Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, é resultado da Medida Provisória nº 733/2016 e representa grande avanço na solução do problema do endividamento rural na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) para 2017.

Esse diploma legal autoriza a liquidação e renegociação de dívidas de crédito rural contratadas até 2011. Os produtores rurais poderão optar por liquidar ou renegociar suas dívidas até 29 de dezembro do próximo ano. Os que optarem pela liquidação terão descontos que variam de 10% a 95% sobre o saldo devedor, enquanto os produtores que decidirem pela renegociação vão ser contemplados com descontos que chegam até 80% sobre as parcelas das dívidas.

A diferença dessa norma para outras adotadas anteriormente é que, agora, os benefícios serão concedidos a todos os produtores, independentemente do tamanho de sua dívida, com exceções apenas para os recursos privados. É importante ressaltar que os descontos aprovados são compatíveis com as necessidades da região que é constantemente afetada por adversidades climáticas.

Com a regulamentação da Lei nº 13.340/2016, a reinserção econômica e produtiva de muitos produtores rurais se tornará possível. Estima-se que mais de 1 milhão e 100 mil produtores rurais e agricultores familiares poderão se regularizar.

Entretanto as operações rurais não contempladas nessa norma (operações contratadas depois de 2011) deverão ser tratadas com prioridade máxima pelo poder público, pois coincide com o período crítico da seca no Nordeste, considerada, por muitos, a pior estiagem dos últimos 100 anos.

Dessa forma, para 2017, serão imprescindíveis que renegociações de operações rurais contratadas entre 2012 e 2016 sejam atendidas pelas resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) independentemente da fonte de financiamento de crédito rural.

No que se refere ao projeto de Integração do rio São Francisco, está prevista para o primeiro trimestre de 2017 a ocupação de suas águas em seus dois canais da transposição (eixos leste e norte), que totalizam quase 500 quilômetros de extensão.

A conclusão e a operacionalização do projeto de Integração do Rio São Francisco, a maior obra de infraestrutura hídrica do país, é uma das principais demandas da Região Nordeste. Isso promoverá, segundo o Ministério da Integração Nacional, segurança hídrica para cerca de 12 milhões de pessoas em 390 municípios nos estados de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, onde as estiagens são frequentes.

Em 2017 será destaque, também, a efetiva reativação do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Condel/Sudene). Nos últimos três anos esse fórum não se reuniu e suas decisões eram aprovadas *ad referendum*. O Condel/Sudene

é órgão máximo de articulação e decisões estratégicas dessa autarquia, incluindo a definição das diretrizes e prioridades de sua atuação, em especial, no que se refere ao Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

O FNE, criado pela Constituição Federal de 1988, tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região e dos municípios dos estados do Espírito Santo e Minas Gerais, incluídos na área de atuação da Sudene, por meio da execução de programas de financiamento aos seguintes setores produtivos: agropecuária, agroindústria, indústria, turismo, infraestrutura e comércio/serviços.

A programação do FNE em 2017 será de R\$ 14,7 bilhões, segundo o orçamento previsto. Isso representa aumento de 4,2% em relação ao FNE em 2016: R\$ 14,1 bilhões (tabela 1).

Para 2017, a previsão é que o setor rural continue sendo o segmento produtivo com a maior participação na contratação dos recursos do FNE, o que confirma sua relevância para a economia do Nordeste, mesmo com a instabilidade climática da região.

Tabela 1. Evolução do volume de recurso contratado e participação do setor rural no FNE

FNE	Recurso contratado (R\$ bilhões)	Participação do meio rural na contratação do FNE (%)
2017	R\$ 14,7 bi*	-
2016	R\$ 14,1 bi	48% (R\$ 5,5 bilhões)**
2015	R\$ 11,5 bi	48% (R\$ 5,5 bilhões)
2014	R\$ 13,5 bi	38% (R\$ 5,1 bilhões)
2013	R\$ 12,7 bi	42% (R\$ 5,3 bilhões)
2012	R\$ 12,0 bi	44% (R\$ 5,3 bilhões)

* Previsão.

**Dados de out./2016.

No que se refere à aquisição de milho pelos produtores rurais da região Nordeste, há expectativa de queda nos preços desse cereal, tendo em vista as previsões de aumento de 11% na produção de milho mundial, com destaque para o aumento de 7% da safra americana.

O Brasil deverá seguir essa tendência de produção recorde caso as boas condições climáticas se confirmem. Segundo estimativa da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a produção brasileira de milho na safra 2016/2017 deverá atingir 83,8 milhões de toneladas, aumento de 26% na produção em relação à safra anterior, que foi de 66,7 milhões de toneladas.

Para a região Nordeste, ainda segundo a Conab, também há estimativa de aumento de 5,5 milhões toneladas de milho, o que representa crescimento de 54% em relação à safra anterior.

Dessa forma, em função do aumento da oferta de milho, espera-se redução nos preços praticados no âmbito do Programa Venda em Balcão (PVB), em 2017. Esse programa, operacionalizado pela Conab, é um importante instrumento de política de abastecimento de insumos para viabilizar a produção de alimento com alto valor energético destinado aos animais localizados na região de atuação da Sudene, especialmente em momentos de adversidades climáticas e de forte redução na oferta de alimentação animal.

Balanço 2016

QUINTO ANO CONSECUTIVO DE SECA MARCA A AGROPECUÁRIA NORDESTINA

Aprovadas medidas de estímulo à liquidação e renegociação de dívidas rurais - avanço das obras de transposição do rio São Francisco - cinco anos consecutivos de seca - alta no preço do milho.

O ano de 2016 foi marcado pela edição da Lei nº 13.340, no final de setembro, que autorizou medidas de estímulo para liquidação e renegociação de dívidas, de operações contratadas até 2011, no caso de produtores rurais cujas propriedades se encontram na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), atendendo, em parte, à reivindicação do setor agropecuário.

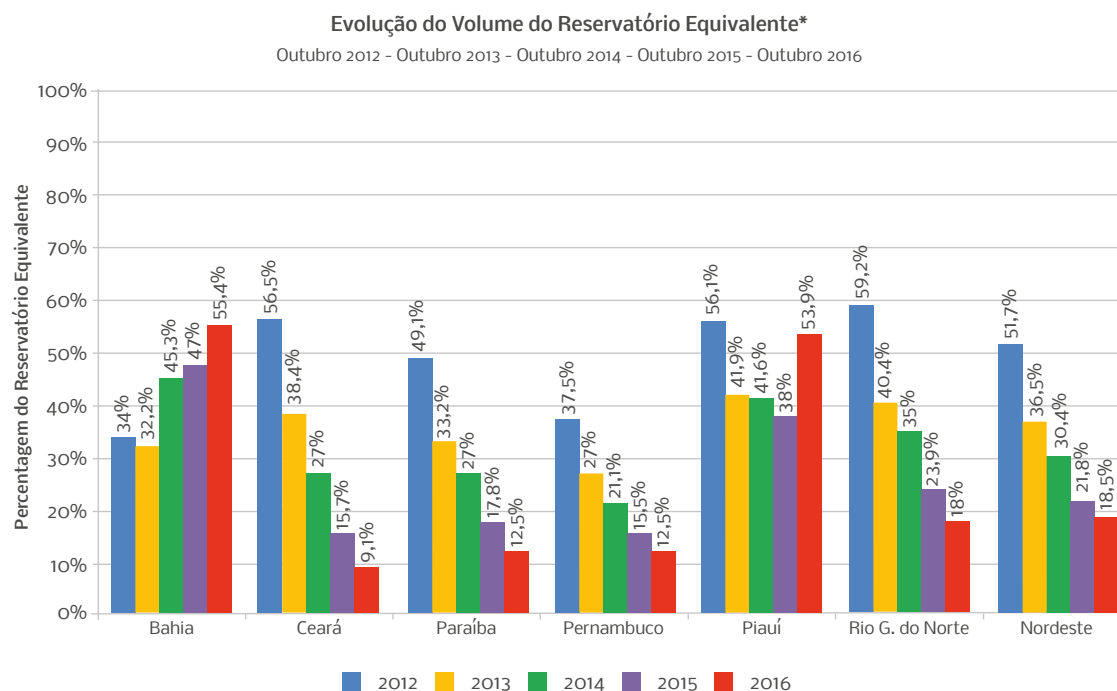
Essa legislação, instrumento importante na solução definitiva do endividamento rural, também concedeu bônus para liquidação de dívidas rurais, de qualquer fonte, que foram inscritas ou encaminhadas para inscrição na Dívida Ativa da União (DAU), até 29 de setembro de 2016.

O avanço nas obras do projeto de Integração do Rio São Francisco também marcou este ano. A execução física do empreendimento chegou a 90,5% (em 2015 era de 78,6%), sendo 91% no eixo norte e 89,6% no eixo leste.

A continuidade da pior estiagem dos últimos 100 anos na região Nordeste foi outro acontecimento marcante em 2016, em que 80% dos municípios do semiárido encontravam-se em situação de emergência. A situação dos reservatórios no Nordeste continua crítica, apresentando 18,5% de volume de água armazenada (dados de outubro de 2016). No mesmo período de 2012, os reservatórios nordestinos apresentaram 51,7% e, em 2015, a água armazenada alcançou a marca de 21,8% (figura 1).

Entre os estados com menor disponibilidade hídrica, destacaram-se: Ceará (9,1%), Paraíba (12,0%), Pernambuco (12,5%) e Rio Grande do Norte (18,0%).

Figura 1. Evoluão do volume dos reservat3rios na regi3o Nordeste (2012-2016)



* Resultado da raz3o entre soma dos volumes armazenados nos reservat3rios com capacidade igual ou superior a 10 bilh3es de litros e a soma de suas respectivas capacidades.

Fonte: Ag3ncia Nacional de 3guas (ANA).

Em 2016, a elevaão de 43% no preo m3dio do milho praticado no Programa de Vendas em Balc3o (PVB) nos estados do Nordeste e a adoão de novos procedimentos pela Conab para acess3-lo, impactaram o desenvolvimento da agropecu3ria nordestina.

A partir de abril, a clientela do PVB passou a ser de dois grupos: 1) agricultor familiar detentor da Declaraão de Aptid3o ao Pronaf (DAP) ou 2) agricultor familiar n3o detentor da DAP. Em ambos os grupos, os produtores rurais n3o podem possuir 3rea superior a quatro m3dulos fiscais, o que impede o acesso de muitos produtores aos estoques p3blicos oficiais de milho, operacionalizados pela Conab.

Esses fatores contribuir3m para que o n3mero de clientes atendidos pelo programa no Nordeste diminuísse cerca de 60%, em relaão ao mesmo per3odo do ano anterior, passando de 40.306 mil clientes (2015) para 16.788 mil (2016).

Assuntos Fundiários

--	--	--

Perspectivas 2017

EXPECTATIVA DE REDUÇÃO DE CONFLITOS NO CAMPO E MUDANÇA NOS PROCESSOS DE REFORMA AGRÁRIA E DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS

O ano de 2017 deve iniciar com as discussões sobre a unificação dos cadastros de imóveis rurais da Receita Federal do Brasil (RFB) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). O prazo estabelecido na Instrução Normativa Conjunta RFB/Incra nº 1.581/2015, que determinou a atualização das informações no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), requisito para gerar o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR), termina em 31 de dezembro de 2016. Os produtores rurais que não atualizarem os cadastros de seus imóveis terão o CCIR inibido e podem ficar sem a Certidão Negativa de Débito (CND) e sem acesso ao crédito oficial.

O processo de integração dos cadastros públicos de imóveis deve evoluir no próximo ano. Outros bancos de dados que reúnem informações sobre terras, como aqueles mantidos pelos Cartórios de Registro de Imóveis e o Cadastro Ambiental Rural (CAR), devem ser agregados aos cadastros do Incra e da Receita Federal. Um decreto nesse sentido, criando o Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais (Sinter), foi publicado em meados de 2016, mas seus efeitos virão apenas no futuro. É possível que o debate nacional sobre o tema ganhe corpo em 2017.

Além da unificação dos cadastros, será necessário aprofundar as negociações com a RFB acerca do processo de municipalização do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR). Apesar de a Instrução Normativa nº 1.562/2015 ter sido editada com o objetivo de disciplinar o envio das informações de valor de terra nua (VTN) pelos municípios conveniados ao órgão, as tabelas continuam apresentando problemas que resultam em um aumento artificial do imposto devido pelos produtores rurais.

A CNA pleiteará alterações em algumas das normas que tratam desse processo de municipalização do ITR. O objetivo é garantir o encaminhamento de informações corretas de VTN por parte dos municípios, evitando a majoração do imposto cobrado dos produtores rurais.

Depois da retomada das atividades do Congresso Nacional em 2017, também devem voltar os debates sobre mudanças na legislação que trata das demarcações de terras indígenas. Tanto a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 215 quanto a PEC nº 132 encontram-se paradas na Câmara dos Deputados. Ambas criam a possibilidade de pagamento em dinheiro a produtores rurais que tenham as propriedades incluídas em processos de demarcação de terras indígenas.

Outra pauta que deve aparecer com frequência em 2017 é a questão dos conflitos fundiários e ambientais gerados pela demarcação de áreas públicas por meio da Secretaria de Patrimônio da União (SPU). A SPU vem sendo forçada pelo Ministério Público Federal (MPF) a identificar e demarcar as áreas da União em margens de rios federais e com influência de maré. Em muitos casos, essas áreas se sobrepõem com terras já destacadas do patrimônio público em épocas anteriores à legislação que trata do assunto. Em outros casos, a demarcação de áreas da União em margens de rios desencadeia um processo de ocupação dessas áreas com danos ambientais aos recursos hídricos e efeitos colaterais nas propriedades vizinhas.

O desembaraço do impasse político em 2016 e a necessidade do governo federal de destravar investimentos internacionais nos diversos setores da economia deve reacender a discussão sobre a liberação da aquisição de terras por empresas nacionais com participação de capital estrangeiro. A regra foi alterada, em 2010, por meio de um parecer da Advocacia-Geral da União (AGU). O ato administrativo limitou o investimento em vários setores do agronegócio, principalmente o de florestas plantadas e biocombustíveis.

Espera-se que, em 2017, o Poder Executivo encaminhe uma solução que libere a compra de terras por empresas nacionais de capital estrangeiro. Essa medida deve reaquecer os investimentos no agronegócio. A solução poderá vir por um ato do governo federal, por meio da revisão do parecer da AGU de 2010 ou via Poder Legislativo com alterações na legislação referente ao tema.

O setor também deve retomar as negociações com a AGU no sentido de devolver a eficácia da Portaria nº 303/2012, que estendeu aos órgãos da Administração Pública as condicionantes estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento da demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol (Petição nº 3.388). Por força da portaria, os advogados públicos ficariam impedidos de atuar em processos de demarcação de terras indígenas que contrariem qualquer uma das 19 condicionantes, entre elas a ampliação de terras indígenas já demarcadas. Essa vedação resolveria grande parte dos conflitos existentes, uma vez que a maior parte das demarcações em andamento se refere justamente ao aumento de áreas já demarcadas.

Outro ato da própria AGU, de 2014, determinou uma reanálise da Portaria nº 303, gerando dúvidas sobre sua aplicação. Em razão dessas divergências, a Procuradoria-Geral Especializada junto à Fundação Nacional do Índio (Funai) continua atuando em processos de demarcação que não observam o disposto na decisão da AGU. Dessa forma, uma proposta para pôr fim a essa divergência de interpretação e restabelecer a eficácia da Portaria nº 303 é outro tema relevante que deve ganhar corpo em 2017.

Também no próximo ano, deve ocorrer o debate sobre as atividades de regularização fundiária de ocupações em áreas da União na Amazônia Legal. O chamado Programa Terra Legal deve encerrar em 25 de junho, quando as atribuições acerca desta questão retornam ao Incra.

Por fim, a mudança de governo traz a expectativa de redução nos conflitos decorrentes das invasões de propriedades. Espera-se uma mudança no foco do Programa Nacional de Reforma Agrária no que se refere à aquisição de terras, além da criação de novos assentamentos para a inclusão produtiva e a titulação dos assentamentos já existentes.

Balanço 2016

TURBULÊNCIA POLÍTICA LIMITOU AÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL NOS TEMAS LIGADOS À GOVERNANÇA FUNDIÁRIA

O governo continua sem propostas concretas para resolver a questão das invasões de propriedades por indivíduos que se autodeclaram índios. Estados como Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Bahia continuam sofrendo com o problema decorrente do processo de demarcação de terras indígenas.

Sem uma proposta do Poder Executivo que direcionasse os debates, a solução só poderia vir do Poder Legislativo. Os dois projetos com maior viabilidade são as PECs nº 215/2000 e nº 132/2015. As duas têm objetivos semelhantes, embora apresentem textos diferentes.

Além de criar a figura da demarcação de terras indígenas por meio da compra dos imóveis rurais envolvidos, a PEC nº 215 inclui no ordenamento jurídico as 19 condicionantes estabelecidas pelo STF no julgamento “o caso Raposa Serra do Sol” e cria a figura da demarcação via projeto de lei que deverá ser aprovado pelo Congresso Nacional. O processo de demarcação hoje é feito por procedimento administrativo do Poder Executivo.

A PEC nº 123 cria apenas a figura da indenização pela terra nos casos em que imóveis rurais são incluídos em áreas demarcadas. A matéria foi aprovada pelo Senado Federal e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados. Já a PEC nº 215 passou por comissão especial da Câmara e está pronta para a pauta do plenário, mas sem acordo político para entrar em votação.

Nenhum dos dois textos teve tramitação significativa em 2016 em razão da conjuntura política conturbada pela qual passou o país nos últimos meses. Dessa forma, no que diz respeito aos problemas decorrentes das demarcações de terras indígenas, praticamente não houve mudanças em relação ao ano passado.

O ano de 2016 também foi marcado pelo avanço da integração dos cadastros de imóveis rurais da Receita Federal e do Incra. O processo, orientado pela Instrução Normativa Conjunta nº 1.581/2015, previa inicialmente a atualização de todos os imóveis rurais incluídos no Sistema Nacional de Cadastro Rural até 19 de agosto de 2016. Esse prazo foi prorrogado até 31 de dezembro deste ano.

No que diz respeito ao processo de municipalização do ITR, a expectativa de que a Instrução Normativa nº 1.562/2015, da RFB, sanasse o problema da majoração dos valores de terra nua (VTN), informados pelos municípios, não se concretizou. Por falhas no texto da IN, algumas prefeituras continuam enviando à Receita Federal valores de VTN maiores do que os valores reais, tendo como consequência a majoração artificial do ITR a ser pago pelos proprietários e possuidores de imóveis rurais.

O clima de paralisia decorrente da situação política e econômica limitaram também as atividades de regularização de ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União. As atividades do Programa Terra Legal, previstas para serem encerradas em 2017, avançaram pouco ao longo deste ano. O ambiente político também limitou o andamento de temas como a aquisição de terras por empresas brasileiras com participação de capital estrangeiro.

Em 2016, também chegou à CNA um problema que começa a se espalhar pelo Brasil decorrente da demarcação de áreas pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), ligada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Em certas situações, a caracterização dessas áreas pela SPU, em margens de rios federais e zonas com influência de marés, conflita com direitos de propriedade estabelecidos.

Logística e Infraestrutura

--	--	--

Perspectivas 2017

PLANOS E PROGRAMAS EM INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES: PLANEJAMENTO OU *MARKETING* POLÍTICO DO GOVERNO FEDERAL?

Planos e programas de investimentos são como uma “faca de dois gumes”. Quando não atuam como mecanismos de indução do crescimento econômico, configuram meros artifícios políticos incapazes de produzir os efeitos esperados. O que definirá a eficácia de cada projeto é a competência em atrair recursos privados que garantam sua concretização.

Na última década, o governo federal lançou programas para elevar a escala de investimentos no setor de transportes e promover o desenvolvimento da economia. Entre as estratégias, destacam-se o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Programa de Investimentos em Logística (PIL) e, recentemente, o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) ou Projeto Crescer.

As ações preveem obras ou concessões em rodovias, ferrovias, hidrovias e portos. Esses programas presumem a concepção de rede moderna, ampla e integrada de transporte e a retomada do planejamento sustentável brasileiro. Acredita-se que a ampliação da capacidade de oferta de transporte é premissa para a redução dos custos logísticos e para o aumento da competitividade e eficiência brasileira frente ao mercado internacional.

O Projeto Crescer contempla o portfólio de 34 leilões, com meta de arrecadação de R\$ 24 bilhões. Na primeira etapa de financiamentos do PPI, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Fundo de Investimento do FGTS (FI-FGTS) da Caixa Econômica disponibilizarão, entre recursos públicos e emissão de debêntures, cerca de R\$ 30 milhões. Nesse rol, inclui-se a possibilidade de outras instituições financeiras e de o Banco do Brasil realizarem empréstimos.

Em logística, 11 projetos serão destinados à infraestrutura para a instalação de terminais portuários ou para a concessão de trechos rodoviários e ferroviários. No próximo ano, os leilões estão previstos nas BRs 364 e 365 (Goiás e Minas Gerais) e nas BRs 101, 116, 290 e 386 (Rio Grande do Sul) para a ampliação da capacidade e a melhoria do nível de serviço das vias.

A adoção do sistema de “gatilho” inova o modelo de outorga de rodovias, uma vez que a duplicação dos trechos ficará condicionada ao aumento do fluxo de tráfego e às regras previstas em contrato. A expectativa é que o aporte de capital, vinculado à comprovada necessidade, resultará em menores tarifas de pedágio. Referente à manutenção das rodovias administradas pela União, foram fixados gastos de R\$ 5 bilhões na pasta do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, de acordo com a Lei Orçamentária Anual de 2017 (LOA).

No segundo semestre de 2017, serão objetos de leilão a Ferrovia Norte-Sul (FNS), a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL) e a Ferrogrão. A FNS possui parte da sua extensão construída e em operação. O trecho a ser concedido abrangerá os estados de Tocantins, Goiás, Minas Gerais e São Paulo, de Porto Nacional (TO) a Estrela d'Oeste (SP). Entretanto, como não está concluída, a concessionária que vencer o leilão realizará investimentos para a implantação, seguida de exploração da linha férrea.

Na Bahia, a Fiol, com cerca de 40% do projeto executado e obras retomadas recentemente, possui recursos garantidos na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2017, para a conclusão dos trilhos de Ilhéus(BA) a Caetité(BA). A Ferrogrão, que prevê a construção e operação de trecho ferroviário de 930 quilômetros, ligando Sinop (MT) a Miritituba (PA), também será objeto de concessão em 2017. Diferentemente da FNS e da Fiol, a Ferrogrão é um projeto *greenfield* idealizado pelas tradings Amaggi, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus Commodities. Sua concepção surgiu da carência do agronegócio por alternativas logísticas de menores custos de transporte para o escoamento dos grãos produzidos na região central de Mato Grosso e com destino aos portos do Arco Norte.

A estimativa de demanda promove segurança à concessão. A ferrovia movimentará, inicialmente, 30 milhões de toneladas de grãos. O custo de implantação é de R\$ 11,5 bilhões, com 70% financiados pelo BNDES. Segundo o projeto inicial, essa nova possibilidade para escoar os produtos agropecuários resultará na redução de até 40% do frete. Por último, o Programa Crescer prevê, ainda, o leilão dos terminais portuários de combustíveis no Porto de Santarém, no Pará, e do terminal para a movimentação de trigo no Porto do Rio de Janeiro, que atenderá à demanda dos moinhos que abastecem a região Sudeste (Figura 1).

Figura 1. Projetos prioritários em infraestrutura do Projeto Crescer



Fonte: governo federal (2016).

Além do desafio de destravar investimentos e recuperar a credibilidade do mercado, espera-se o desdobramento de alguns temas logísticos que estão obstruindo o desenvolvimento do setor. O primeiro deles compreende a introdução dos mecanismos de indução da concorrência nas concessões ferroviárias, em projetos novos ou na repactuação dos contratos a vencer.

O modelo proposto baseia-se no compartilhamento da rede férrea por diferentes operadores, na modalidade de tráfego mútuo, direito de passagem e operador ferroviário independente. O objetivo é a quebra do monopólio existente no qual somente uma empresa atua. A prática resultará na redução dos custos de transportes e na garantia da prestação adequada do serviço de transporte ferroviário.

Medidas para promover a desburocratização de algumas atividades portuárias também deverão ser adotadas. É o caso, por exemplo, do transporte de cabotagem, que requer a reformulação do marco regulatório. A previsão de critérios que estimulem o crescimento da atividade, como a ampliação da frota de navios desvinculada da indústria naval brasileira e a equiparação com a navegação de longo curso, são as principais inovações que devem ser adotadas pelos grupos de trabalhos que estão estudando o tema.

Para os portos secos ou Centros Logísticos e Industriais Aduaneiros (Clia), a expectativa é a aprovação de dispositivo legal que prevê a adoção do regime de autorização, com dispensa de licitação. A finalidade é aumentar a velocidade operacional dos procedimentos de exportação e reduzir a burocracia e os custos logísticos.

Balanço 2016

PROJETO CRESCER: ESTRATÉGIA PARA A RETOMADA DO CRESCIMENTO

Embora as expressões lava-jato e pedaladas tenham relação com transportes, em 2016, essas palavras pouco se referiram à manutenção de caminhões, vagões, embarcações ou ao esforço necessário para mover uma bicicleta. Ao contrário, denominaram as operações que deflagraram desvios, repasses ilegais de recursos públicos e manobras atípicas em contas do governo federal.

O primeiro bimestre do ano foi marcado pela normalização da navegação na Hidrovia Tietê Paraná (HTC), após 20 meses de paralisação, e, ainda, pela contratação da obra de derrocamento do Pedral do Lourenço (R\$ 520,6 milhões). O menor lance, da empresa vencedora, representou economia aos cofres públicos de R\$ 40 milhões ou 7,15%. Com a conclusão, a previsão é que até 2025 o rio Tocantins tenha capacidade para movimentar cerca de 20 milhões de toneladas de produtos agropecuários.

Nos meses seguintes, a economia brasileira, que se encontrava em recessão, recuou significativamente. Esse cenário foi ocasionado, em boa parte, por contratempos de natureza política e avanços no processo de impeachment. No país, instalou-se um ambiente de incertezas que impediu a realização de investimentos privados e, consequentemente, a continuidade dos programas e planos em infraestrutura, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a 1ª e 2ª etapas do Programa de Investimentos em Logística (PIL).

No segundo semestre, a mudança de governo foi marcada pela publicação da MP nº 727/2016, convertida na Lei nº 13.334/2016, que criou o Programa de Parceria de Investimentos (PPI). Outra mudança de impacto foi a extinção da Secretaria de Portos (SEP) e a implantação da nova estrutura hierárquica do Ministério dos Transportes para a redução de gastos públicos e integração dos setores de transporte, portos e aviação civil.

Na formulação do PPI, buscou-se definir os mecanismos capazes de garantir a atratividade dos projetos em transportes, acelerar os procedimentos de licitação e de licenciamento ambiental e reconquistar a credibilidade dos investidores privados. O Projeto Crescer, como é conhecido o PPI, foi concebido em um cenário de urgência, com soluções que visam ampliar os investimentos privados que possam reaquecer a economia e estimular a geração de empregos.

Nesse sentido, foram aprovadas mudanças em relação aos planos e programas anteriores. As inovações incluem a obrigatoriedade da avaliação dos editais, antes da publicação, pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e em audiência pública. Outro critério adotado, com finalidade de melhorar a qualidade das propostas, é a fixação do prazo mínimo de 100 dias entre a publicação do edital e a realização do certame. Espera-se permitir, aos interessados, tempo suficiente para contratar estudos, analisar os projetos e realizar propostas adequadas.

Na área de regulação e normatização do setor, diversos projetos de leis relevantes para o desenvolvimento do setor não avançaram no Congresso Nacional. É o caso, por exemplo, dos regulamentos que estabelecem maior autonomia decisória e financeira às agências reguladoras, da desburocratização do processo de licenciamento ambiental e a simplificação do regime de outorgas dos Clis. Não houve avanços na proposta de novo marco regulatório para a cabotagem, embora o tema tenha sido estudado pelo Mapa, pela extinta SEP e pelo Banco Mundial.

Trabalho e Previdência Social

--	--	--

Perspectivas para 2017

REFORMA DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA É FUNDAMENTAL PARA GARANTIR PAZ SOCIAL

Governo define como prioridade a reforma da Legislação Trabalhista, em vigor há 70 anos, tendo como um dos objetivos o incentivo à prevalência do negociado sobre o legislado.

Essa autonomia, do negociado sobre o legislado, é amparada pela Constituição Federal que prestigia a vontade das partes, além das negociações coletivas, entre patrões e empregados, como instrumentos legítimos tanto na prevenção, quanto na solução de conflitos laborais.

Noutro giro, é importante ressaltar a questão da insegurança jurídica gerada a partir da interpretação dos termos “jornada exaustiva” e “condição degradante” como critérios balizadores na caracterização do trabalho escravo. É necessária a revogação desses itens da lei, pois, em razão de sua subjetividade, geram margens a interpretações distintas. Não obstante, a Convenção nº 29 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) não contempla essas expressões, adotadas exclusivamente pelo Brasil.

Ainda sobre alterações necessárias, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) defende a revogação do Anexo 3, da NR nº 15, uma vez que esse dispositivo não permite trabalho a partir de certa temperatura, inviabilizando a produção no campo em vários locais, devido à diversidade do clima nas diferentes regiões do país.

Igualmente, a regulamentação da terceirização, na forma estabelecida no projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2015 (origem 4330/2004), é urgente, na medida em que existem, atualmente, milhares de trabalhadores terceirizados órfãos de legislação. O Brasil não pode prescindir desse modelo de contratação e deve regulamentá-lo. Aliás, esse método é amplamente utilizado em todos os países desenvolvidos. Dessa forma, terceirizar a atividade-fim permitirá aos pequenos agricultores contratar, somente pelo período necessário, mão de obra com qualificação pertinente a cada caso.

Sobre essa questão, a propósito, encontra-se pendente de julgamento, no Supremo Tribunal Federal (STF), Recurso Extraordinário nº 958.252/MG, interposto pela empresa Celulose Nipo Brasileira S/A, que terceirizou a contratação de empregados para realizar o plantio de árvores na extração de celulose. Havendo êxito nessa demanda, o resultado pode autorizar a terceirização para a atividade principal da empresa.

A hora *in itinere* é outra preocupação no campo, devido ao alto custo gerado, bem como o desconto na jornada diária, tendo em vista que o empregador propicia o deslocamento do trabalhador, em transporte próprio, e esse período é descontado da jornada habitual do empregado. Esse deslocamento chega a reduzir a jornada de trabalho diária em até 30%. Isso quase não ocorre no setor urbano, visto que não há remuneração por percurso de trajeto ou redução de jornada. Dessa forma, consubstanciado no princípio da isonomia, dever-se-ia aplicar uma regra específica para o setor rural.

A jornada de trabalho no período de safra também deve ser reformulada. A legislação em vigor não permite que se façam mais de duas horas extras diárias, mas o setor agrícola possui características próprias e necessita, durante a colheita, de tratamento diferenciado devido ao risco de perecimento do produto. A atividade rural ainda sofre o agravante de ser modificada por agentes externos, como clima e tempo ideal. Assim, seria recomendável que, na época de safra, fosse permitida a elasticidade da jornada suplementar, a exemplo dos motoristas profissionais – permissão de quatro horas de jornada extra, em vez de duas horas.

Outra perspectiva a ser abordada em 2017 é a obrigatoriedade da dupla visita fiscal do auditor do trabalho: a primeira com caráter orientador, indicando as irregularidades existentes; a segunda, caso não acatada a orientação, com caráter punitivo. Atualmente, o auditor fiscal do trabalho aponta a falha, aplicando, de imediato, a multa. Essa visita, apenas de caráter punitivo, sequer garante o fiel cumprimento da lei.

Quanto à reforma previdenciária, a CNA defende a necessidade do fortalecimento da Previdência, a fim de cumprir seu papel social, bem como preservar a sua saúde financeira. O ideal seria propor medidas que impactem na redução de custo do sistema previdenciário, como melhoria na gestão, idade mínima para aposentadoria e igualdade de gênero.

Ademais, a discussão sobre as cotas de deficientes continua sendo prioridade da CNA. A instituição apoia projetos de lei que excluam o cumprimento das cotas para atividades incompatíveis com o trabalhador com deficiência (PCD). É fato que, no ambiente rural, os instrumentos do ofício não são adequados para trabalhadores nessa condição. Por exemplo, não seria viável pavimentar todo o local da plantação para atender apenas a um empregado cadeirante. E, tampouco, exigir o manuseio de instrumentos cortantes destinados àqueles trabalhadores com deficiências cognitivas.

Balanço de 2016

AGRICULTURA MANTÉM LIDERANÇA NA CRIAÇÃO DE EMPREGOS

O setor agropecuário continuou gerando emprego e renda, apesar da crise econômica dos últimos dois anos. Segundo levantamento do Ministério do Trabalho, nos primeiros nove meses de 2016, foram criados 74 mil e 811 novos postos de trabalho na Agricultura, representando aumento de 4,81%, em relação ao ano anterior.

Nos demais setores econômicos, os números indicaram recuo na oferta de trabalho, com a retração resultando em 683 mil e 597 postos de trabalho, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged¹), divulgado em setembro.

¹ Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/caged?view=default>. Visualizado em 31 de outubro de 2016.

TABELA 1. Comportamento do emprego, segundo Setores de Atividade Econômica

Setores	Mês/Ano (Setembro/2016) - sem ajuste				Acumulado no Ano (Jan. a Set./2016) com ajuste				Últimos Dozes Meses** (Out./15 a Set./16) com ajuste			
	Admissões	Desligamentos	Saldos	(%)	Admissões	Desligamentos	Saldos	(%)	Admissões	Desligamentos	Saldos	(%)
Brasil	1.142.797	1.182.079	-39.282	-0,10	11.525.779	12.209.376	-683.597	-1,72	15.046.633	16.646.366	-1.599.733	-3,94
Extativa Mineral	2.481	3.173	-692	-0,34	27.112	33.497	-6.385	-3,05	34.552	45.604	-11.052	-5,16
Indústria de Transformação	199.594	190.231	9.363	0,13	1.890.021	2.026.443	-136.422	-1,79	2.357.664	2.819.273	-461.609	-5,81
Ind. Prod. Min. Não Metáticos	10.041	10.996	-955	-0,22	100.896	125.396	-24.500	-5,30	128.572	170.472	-41.900	-8,73
Ind. Metalúrgica	14.846	15.633	-787	-0,12	144.499	175.265	-30.766	-4,64	182.137	239.803	-57.666	-8,35
Ind. Mecânica	14.174	15.356	-1.182	-0,22	140.456	167.633	-27.177	-4,78	178.279	228.562	-50.283	-8,49
Ind. Materiais Elétricos	5.223	5.653	-430	-0,17	50.870	59.438	-8.568	-3,36	61.185	86.763	-25.578	-9,41
Ind. Materiais e Transporte	5.502	10.332	-4.830	-1,02	58.890	93.897	-35.007	-6,95	70.888	134.153	-63.264	-11,89
Ind. Madeira e Mobiliários	11.516	11.643	-127	-0,03	113.881	129.741	-15.860	-3,53	141.810	176.538	-34.728	-7,42
Ind. Papel, Papelão, Editor.	6.897	7.426	-529	-0,14	69.465	80.643	-11.178	-2,92	88.768	110.930	-22.162	-5,62
Ind. Borracha, Fumo, Couros	7.527	9.062	-1.535	-0,48	89.504	90.443	-939	-0,29	107.569	122.708	-15.139	-4,54
Ind. Quím., Prod. Farm. Veter.	20.870	19.021	1.849	0,20	202.943	196.312	6.631	0,73	247.942	283.881	-35.939	-3,78
Ind. Têxtil. Vestuário	26.705	25.401	1.304	0,15	257.144	260.990	-3.846	-0,43	305.944	365.952	-60.008	-6,26
Ind. Calçados	9.936	8.582	1.354	0,44	108.964	87.994	20.970	7,35	124.643	133.900	9.257	-2,93
Ind. Prod. Aliment. Bebidas	66.357	51.126	15.231	0,80	552.509	558.691	-6.182	-0,32	719.927	765.612	-45.685	-2,33
Serviços Industriais de Utilidade Pública	4.585	5.100	-515	-0,13	56.920	62.915	-5.995	-1,45	72.185	82.604	-10.419	-2,50
Construção Civil	107.778	135.369	-27.591	-1,11	1.218.148	1.410.010	-191.862	-7,21	1.577.727	1.987.190	-409.463	-14,22
Comércio	288.923	284.983	3.940	0,04	2.744.053	3.005.598	-261.545	-2,84	3.786.518	4.034.670	-248.152	-2,70
Comércio Varejista	243.950	238.717	5.233	0,07	2.303.735	2.545.474	-241.739	-3,16	3.211.941	3.421.686	-209.745	-2,75
Comércio Atacadista	44.973	46.266	-1.293	-0,08	440.318	460.124	-19.806	-1,26	574.577	612.984	-38.407	-2,42
Serviços	462.553	477.694	-15.141	-0,09	4.717.586	4.891.936	-174.350	-1,02	6.152.889	6.578.924	-426.035	-2,45
Instituições Financeiras	4.628	4.751	-123	-0,02	50.245	57.253	-7.008	-1,03	64.785	75.741	-10.956	-1,61
Com. Adm. Imóv. Serv. Téc-prof.	165.376	177.747	-12.371	-0,27	1.638.377	1.757.034	-118.657	-2,49	2.161.210	2.357.099	-195.889	-4,05
Transportes e Comunicação	48.834	52.742	-3.908	-0,18	506.443	558.789	-52.346	-2,36	664.107	761.114	-97.007	-4,30
Serv. Aloj. Alim. Rep. Manut.	174.052	180.271	-6.219	-0,11	1.759.429	1.850.590	-91.161	-1,55	2.325.558	2.465.105	-139.547	-2,36
Serviços Méd., Odontol	40.566	36.275	4.291	0,21	397.228	357.008	40.220	2,04	513.369	475.929	37.440	1,89
Ensino	29.097	25.908	3.189	0,19	365.864	311.262	54.602	3,37	423.860	443.936	-20.076	-1,18
Admintração Pública	2.445	2.893	-448	-0,05	60.611	42.460	18.151	2,04	71.647	76.949	-5.302	-0,58
Agricultura	74.438	82.636	-8.198	-0,50	811.328	736.517	74.811	4,81	993.451	1.021.152	-27.701	-1,67

Fonte: MTb/SPPE/CGET - Caged Lei nº 4.923/65.

* A variação mensal do emprego toma como referência o estoque do mês anterior, sem ajustes.

** Resultados acrescidos dos ajustes; a variação relativa toma como referência os estoques com ajustes do mês atual e do mesmo mês do ano anterior.

Na esfera legislativa, a CNA dispensou atenção aos projetos de lei, em trâmite no Congresso, que versam sobre relações trabalhistas e previdenciárias. Dentre as propostas relevantes, assinala-se a que regulamenta a terceirização e a que incentiva a ampla negociação entre sindicatos econômicos e profissionais.

Já no Poder Executivo, no início do ano, foi entregue ao ministro do Trabalho à época, Miguel Rossetto, documento assinado pelas Confederações propondo a alteração do Regimento Interno do Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS), atual Conselho de Recursos do Seguro Social (CRSS). Este documento acarretou a instituição de um Grupo de Trabalho para debater o atual regimento do Conselho, de forma a deixar mais transparente a escolha dos conselheiros, independente de sua representação.

Ato contínuo, foi entregue ao atual ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, proposta de revisão integral da Norma Regulamentadora nº 31, que trata da segurança e saúde do trabalhador rural, denominado “Proposta da Bancada de Empregadores”, sugerindo alternativas capazes de permitir a aplicação adequada da norma, além de detalhar as dificuldades enfrentadas pelos produtores rurais.

Ainda em relação ao poder Executivo, o Ministério do Trabalho confeccionou nova lista suja do trabalho escravo, que levou à edição da Portaria Interministerial nº 04, de 2016. Na antiga lista, constavam nomes dos empregadores, flagrados pela fiscalização, com empregados resgatados em condição análoga à de escravo. Esse cadastro estava com sua divulgação proibida, por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), desde 2014.

O Poder Judiciário, por intermédio do STF, acatou medida cautelar suspendendo todos os processos e efeitos de decisões, no âmbito da Justiça do Trabalho, que discutiam a aplicação da ultratividade das normas nas negociações coletivas. A ultratividade das normas contraria preceitos constitucionais ao estabelecer que as cláusulas previstas em convenções ou acordos coletivos integram os contratos individuais de trabalho, mesmo depois de expirada sua validade.

No que se refere à previdência, o assunto de grande destaque foi a inconstitucionalidade da desaposentação, que é a possibilidade do segurado já aposentado voltar a trabalhar e se aposentar novamente com benefício maior. A maioria dos ministros do STF entendeu que apenas por meio de lei é possível criar benefícios e vantagens previdenciárias, não havendo, por ora, previsão legal do direito à desaposentação, acrescentando que, ao legislar sobre o tema, o Congresso Nacional deixou claro que o aposentado que continua a trabalhar não pode ter as contribuições posteriores levadas em conta.

Outro ponto que deve ser salientado é a aprovação, pelo CNPS, de seis alterações na forma de cálculo do Fator Acidentário de Prevenção (FAP), que vinham sendo debatidas desde o início de 2014. De forma geral, as alterações foram benéficas para o empresariado rural, tendo em vista que as alterações aprovadas acarretarão redução nas alíquotas, bem como por estabelecer uma nova forma de classificação das empresas.

Houve avanço também na atualização do banco de dados do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) com o treinamento de 163 presidentes e colaboradores de sindicatos, vinculados à CNA, que foram devidamente habilitados à utilização do sistema do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Por fim, o prazo de implementação do eSocial foi postergado, com o início da obrigatoriedade prevista para 1º de janeiro de 2018, para os empregadores e contribuintes com faturamento anual acima de R\$ 78.000.000,00 e, a partir de 1º de julho de 2018, para os demais empregadores e contribuintes. O sistema anteriormente estava previsto para se iniciar em setembro de 2016.

Faculdade CNA

--	--	--

Ensino Superior também a distância

O ano de 2016 marcou o início da oferta de cursos também a distância da Faculdade de Tecnologia CNA, a inauguração da sede própria da faculdade e a formatura da primeira turma de graduação em Agronegócio, que forma tecnólogos especializados na área de gestão.

A Faculdade de Tecnologia CNA, primeira voltada exclusivamente para o agronegócio, foi criada pelo Sistema CNA/SENAR para formar profissionais de nível superior à altura da inovação e tecnologia presentes na agropecuária brasileira. Agora, a distância, a Faculdade CNA pretende levar a todos os lugares a mesma educação de qualidade, adequada às necessidades dos produtores e trabalhadores rurais, aprovada com nota máxima pelo Ministério da Educação no formato presencial.

“Daqui a 10 anos, serão as novas tecnologias, novos conhecimentos e a nova gestão das propriedades que vão fazer com que a nossa agropecuária seja totalmente diferente do que é hoje. Isso não se faz com um toque de mágica. Isso se faz com pessoas competentes, que possam colocar a nossa agropecuária em um novo patamar de competitividade.”

João Martins Presidente do Sistema CNA/SENAR.

Cursos totalmente online

Com o crescimento acelerado do setor agropecuário e a adoção das novas tecnologias no campo, as empresas rurais exigem, cada vez mais, procedimentos diferenciados e pessoas qualificadas para o trabalho na área.

A gestão de pessoas no setor rural é um dos grandes desafios para os produtores e, por isso, a Faculdade CNA oferece um programa completo de cursos a distância.

O curso de Extensão em Gestão de Pessoas no Setor Rural, lançado em agosto de 2016, oferece cinco módulos com foco em legislação trabalhista, procedimentos de RH, contabilidade, recrutamento, seleção, treinamento, relações interpessoais e qualidade de vida.

A Faculdade CNA a Distância está dando andamento ao processo de credenciamento junto ao MEC para a instalação de 19 polos de apoio nas seguintes cidades: Santa Isabel do Pará (PA); Gandu e Luís Eduardo Magalhães (BA); Cachoeiro do Itapemirim e Rio Bananal (ES); Barra Mansa (RJ); Manaus (AM); Cuiabá (MT); Campo Grande e Dourados (MS); João Pessoa e Campina Grande (PB); Palmas (TO); Maceió (AL); Alexânia e Valparaíso (GO); Fortaleza (CE); Parnamirim (RN).

Cursos presenciais

A Faculdade CNA oferece, em sua sede em Brasília, o curso de graduação em Agronegócio e dois de pós-graduação: Gestão de Projetos em Agronegócio e Gestão Empresarial em Agronegócio. Também dispõe de um polo presencial em Alexânia, município de Goiás, na sede do Sindicato de Produtores Rurais, onde mais de 30 profissionais estão cursando a pós-graduação em Gestão Empresarial em Agronegócio.

A nova sede da Faculdade de Tecnologia CNA está localizada em dois andares do Palácio da Agricultura, no Setor Bancário Norte, em Brasília. São seis salas de aula para a graduação e duas salas para a pós-graduação, todas com equipamentos multimídia. Além das áreas administrativas e pedagógicas, o espaço conta com biblioteca especializada, laboratório de informática e área de convivência.

Canal do Produtor TV

--	--	--

Perspectivas 2017

LEVAR CONHECIMENTO E INFORMAÇÃO A TODOS OS PRODUTORES RURAIS DO BRASIL

Depois de consolidar uma programação totalmente voltada para o produtor rural, o próximo desafio do Canal do Produtor TV é chegar a um número cada vez maior de pessoas. Ações de divulgação serão ampliadas para que cada sindicato tenha uma televisão ligada na Maior Escola da Terra e vire uma sala de aula.

O ano 2016 marcou o lançamento do Canal do Produtor TV e consolidou uma programação que leva conhecimento e informação para os produtores rurais brasileiros. O ano 2017 vai ser o momento de ampliar o número de pessoas que assistem a Maior Escola da Terra. Para isso, o Sistema CNA/SENAR vai realizar novas ações de divulgação em parceria com federações e sindicatos.

Transformar cada sindicato em uma sala de aula é a nova meta do Canal do Produtor TV. Fazer dos sindicatos um ponto de encontro para troca de experiências e ampliar o conhecimento sobre agricultura e pecuária. Mais um serviço que as entidades poderão prestar aos associados.

Outra iniciativa importante é aumentar ainda mais a participação das federações e dos sindicatos na programação. Com novos recursos tecnológicos, as entidades estaduais e municipais terão mais espaço no Canal. Inclusive com entradas ao vivo pelo sistema de videoconferência.

BALANÇO 2016

SISTEMA CNA/SENAR LANÇA O CANAL DO PRODUTOR TV: A MAIOR ESCOLA DA TERRA

Como levar conhecimento técnico, capacitação tecnológica e informação para os produtores rurais. Esse era o desafio do Sistema CNA/SENAR, que optou investir em um canal de televisão para chegar a todas as regiões do país. Assim, nasceu a ideia do Canal do Produtor TV.

Para concretizar esse importante projeto, foi realizada uma parceria com o Canal Rural, a principal emissora do agronegócio brasileiro. Com isso, o Canal Rural criou o Canal Rural X, que disponibiliza o sinal para as antenas parabólicas digitais, que podem alcançar mais de 3,5 milhões de lares sem contar a transmissão pelo *site* do próprio Canal Rural e pelo portal do Canal do Produtor na internet.

No dia 22 de junho, foi inaugurado oficialmente o Canal do Produtor TV com a presença dos ministros Blairo Maggi (Agricultura) e Osmar Terra (Desenvolvimento Agrário), presidentes de Federações, parlamentares e representantes de entidades do agronegócio. As transmissões começaram no dia seguinte (23), com a programação da Maior Escola da Terra.

Na programação, um conjunto de programas pensados para orientar os produtores rurais e capacitar os profissionais em assistência técnica e gerencial. Saúde e qualidade de vida também fazem parte do Canal. Espaço para debates e análises são outro diferencial. Além da cobertura das principais notícias do setor agropecuário em todo país.

A participação de entidades como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Ipea, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e instituições superiores de ensino, caso das universidades de Brasília e de Lavras (MG), contribuíram para ampliar o debate sobre assuntos importantes para os produtores rurais mostrando a pluralidade e a importância dos temas que são discutidos.

Depois de cinco meses no ar, o Canal do Produtor TV conseguiu consolidar uma programação atraente com aulas, capacitações e informações para produtores rurais, profissionais do campo (agrônomos, veterinários, zootecnistas, trabalhadores) e lideranças sindicais. O Canal se tornou referência quando se busca notícias do setor.

Tabela 1. Programação SENAR - a Maior Escola da Terra

Sala de Aula	55
Saúde e Qualidade de Vida	26
SENAR Responde	81
SENAR Brasil Entrevista	22
Reportagens	58

Fonte: Coordenação do Canal do Produtor TV - 23/06/2016 a 15/11/2016.

Tabela 2. Programação Sistema CNA/SENAR/Federações/Sindicatos

Jornal do Produtor - entrevistas	305
Jornal do Produtor - reportagens em Brasília	180
Jornal do Produtor - reportagens dos estados	46
O Produtor quer Saber - entrevistas	120
Sindicato na TV - entrevistas com sindicatos	106
Sindicato na TV - entrevistas com especialistas	106

Fonte: Coordenação do Canal do Produtor TV - 23/06/2016 a 15/11/2016.

Essa conquista só foi possível pela integração do sistema CNA/SENAR, Federações e sindicatos, que contribuíram para criar a maior rede de comunicação do país. Hoje, a participação das entidades representativas dos produtores rurais é fundamental para uma programação diversificada, que mostra a realidade e as dificuldades enfrentadas em todas as regiões, mas também apresenta soluções e ideias, que podem ser levadas a todas as regiões brasileiras.

SENAR Educação e Assistência Técnica

--	--	--

Educação e Assistência Técnica

Caminho para a resiliência climática das propriedades rurais

A necessidade de adaptação dos produtores brasileiros às mudanças climáticas entrou definitivamente na pauta do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, em 2016. O SENAR, que já desenvolvia o projeto ABC Cerrado, focado na difusão de tecnologias de baixa emissão de carbono, com recursos do Banco Mundial, avançou na busca de novas parcerias internacionais para auxiliar o produtor rural na chamada resiliência climática.

Firmou a primeira parceria com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) no Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas na Amazônia (PRADAM), para disseminar práticas de agricultura de baixo carbono na Região Amazônica.

Para contribuir no fortalecimento das metas estipuladas no Acordo de Paris, primeiro marco do regime internacional do clima aprovado durante a Conferência do Clima (COP-21) por 195 países, em dezembro de 2015, e traçar um caminho para a resiliência climática nos campos do Brasil, o SENAR promoveu o I Seminário Internacional “Resiliência Climática e Descarbonização da Economia”. No evento, a metodologia de Assistência Técnica e Gerencial foi apresentada como fundamental para o país vencer os desafios das mudanças climáticas. A produção assistida pode juntar a pesquisa com a implementação tecnológica e, assim, impulsionar o desenvolvimento produtivo, econômico e social do setor agropecuário.

Um modelo inovador de assistência técnica

O SENAR, que atua nos seis biomas do Brasil há quase 25 anos, desenvolve desde 2013 um modelo inédito de assistência técnica baseado em transferência de tecnologia e gestão, com meritocracia.

Atualmente, 23 Administrações Regionais do SENAR desenvolvem ações de assistência técnica em 60 mil propriedades rurais, oferecendo consultoria técnica e gerencial, de forma efetiva e constante.

Para garantir qualidade nas ações de Assistência Técnica e Gerencial nos estados e atender à demanda de capacitações, o SENAR ampliou a equipe de instrutores de Metodologia de ATeG, composta agora por 11 profissionais. Treinou, em 2016, mais de mil técnicos de campo e 87 supervisores, de 17 Administrações Regionais.

Como material de apoio aos Técnicos de Campo, a coleção de apostilas gerenciais que abordam os cálculos de custos de produção, a interpretação de indicadores e planejamento ganhou dois novos volumes, abrangendo agora 11 cadeias produtivas. O SENAR lançou, ainda, oito volumes de Cadernos do Produtor, para subsidiar e facilitar o controle e as anotações do produtor em suas atividades.

Os dados técnicos e gerenciais são coletados nas propriedades atendidas pelos técnicos de campo, que utilizam um *software* do SENAR, compilados em uma Central de Inteligência na Administração Central. Hoje o banco de dados já é alimentado por Técnicos de 18 Administrações Regionais, em cinco cadeias produtivas.

Projetos e programas de ATeG do SENAR

Do Rural à Mesa

Fruto de parceria inédita do SENAR com o SENAC, o programa aproxima produtores e consumidores. É um modelo de arranjo produtivo, social e comercial entre grupos de horticultores e consumidores de alimentos, pautado na Assistência Técnica e Gerencial, na formação profissional rural e na conscientização de estudantes de gastronomia, que visa, sobretudo, à qualidade e segurança dos alimentos, além da organização e aumento de renda dos produtores rurais. O programa completou 1 ano em setembro de 2016 com mais de 40 toneladas de produtos e quase 180 mil reais em volume comercializado.

Os produtos Do Rural à Mesa já podem ser encontrados nos Restaurantes - Escola do Senac, Câmara dos Deputados, Superior Tribunal Federal, Controladoria - Geral da União, Ministério da Justiça e Senado Federal.

Leite Saudável

O SENAR participa de chamadas públicas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e é o responsável pela assistência técnica em 3.300 propriedades de bovinocultura de leite em cinco estados. Em 2016, capacitou 132 Técnicos de Campo e 13 supervisores. As propriedades foram selecionadas por meio de um diagnóstico socioeconômico e já estão recebendo mensalmente visitas dos Técnicos de Campo.

Rural Sustentável

O SENAR é um dos executores do projeto, que iniciou com uma cooperação do governo do Reino Unido (*Department of environment Food and Rural Affairs - DEFRA*) com o Mapa, e que tem como responsável pela execução o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O Projeto Rural Sustentável vai difundir por meio de unidades demonstrativas as tecnologias de baixa emissão de carbono e replicar essa tecnologia em unidades multiplicadoras em dois biomas brasileiros - Mata Atlântica e Amazônia, além de garantir Assistência Técnica e Gerencial.

Resilient Farmer

O Resilient Farmer pretende contribuir com o Brasil no alcance das metas do Acordo de Paris. É mais um projeto de Assistência Técnica do SENAR focado na disseminação de alternativas tecnológicas e ambientais que respeitem as especificidades das propriedades e as características de cada bioma brasileiro. Com a produção assistida, que envolve orientação técnica continuada e gestão, o produtor poderá fazer as adequações necessárias, recuperar áreas degradadas e, assim, contribuir com a redução das emissões de gases de efeito estufa (GEEs).

Incentivo ao uso de tecnologias ABC no Cerrado brasileiro

O projeto ABC Cerrado, desenvolvido pelo SENAR em parceria com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Embrapa e recursos do Banco Mundial, ganhou impulso em 2016.

Com o apoio de especialistas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural produziu as cartilhas sobre as tecnologias do projeto: Recuperação de Pastagens Degradadas, Sistema Plantio Direto, Integração Lavoura-Pecuária-Floresta e Florestas Plantadas. Capacitou 60 instrutores e quase 3 mil e 500 produtores dos Estados participantes: Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Piauí e Tocantins.

Em 2016, o SENAR também iniciou a etapa de produção assistida. Capacitou 160 técnicos de campo na metodologia de Assistência Técnica e Gerencial (ATeG), que já estão atuando em 1.570 propriedades de Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Tocantins.

Além da transferência de tecnologia, o projeto vai avaliar o impacto dessas intervenções na efetiva adoção das práticas ABC pelo produtor rural.

FAO E SENAR investem na recuperação da Amazônia

Primeira parceria do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), o Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas na Amazônia (Pradam) disseminou, em 2016, práticas de Agricultura de Baixo Carbono na Região Amazônica.

O Pradam tem foco na capacitação de profissionais ligados à assistência técnica pública e privada e na sensibilização de produtores e demais agentes envolvidos nos processos de produção rural, para adoção de tecnologias apropriadas ao bioma Amazônico.

O SENAR capacitou técnicos na metodologia de Assistência Técnica e Gerencial e com Embrapa e o Ministério da Agricultura realizou seminários sobre Sistema Plantio Direto, Recuperação de Áreas Degradadas e Sistemas Agroflorestais, com destaque para a Integração Lavoura-Pecuária-Florestas (iLPF), nos estados do Acre, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Maranhão e Rondônia.

Agricultura irrigada

Criada há milhares de anos, a irrigação é um dos principais meios de fornecimento de água, em quantidade suficiente e no momento adequado, para garantir a produtividade. Com a escassez de água e a necessidade de controlar o que é consumido, a gestão na irrigação se tornou imprescindível. Para contribuir com o uso racional dos recursos hídricos, o SENAR desenvolveu o Programa Nacional de Irrigação.

Apesar do imenso potencial que possui para a irrigação, o Brasil aplica a tecnologia em menos de 10% da área agrícola (equivalente a cerca de 5 milhões de hectares).

O programa de irrigação tem três focos principais: o primeiro é incentivar a adoção de tecnologias de irrigação, assegurando alimentos na safra, principalmente em regiões de escassez de chuva, onde a agricultura irrigada é sinônimo de sobrevivência.

Os outros dois são fomentar o incremento da agricultura irrigada, por meio da transferência de tecnologia e melhoria da produtividade, e promover a utilização de técnicas de irrigação de precisão, manejo do solo, da água e da proteção de nascentes, favorecendo o uso sustentável de recursos naturais, tendo por foco a gestão econômica e viabilidade dos projetos.

Em parceria com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a Secretaria Nacional de Irrigação (Senir) e o Instituto Inovagri, o SENAR capacitou, em 2016, 31 instrutores das regionais que aderiram ao programa: Amazonas, Amapá, Pará, Tocantins, Sergipe, Ceará, Bahia, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Distrito Federal, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Em 2017, os instrutores iniciam a capacitação de produtores e trabalhadores rurais na utilização da irrigação como tecnologia que garante a segurança alimentar, preservando os recursos naturais e melhorando a produtividade.

Jovens lideranças para o agro

O SENAR realizou, em 2016, a segunda edição do programa de desenvolvimento de lideranças CNA Jovem, que identifica e impulsiona a carreira de brasileiros do campo com idade entre 22 e 30 anos. Desta vez, num processo que fez diferença na escolha dos jovens: uma etapa estadual, realizada em 19 estados, no primeiro semestre, que envolveu 323 jovens.

Eles apresentaram planos de ação para enfrentar desafios da agropecuária de seus estados e os que se destacaram participaram da etapa nacional, em Brasília, entre os meses de julho e novembro.

O CNA Jovem é baseado em uma metodologia de liderança empreendedora, com carga horária de 240h, entre atividades presenciais e remotas. Na etapa nacional, participaram 81 jovens de 22 Unidades da Federação. Ao final da edição 2016, eles apresentaram projetos individuais de liderança voltados para uma das cinco áreas foco: acadêmica, empresarial, política, institucional e sindical. Os três jovens com os melhores projetos de liderança ganharam uma viagem para a Nova Zelândia, em março de 2017, e um curso presencial de inglês.

Mais oportunidades de formação profissional técnica

Em 2016, o SENAR ampliou para 80 a sua rede de polos de apoio para garantir formação técnica a um número maior de jovens do campo em 22 estados e no Distrito Federal. O curso técnico de nível médio em Agronegócio, ofertado a distância pelo Programa Rede e-Tec Brasil no SENAR, alcançou 6.500 matrículas.

O curso com duração de dois anos tem conteúdos multidisciplinares, abrangendo as áreas de Administração, Agronomia e Contabilidade, num total de 1.230 horas. O objetivo é habilitar tecnicamente o aluno para executar atividades em propriedades e empresas rurais, na gestão e comercialização das atividades produtivas.

Para isso, a metodologia utilizada foca a realidade rural e emprega diferentes mídias como material impresso, videoaulas, Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e um diferencial importante: parte do curso acontece nos polos de apoio para atividades práticas, avaliações e visitas técnicas a propriedades e agroindústrias.

O SENAR formou a primeira turma do técnico em Agronegócio, em 2016. Os primeiros egressos vão atuar na gestão de dados da produção, da comercialização e do *marketing* em empresas rurais, comerciais e instituições de pesquisa, em âmbito nacional.

A entidade recebeu um segundo **Prêmio e-Learning Brasil** em um único ano. Desta vez pela iniciativa em desenvolver ações educacionais diferenciadas na formação técnica, sendo agraciada na categoria *performance* de execução em 2016.

Centros de Excelência do SENAR

O SENAR iniciou, em 2016, as obras de construção do primeiro Centro de Excelência em Educação Profissional e Tecnológica. Localizado em Juazeiro/BA, o Centro está vocacionado para a cadeia produtiva de Fruticultura. A implantação foi possível pelas parcerias e convênio com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Além deste, está em andamento o processo de contratação do Centro de Excelência em Bovinocultura de Corte, em Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul.

Os Centros de Excelência vão oferecer cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), técnico de nível médio e tecnológico de Graduação e Pós-Graduação, nas modalidades presencial e a distância.

Novos técnicos em florestas

Em 2016, o SENAR formou a segunda turma do Curso Técnico de Nível Médio em Florestas, oferecido no Centro de Formação de Palmas, no Tocantins. A primeira unidade de ensino do SENAR, após autonomia cancelada pelo Ministério da Educação.

Os alunos saem prontos para o mercado de trabalho, em franca expansão no estado e no país.

Além da teoria, eles têm aulas em campo e acesso a equipamentos de alta precisão, como os simuladores virtuais de colheita florestal, com *software* canadense que permite testar os procedimentos de corte e a retirada de madeira de reflorestamento.

EaD SENAR, novos cursos e mais um prêmio

O SENAR ampliou o número de cursos oferecidos no portal de educação a distância e fecha 2016 com 115 mil matrículas. São **54 cursos**, totalmente gratuitos, distribuídos em **oito programas**, sendo sete com foco na inovação, gestão da propriedade e empregabilidade do trabalhador rural ou profissional técnico interessado em se atualizar. Neste ano, também, foi criado um programa específico para desenvolver a formação continuada dos instrutores e técnicos que prestam serviço à entidade.

Foram lançados, em 2016, os cursos Integração Lavoura-Pecuária-Floresta, Bioma Cerrado e Sustentabilidade na Produção do Café em parceria com a Plataforma Global do Café. Dois programas - Agricultura de Precisão e Gestão de Riscos (NR 31) - foram desenvolvidos pelo SENAR de Goiás e ofertados pelo SENAR Brasil no portal EaD.

Uma ação que merece destaque é o curso Atualização do Plano Instrucional a distância para instrutores e técnicos das Administrações Regionais para alinhar os conceitos e a metodologia utilizada pelo SENAR na elaboração do plano instrucional.

A qualidade dos cursos a distância, sempre atualizados e sintonizados com as exigências do mercado de trabalho, garantiu ao SENAR, pelo sexto ano consecutivo, a conquista do **Prêmio e-Learning Brasil**.

O programa premiado foi o Campo Sustentável, com três cursos voltados para proteção do meio ambiente (Cadastro Ambiental Rural CAR, Proteção de Nascentes e Prevenção do Fogo na Agricultura) e, desde 2015, quando as matrículas foram abertas, capacitou mais de 33 mil pessoas do meio rural.

Impulso na produção de cartilhas

O SENAR reforçou a produção de cartilhas distribuídas nos cursos de Formação Profissional Rural e, a partir de janeiro de 2017, a Coordenação de Produção e Distribuição de Materiais Instrucionais vai disponibilizar a todas as Administrações Regionais 40 novos títulos.

As cartilhas da coleção SENAR têm linguagem simples, clara e didática. Ilustrações e fotos que auxiliam no entendimento dos procedimentos técnicos.

Todo material é desenvolvido seguindo as normas descritas na legislação vigente, em termos de **Saúde e Segurança do Trabalhador**, nos aspectos ergonômicos, de periculosidade, de uso correto de EPIs, de manipulação adequada de ferramentas e equipamentos, de assepsia, entre outros. Também seguem as normas descritas em legislação vigente de **Vigilância Sanitária**, observando os aspectos referentes a instalações, equipamentos, utensílios, materiais, manipulador, produtos, entre outros.

Mais saúde e qualidade de vida no campo

O SENAR, que há mais de duas décadas promove ações de promoção social no campo, ampliou os investimentos em prevenção de saúde e qualidade de vida durante 2016.

Promoveu o primeiro *Encontro Nacional de Promoção Social para Saúde Preventiva*, que reuniu em Brasília, especialistas em saúde e mais de 50 técnicos de 25 Administrações Regionais. Durante o evento, foi divulgado o resultado da pesquisa que levantou as principais demandas do meio rural nas áreas de saúde da mulher, do homem, da criança, dos adolescentes e dos idosos. A partir da pesquisa, o SENAR vai traçar novas diretrizes para as atividades de promoção social em conjunto com as Regionais.

Para realizar as ações de promoção social, o SENAR conta com diversos parceiros que vão desde o local para realização das atividades aos médicos que prestam os atendimentos.

Um desses parceiros é o Instituto Lado a Lado pela Vida, que promove campanhas, como Setembro Vermelho (cuidados com o coração) e Novembro Azul (Câncer de Pênis e de Próstata). A parceria técnico-científica tem como foco a promoção da saúde do produtor, do trabalhador rural e de suas famílias, por meio de informação qualificada sobre as doenças que mais impactam o campo, de modo a propiciar o desenvolvimento de habilidades pessoais, mudanças de atitudes, além de outras ações que tragam a todos os envolvidos a conscientização para uma saúde melhor.

Juntos, o SENAR e Instituto Lado a Lado produziram quatro cartilhas: Câncer de Pele e Melanoma, Câncer de Próstata, Cuidados com o Coração e Incontinência Urinária, além do *folder* Saúde e Autoestima da Mulher.

• Saúde da Mulher

Este é o novo nome do programa Útero é Vida, que foi reformulado. O programa leva informação, prevenção e diagnóstico de doenças para a saúde integral da mulher, contribuindo também para aumentar a autoestima e melhorar a qualidade de vida. O programa tem a parceria de secretarias municipais de saúde.

Foram realizados 22 eventos nos estados da Bahia, Maranhão, Alagoas e Santa Catarina, com atendimento de 2.749 mulheres com exames de Papanicolau, laboratoriais, testes rápidos para HIV/Aids, sífilis e hepatites virais, além de vacinação e palestras.

• Saúde do Homem

O programa de promoção e prevenção de saúde é desenvolvido em parceria com a Sociedade Brasileira de Urologia (SBU).

Os estados de Alagoas, Bahia, Maranhão e Santa Catarina realizaram 29 eventos, com palestras, exames de PSA e toque retal, teste rápido HIV, sífilis e hepatite, aferição de pressão, exame de colesterol, vacinação, higiene bucal, consulta oftalmológica, entre outras. Mais de 5 mil homens foram atendidos.

• Saúde e Qualidade de Vida também na TV

O Canal do Produtor TV, lançado em 2016 pelo Sistema CNA/SENAR, exibe, duas vezes por semana um quadro produzido pelo SENAR e suas Administrações Regionais com vídeos técnicos, reportagens e entrevistas de médicos e especialistas que abordam temas como: saúde do homem e da mulher; H1N1, dengue, chikungunya, vírus zica, diversos tipos de câncer, HIV e hepatites virais B e C, álcool e drogas, tratamento na perspectiva de redução de danos do uso abusivo de álcool e outras drogas, doença de chagas, transtornos mentais e violência.

Instituto CNA

Estudos e Pesquisas

Sociais e do Agronegócio

--	--	--

O Instituto de Pesquisas Sociais e do Agronegócio (ICNA) é uma associação civil sem fins lucrativos, vinculado ao Sistema CNA. É especializado na elaboração e desenvolvimento de pesquisas sociais e do agronegócio. As pesquisas elaboradas pelo ICNA fornecem suporte técnico e institucional às demandas do Sistema CNA/SENAR. As informações técnicas e científicas geradas com foco no meio rural brasileiro contribuem para a formulação de propostas de políticas públicas para o setor agropecuário.

Perspectivas 2017

CONTINUIDADE NA REALIZAÇÃO DE PESQUISAS VOLTADAS PARA A AGROPECUÁRIA

O Instituto CNA dará continuidade ao desenvolvimento de pesquisas e estudos voltados para o setor agropecuário, fornecendo suporte técnico e institucional ao Sistema CNA. Dessa forma, o ICNA montará um banco de dados sistematizado para acompanhar e monitorar as informações no âmbito dos instrumentos de Política Agrícola.

Em relação à Sondagem da Agropecuária, a expectativa para 2017 é que este trabalho seja mantido e aprimorado como mecanismo de acesso aos produtores e proprietários rurais, permitindo a diversificação de temas a serem abordados na sondagem especial.

Além de estudos e pesquisas, também será mantido o apoio institucional do Instituto ao Sistema CNA, por meio do projeto Nivelamento das Regionais. Assim, serão realizados novos processos seletivos e diagnósticos participativo para as regionais que ainda não passaram pelo processo de reestruturação.

Sobre os Protocolos de Rastreabilidade de Adesão Voluntária, a expectativa para 2017 é disponibilizar aos pecuaristas mais nove protocolos de raças bovinas. No caso do Protocolo União Europeia, a expectativa é que seja totalmente desenvolvido e testado em fazendas-piloto ainda, no decorrer do próximo ano. Também está em desenvolvimento uma metodologia com o objetivo de simplificar os controles realizados, mantendo a garantia sanitária, de procedência e de inocuidade da carne bovina brasileira.

O Instituto CNA, em 2017, continuará fazendo acompanhamento da ocorrência de conflitos fundiários no Brasil e monitoramento das áreas destinadas à reforma agrária.

Balanço 2016

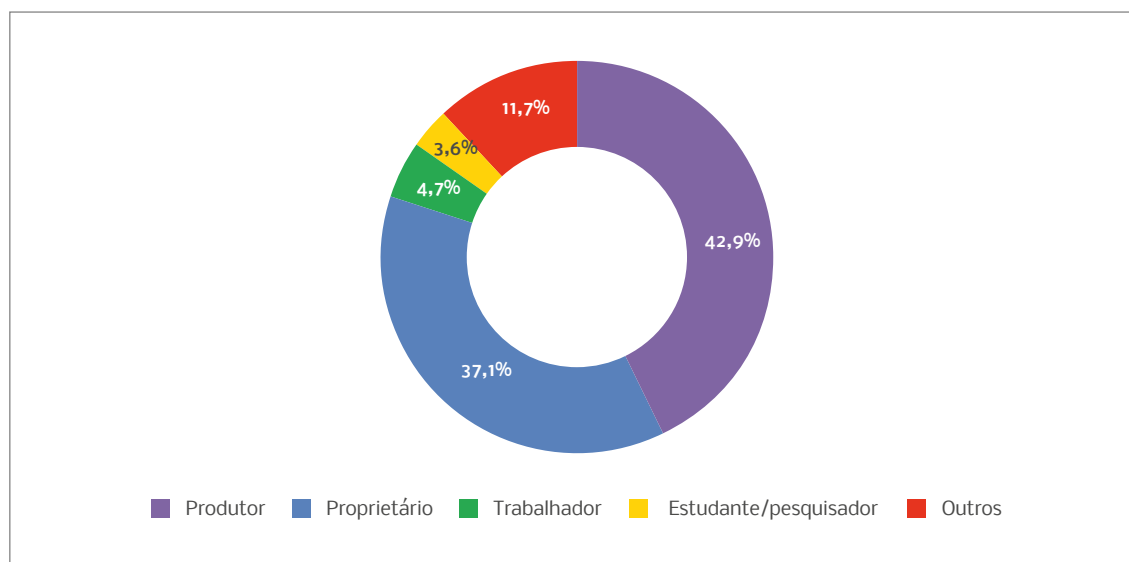
ESTUDOS E PESQUISAS

SONDAGEM DA AGROPECUÁRIA

A Sondagem da Agropecuária é um levantamento de informações que busca conhecer a percepção do produtor rural brasileiro em relação às suas atividades produtivas. Por meio dessa percepção, o Sistema CNA busca identificar os principais desafios e perspectivas para o setor agropecuário, além de propor melhorias nas políticas públicas, contribuindo para o desenvolvimento do setor agropecuário.

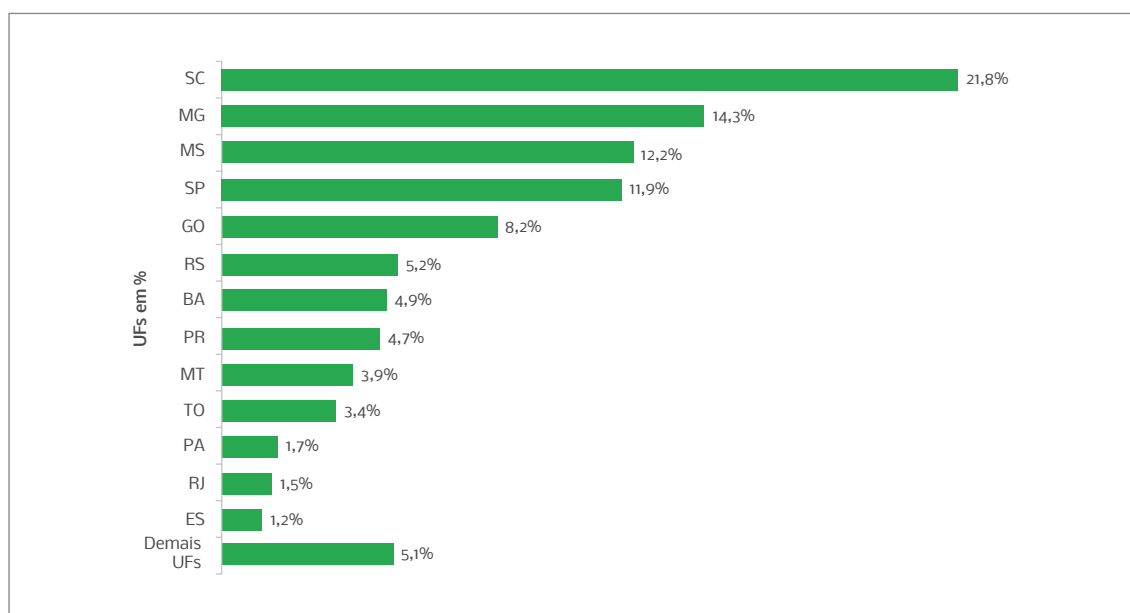
A pesquisa consiste em obter informações sobre as propriedades rurais, tais como: volume de produção, número de empregados, situação financeira e armazenagem, dentre outros. Além de identificar sua percepção em relação à economia brasileira, à atividade agropecuária, possibilita acesso ao crédito e insumo, à infraestrutura e ao seguro rural, dentre outros aspectos relevantes.

Produtor e proprietário rural são os principais vínculos com a atividade agropecuária



O principal vínculo identificado com a atividade produtiva rural são produtores rurais e proprietários, que, em conjunto, somaram 80% das respostas da sondagem agropecuária. A atividade produtiva principal dos entrevistados está localizada na região Centro-Sul do país, com aproximadamente 60% das principais atividades produtivas localizadas nas regiões Sul e Sudeste. Santa Catarina é o estado que mais concentra as atividades produtivas dos entrevistados (22%), seguido de Minas Gerais (14,3%), Mato Grosso do Sul (12,2%), São Paulo (12%) e Goiás (8,2%), respectivamente.

Região Centro-Sul concentra as principais atividades produtivas dos entrevistados



Fonte: ICNA.

Cenário do primeiro semestre de 2016

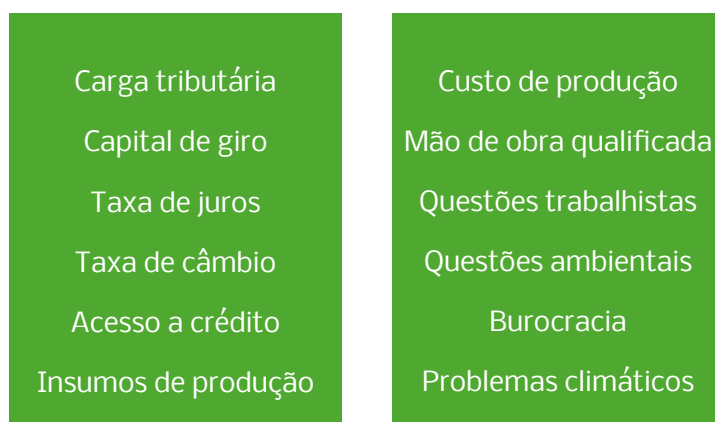
Com relação ao ocorrido no primeiro semestre do ano, a maioria dos entrevistados afirmou que houve queda na sua situação financeira. Mesmo assim, o número de empregados e o volume da produção mantiveram-se estáveis. Para os itens “economia brasileira”, “atividade agropecuária”, “acesso a insumos”, “acesso ao crédito” e “inadimplência”, a maioria dos entrevistados respondeu que houve piora.



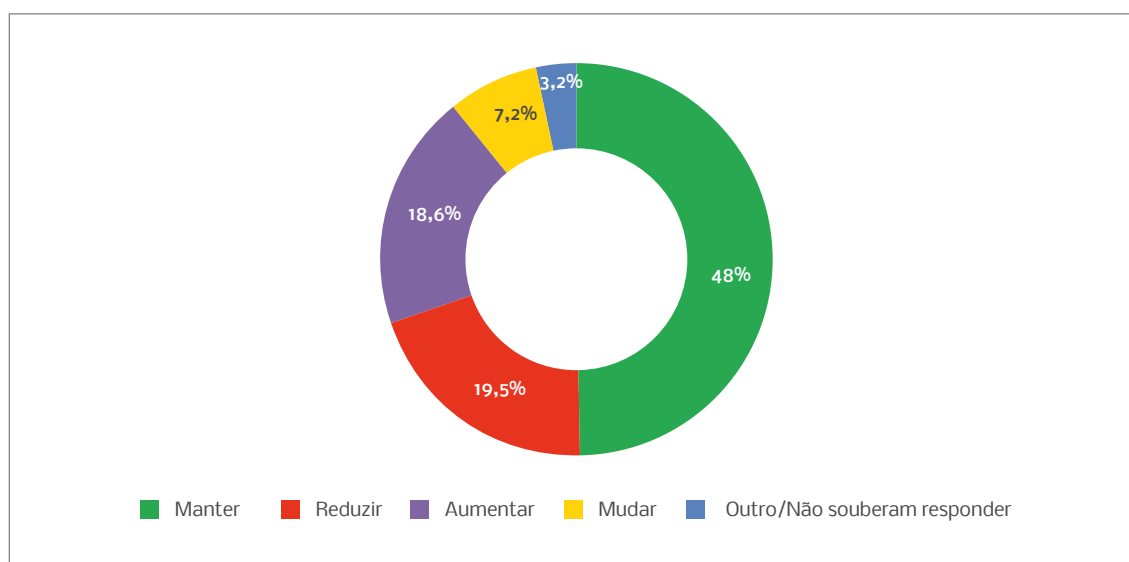
Economia brasileira
Atividade agropecuária
Acesso aos insumos
Acesso ao crédito
Inadimplência

Já em relação à “infraestrutura para escoamento da produção”, à “segurança jurídica do setor”, à “mão de obra qualificada” e ao “seguro rural”, os entrevistados responderam que não houve alteração no período analisado. Para todos os demais itens questionados, os entrevistados responderam que houve influência negativa na sua atividade agropecuária.

Itens que influenciaram negativamente a atividade agropecuária dos entrevistados:

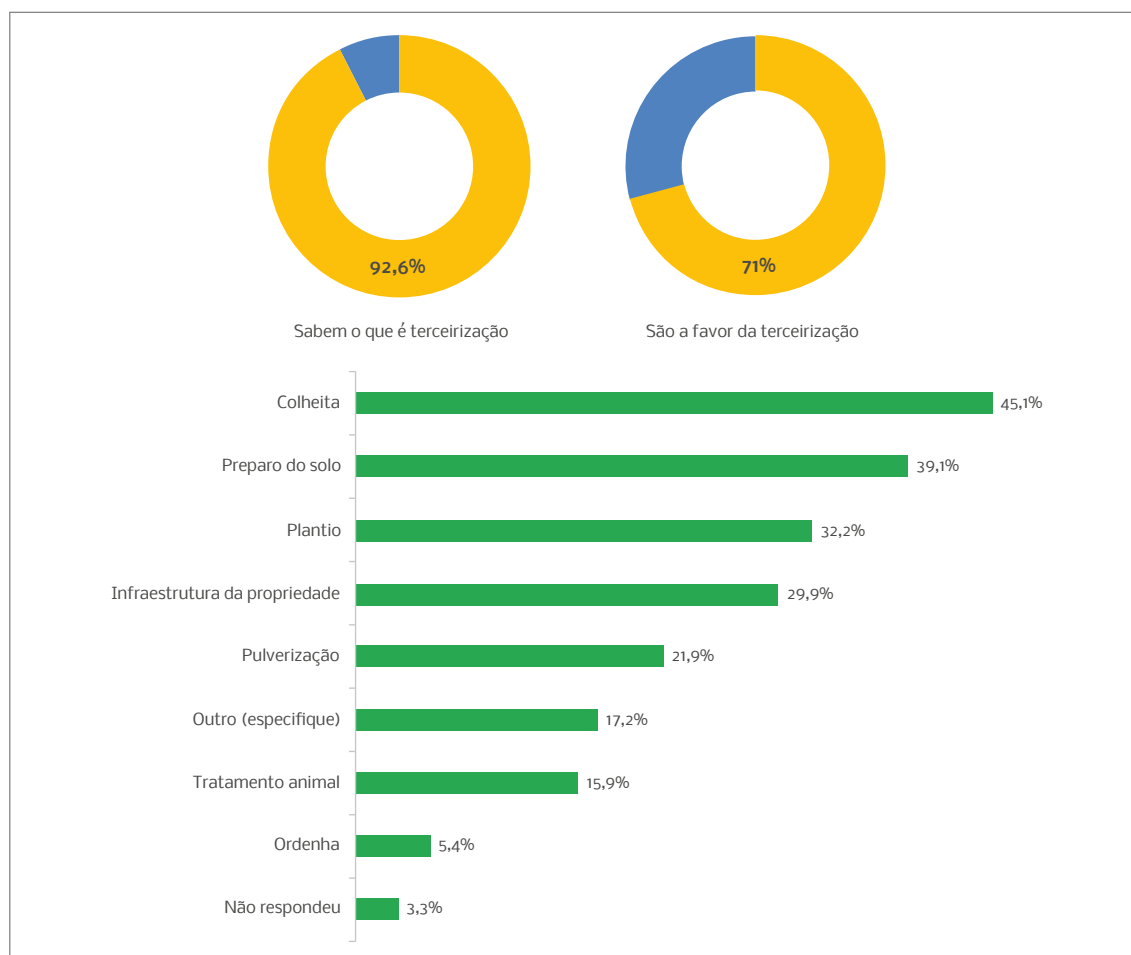


Apesar do cenário negativo na visão dos produtores e proprietários rurais entrevistados, metade destes respondeu que pretende manter a atividade agropecuária para a próxima safra.



SONDAGEM ESPECIAL - TERCEIRIZAÇÃO

No tocante à terceirização na atividade agropecuária, 92,6% dos entrevistados afirmaram conhecer o assunto e utilizar terceirização nas atividades relacionadas aos tratos culturais com a lavoura, no preparo do solo, no plantio, na pulverização e na colheita. Do mesmo modo, para aqueles que ainda não utilizam a terceirização, foi manifestado interesse em terceirizar as atividades, como preparo do solo, plantio, pulverização e, até mesmo, a colheita.



PESQUISA SOBRE A SITUAÇÃO DOS EGRESSOS (SENAR)

Situação dos egressos dos cursos do PRONATEC

A pesquisa subsidiará as ações e as contribuições do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) enquanto Instituição de Educação Profissional para a população do campo, levando em conta o aprimoramento dos cursos oferecidos e a inserção dos seus egressos no mundo do trabalho. O Instituto CNA desenvolveu metodologia de avaliação dos egressos dos cursos oferecidos pelo SENAR e foi dividida em duas etapas:

Etapa I, contou com Pesquisa Qualitativa, por meio da dinâmica de grupo focal, e Pesquisa Quantitativa, por meio de amostra representativa com abordagem sobre o conteúdo adquirido e o impacto na vida desse público.

Etapa II, Pesquisa Quantitativa, com os empregadores dos egressos para avaliação dos conhecimentos adquiridos e praticados após a conclusão do curso.

Situação dos egressos dos treinamentos oferecidos pelo SENAR em Santa Catarina

O Instituto CNA está apoiando a Administração Regional (AR) de Santa Catarina no desenvolvimento de um plano amostral, contendo o quantitativo de egressos a ser pesquisado e na elaboração de formulários eletrônicos. O objetivo é conhecer como os egressos dos treinamentos em Formação Profissional Rural (FPR) e Promoção Social (PS) estão aplicando os conhecimentos adquiridos ou aperfeiçoados após a conclusão dos cursos.

PESQUISA SOBRE CLIMA ORGANIZACIONAL

ICNA apoia Sistema CNA/SENAR/ICNA em pesquisa sobre clima organizacional

O Instituto CNA apoiou a elaboração da Pesquisa sobre o Clima Organizacional, cujo objetivo foi conhecer a opinião dos colaboradores do Sistema CNA/SENAR/ICNA quanto ao clima organizacional da Instituição.

ESTUDO SOBRE MÃO DE OBRA NO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

O Instituto CNA atuou em conjunto com o Núcleo Econômico da Superintendência Técnica (SUT/CNA) na busca, na preparação do banco de dados e na análise dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad 2014), divulgada pelo IBGE.

O estudo teve por objetivos:

- mensurar a absorção da mão de obra nacional pelo setor do agronegócio;
- traçar perfil da mão de obra no setor agropecuário;
- apresentar sua distribuição regional e por segmentos; e
- mostrar o rendimento médio da mão de obra do setor agropecuário.

Estima-se que o setor empregue 1 de cada 3 trabalhadores no Brasil. Esse resultado (32,7% das ocupações brasileiras estão no setor do agronegócio) demonstra o papel catalizador do setor do agronegócio na economia nacional, na produtividade total dos fatores da economia e na geração de renda dos setores público e privado.

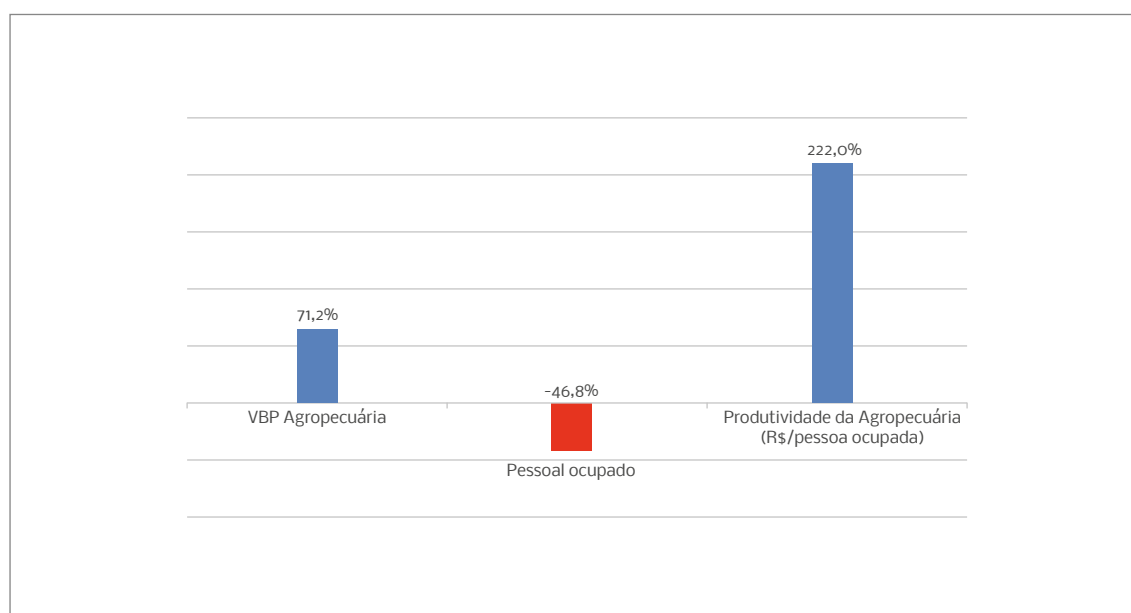
PRODUTIVIDADE DA AGROPECUÁRIA

Brasil reduz número de pessoas ocupadas na agropecuária

O ótimo desempenho do agronegócio brasileiro nos últimos anos baseou-se principalmente no aumento da produtividade dos produtos agropecuários. No entanto fatores negativos podem afetar este desempenho, como a escassez de mão de obra qualificada e seu alto custo.

Considerando a importância da variável mão de obra, a produtividade da agropecuária foi definida como a produtividade por trabalhador do setor, sendo calculada pela razão entre o valor bruto da produção (VBP) da agropecuária pelo total de trabalhadores do mesmo setor.

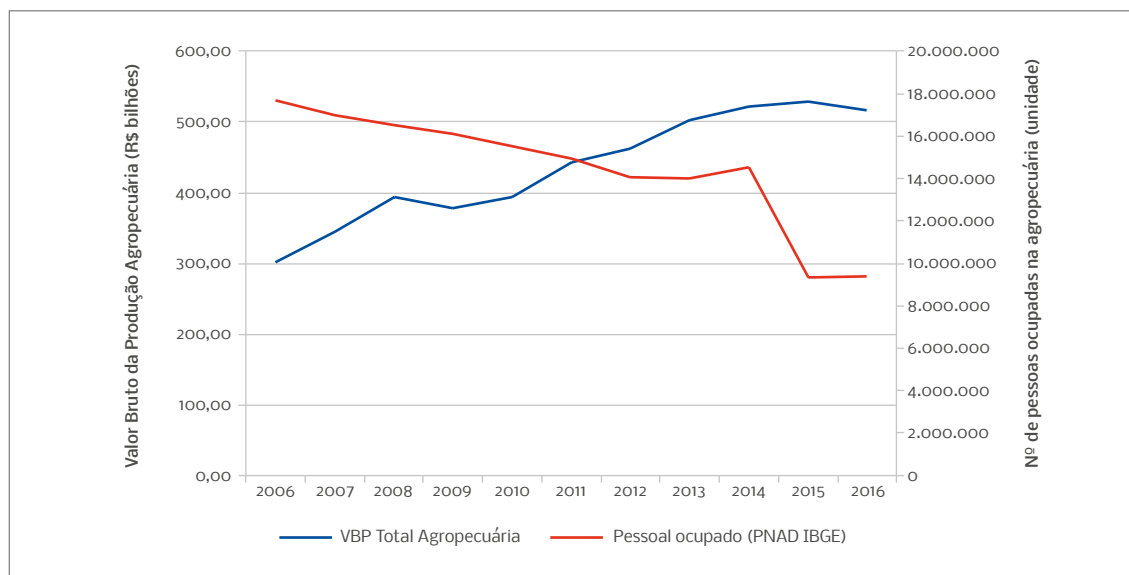
Gráfico 1. Variação do VBP, pessoal ocupado na agropecuária e produtividade da agropecuária - ano 2006 a 2012



Fonte: IBGE.
Elaboração: ICNA.

O gráfcico 2 mostra que, na última década, houve redução de aproximadamente 50% do número de pessoas ocupadas na agropecuária. No entanto o gráfcico 3 indica que, para o mesmo período analisado, o valor bruto da produção agropecuária teve aumento da ordem de 70%.

Gráfcico 2. Número de pessoas ocupadas na agropecuária



Fonte: IBGE.
Elaboração ICNA.

A relação inversa entre estas duas variáveis pode ser atribuída ao aumento do uso de tecnologias, com máquinas e equipamentos, por exemplo, entre outros fatores. Ou seja, a redução do número de pessoas ocupadas na atividade agropecuária reflete a modernização desta atividade no Brasil.

GESTÃO TERRITORIAL

O trabalho de Gestão Territorial consiste no acompanhamento das atividades de uso do solo que afetam o meio rural. O objetivo é analisar a base de dados espaciais dos imóveis certificados pelo Incra, as unidades de conservação ambiental e as terras indígenas e verificar suas evoluções.

Aumenta o número de imóveis certificados em 2016

O estudo mostrou que, no período entre março de 2015 e setembro de 2016, houve aumento na certificação de imóveis na plataforma do Sistema de Gestão Fundiária do Incra (Sigef) (Tabela 1), o que mostra a preocupação do produtor rural em regularizar as suas áreas.

Tabela 1. Quantidade de polígonos de imóveis certificados pelo Incra, assentamentos de reforma agrária, quilombolas e as glebas federais do programa terra legal

CAMADA	Número de Imóveis por Período					
	03/2015	06/2015	12/2015	03/2016	06/2016	09/2016
Imóveis Certificados Públicos	1.976	2.111	2.197	2.235	2.328	2.332
Imóveis Certificados Privados	72.345	72.157	71.781	71.515	71.084	70.690
Imóveis Certificados SIGEF	74.984	95.555	138.988	154.756	175.370	199.673
Assentamentos de Reforma Agrária	7.782	7.877	7.877	7.335	7.092	7.086
Terra Legal - Glebas Federais	1.438	1.438	1.438	1.438	1.438	1.438
Quilombolas	169	177	177	305	306	312

Elaboração: ICNA.

A redução do número de Imóveis Certificados Privados ocorreu devido à migração destes imóveis para a base de dados do Sigef. Já a redução do número de Assentamentos de Reforma Agrária ocorreu devido à redução de inconsistências de duplicidade na base de dados.

Figura 1. Evolução do número de imóveis certificados no SIGEF

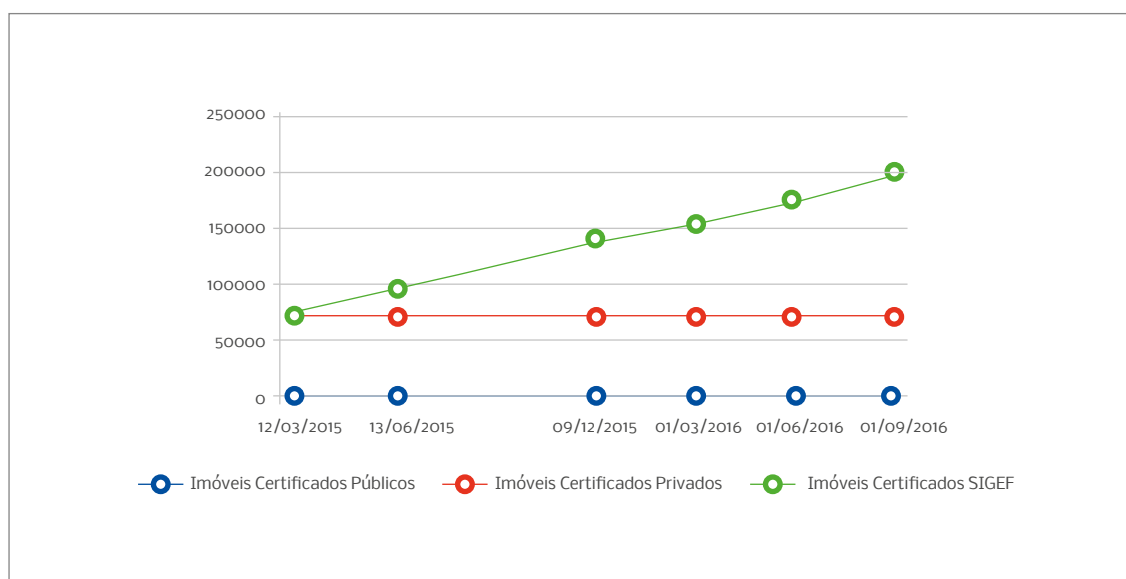


Tabela 2. Número de terras indígenas no Brasil, classificadas por modalidade e fase de regularização, no período 03/2015 a 09/2016

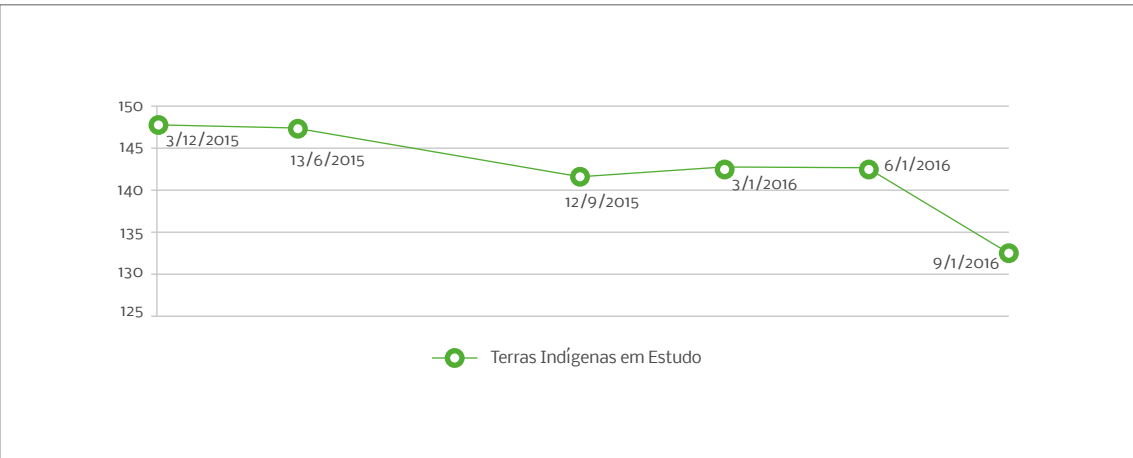
CAMADA	03/2015	06/2015	12/2015	03/2016	06/2016	09/2016
Terras Indígenas em Estudo - Pontos	148	148	142	143	143	133
TIs - Interditada - Em Estudo	6	6	7	6	6	7
TIs - Tradicionalmente Ocupada - Delimitada	37	37	38	37	30	34
TIs - Tradicionalmente Ocupada - Declarada	65	65	67	69	77	74
Tis - Tradicionalmente Ocupada - Homologada	13	13	8	8	10	16
Tis - Tradicionalmente Ocupada - Regularizada	425	425	427	462	427	426
Reserva Indígena - Fase - Encaminhada RI	5	5	6	6	6	6
Reserva Indígena Regularizada	21	21	27	27	27	29
Domínio Indígena	6	6	8	8	8	8

Elaboração: ICNA.

Redução no número de terras indígenas no terceiro trimestre de 2016

Na figura 1, mostra-se o número de terras indígenas (TIs), em estudo ponto, que passou de 143 para 133, no terceiro trimestre de 2016. Com isso, sugere-se avaliar em qual modalidade esta diferença se enquadra atualmente.

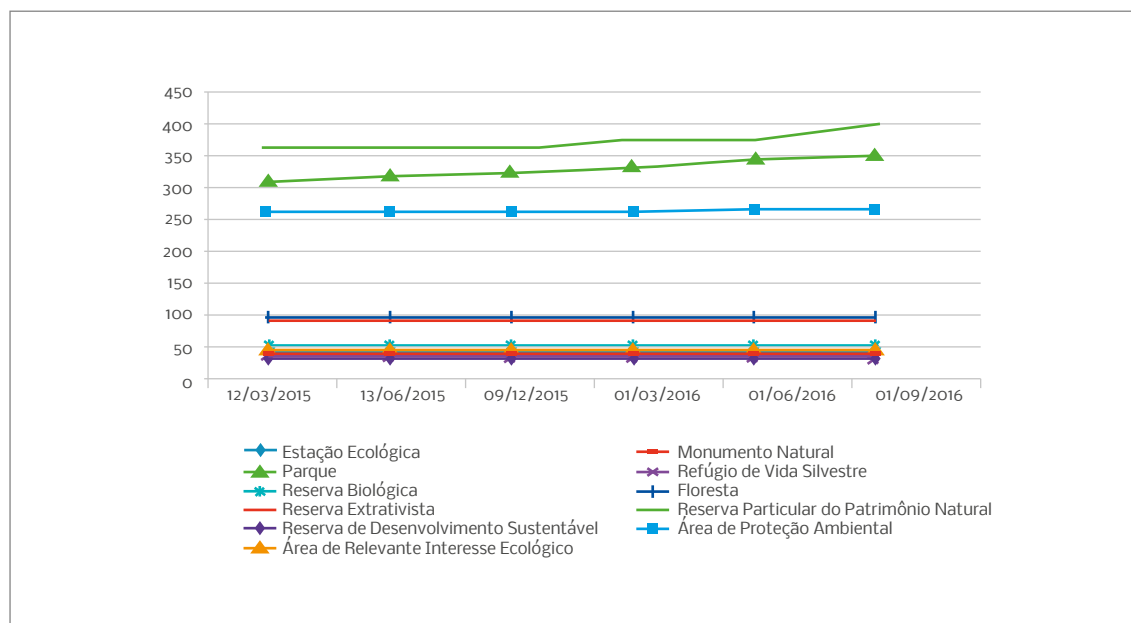
Figura 2. Terras indígenas em estudo - pontos



Reservas particulares do patrimônio natural apresentaram aumento expressivo entre março de 2015 e setembro de 2016.

Com relação às Unidades de Conservação, as UCs com aumento mais expressivo foram as reservas particulares do patrimônio natural, o que mostra o interesse particular em proteger o patrimônio natural. A quantidade de UCs Públicas não apresentou aumento expressivo.

Figura 3. Número de unidades de conservação ambiental por trimestre.



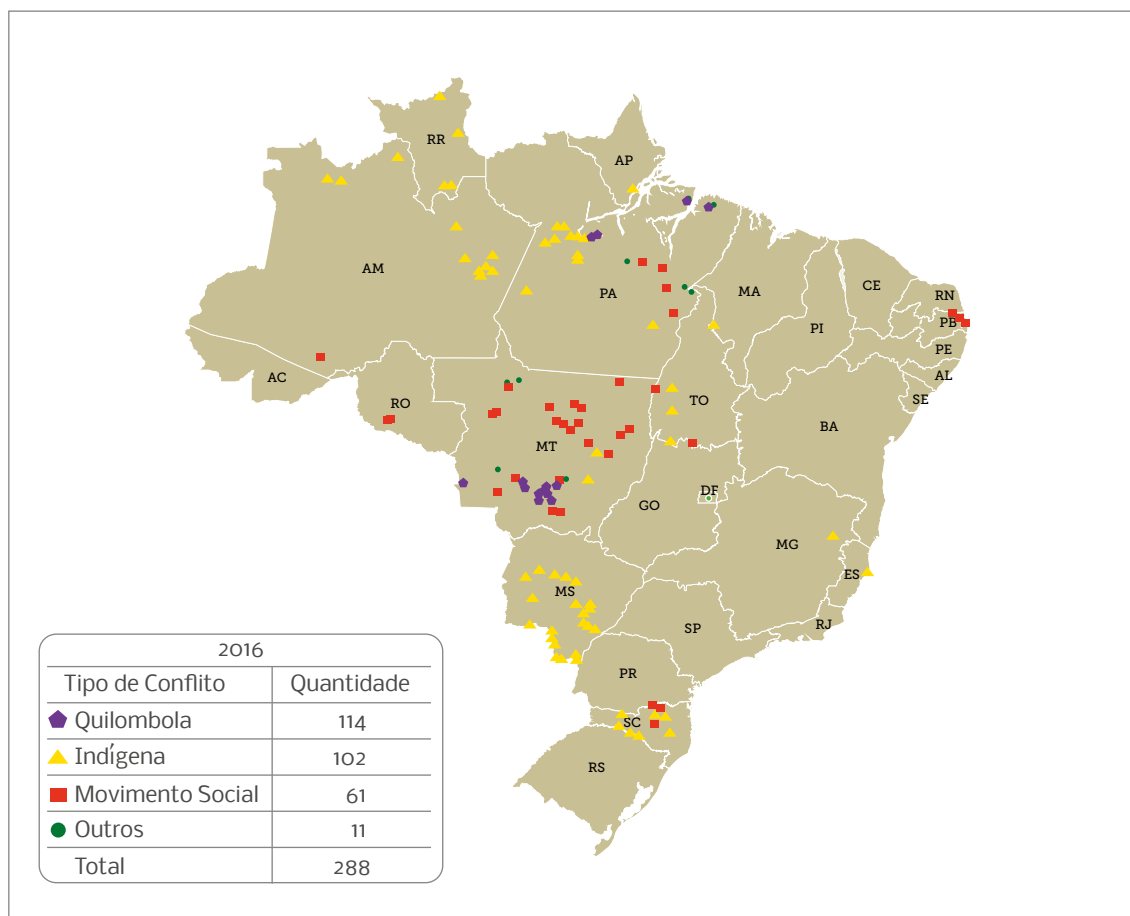
CONFLITOS FUNDIÁRIOS

288 conflitos fundiários registrados no Brasil em 2016

O monitoramento dos conflitos fundiários tem o objetivo de apoiar as atividades da Comissão Nacional de Assuntos Fundiários da CNA, com acompanhamento e análise da dinâmica da ocupação territorial das áreas de uso agropecuário, identificando e cadastrando os conflitos fundiários existentes no meio rural. Tal modelo permite ao Sistema CNA dimensionar o grau de insegurança jurídica que atinge o campo, identificando soluções para os conflitos que afetam as áreas produtivas do país.

O mapeamento dos conflitos fundiários no Brasil é realizado por um aplicativo desenvolvido pelo ICNA, tendo registrado, até outubro de 2016, 288 conflitos envolvendo os seguintes grupos: indígenas, quilombolas, movimentos sociais, dentre outros. Desse total, 114 (39,6%) foram provocados por grupos de quilombolas, 102 (35,4%) tiveram a participação de grupos indígenas e, por fim, 72 (25%) envolveram movimentos sociais e outros grupos.

Figura 1 . Identificação dos conflitos fundiários no Brasil - 2016



REFORMA AGRÁRIA

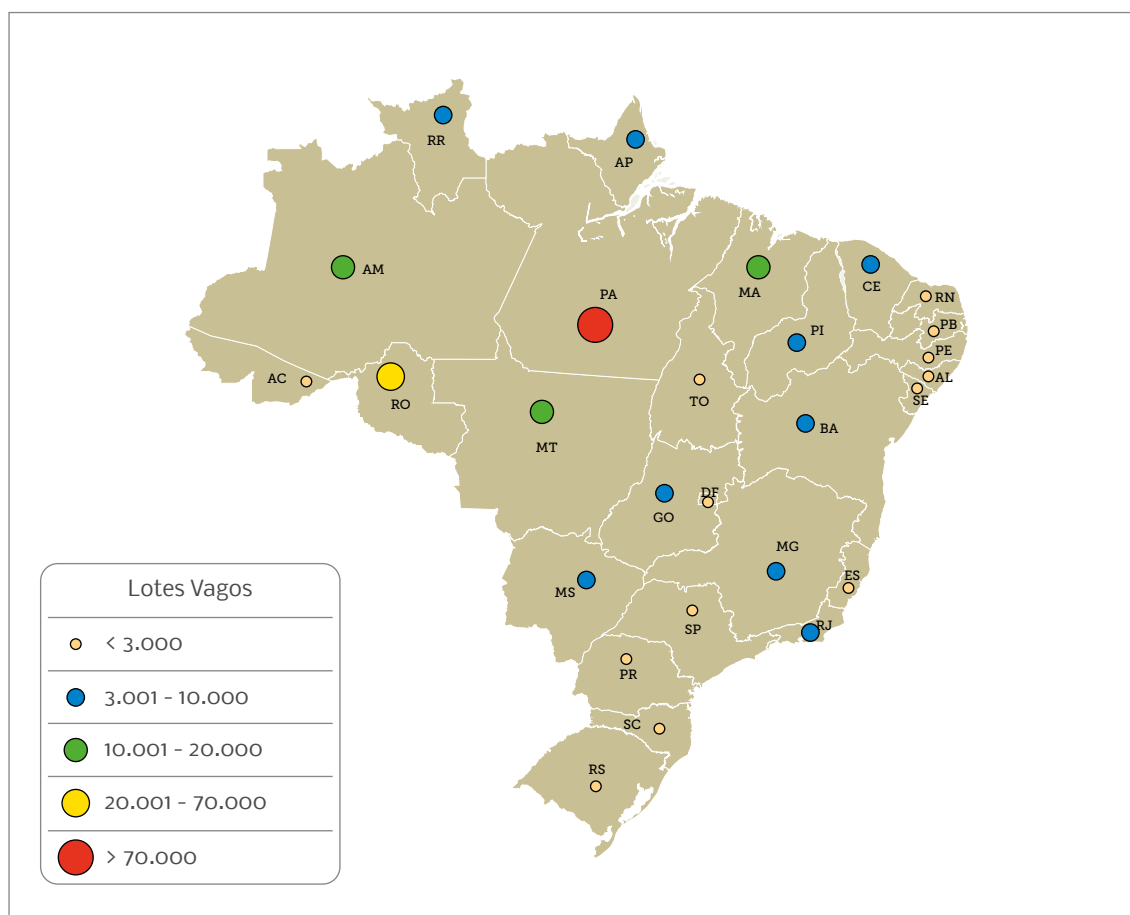
Sobram terras para a reforma agrária no Brasil

O Instituto CNA fez também um estudo sobre a reforma agrária no Brasil. Os números do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) mostram que, em 2015, o país possuía 9.335 áreas destinadas ao Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), ocupando área superior a 88 milhões de hectares, divididos 1.178.891 lotes, e atendendo a 971.788 famílias.

A área total destinada ao PNRA representa aproximadamente 10% do território nacional ou 38% da área de produção agrícola, segundo o Censo Agropecuário do IBGE de 2006.

O relatório do Incra indica o número de lotes ociosos e a respectiva área ociosa: 207.103 unidades vazias e 21,9 milhões de hectares, com o Paraná tendo o maior número de lotes disponíveis.

Figura 1 . Lotes vagos em assentamentos de reforma agrária por Unidade da Federação



Segundo dados do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), é de 120 mil o número de famílias acampadas esperando lotes para reforma agrária.

Após análise, o estudo concluiu que não há a necessidade de desapropriação de novas terras no Brasil para realização de reforma agrária, uma vez que existem 207 mil lotes vazios, número suficiente para atender à demanda estimada pelos movimentos sociais.

Mesmo na hipótese de utilização dos 207 mil lotes vazios, restará um saldo de pouco mais de 87 mil lotes, que poderiam ser destinados a novas famílias que aguardam para receber lotes de reforma agrária. Cabe ao Estado organizar a correta distribuição das áreas, dedicando esforço maior nas políticas e metodologias para fixar essas famílias no campo e evitar, assim, um novo êxodo rural.

BD-AGRO

Inteligência competitiva na gestão de dados

O projeto prevê a adoção e a disponibilização de uma ferramenta de consulta e pesquisa que permitirá transformar dados em informações em que, após a sua análise, subsidiará o conhecimento, trazendo maior valor agregado ao agronegócio.

A BDAGRO reunirá informações, sejam elas espaciais, tabulares, textos, imagens, vídeos, etc, sempre relacionadas ao agronegócio, permitindo a integração, a pesquisa, as consultas e as análises de diversas bases de dados existentes no sistema CNA/SENAR/Instituto CNA, com segurança, confidencialidade, integridade e disponibilidade. O objetivo é disseminar informações voltadas à inteligência competitiva. Tais serviços serão desenvolvidos e mantidos por equipe própria do Sistema CNA/SENAR/Instituto CNA para uma melhor organização de processos evitando 'gargalos' e trazendo um maior desempenho na elaboração de soluções com ações mais céleres.

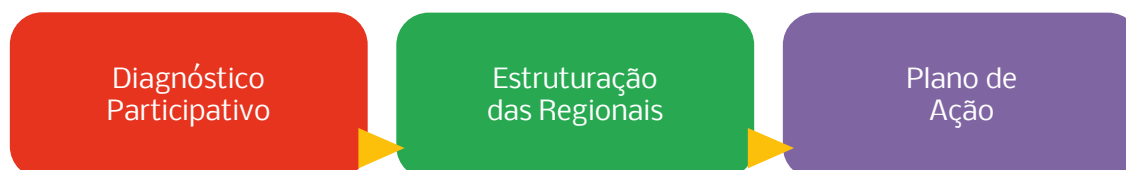
Outros organismos governamentais e entidades parceiras do agronegócio poderão participar da construção da BDAGRO, aumentando mais ainda o universo de informações interligadas. Isto propiciará mais e mais conhecimento definindo um arcabouço de informações relevantes de interesse do Agronegócio.

APOIO INSTITUCIONAL

O Instituto CNA presta apoio ao Sistema CNA por meio do atendimento das demandas apresentadas tanto pela CNA, quanto pelo SENAR.

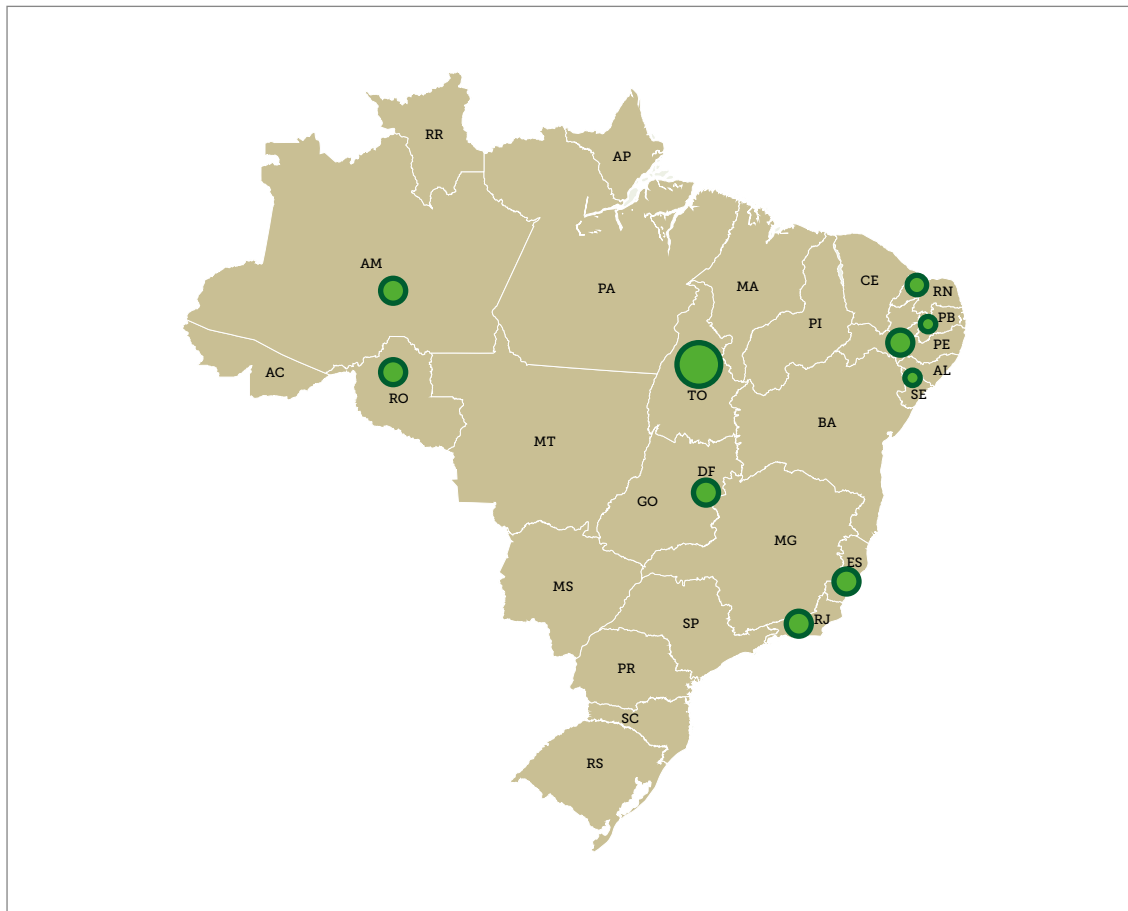
Os principais serviços de apoio prestados pelo Instituto, no âmbito do apoio institucional, estão relacionados à execução de Processos Seletivos e ao fortalecimento das Administrações Regionais, por meio do Programa de Nivelamento das Regionais do SENAR.

No Programa de Nivelamento das Administrações Regionais do SENAR, são realizadas as etapas de Diagnóstico Participativo, Estruturação das Regionais e Planos de Ação.



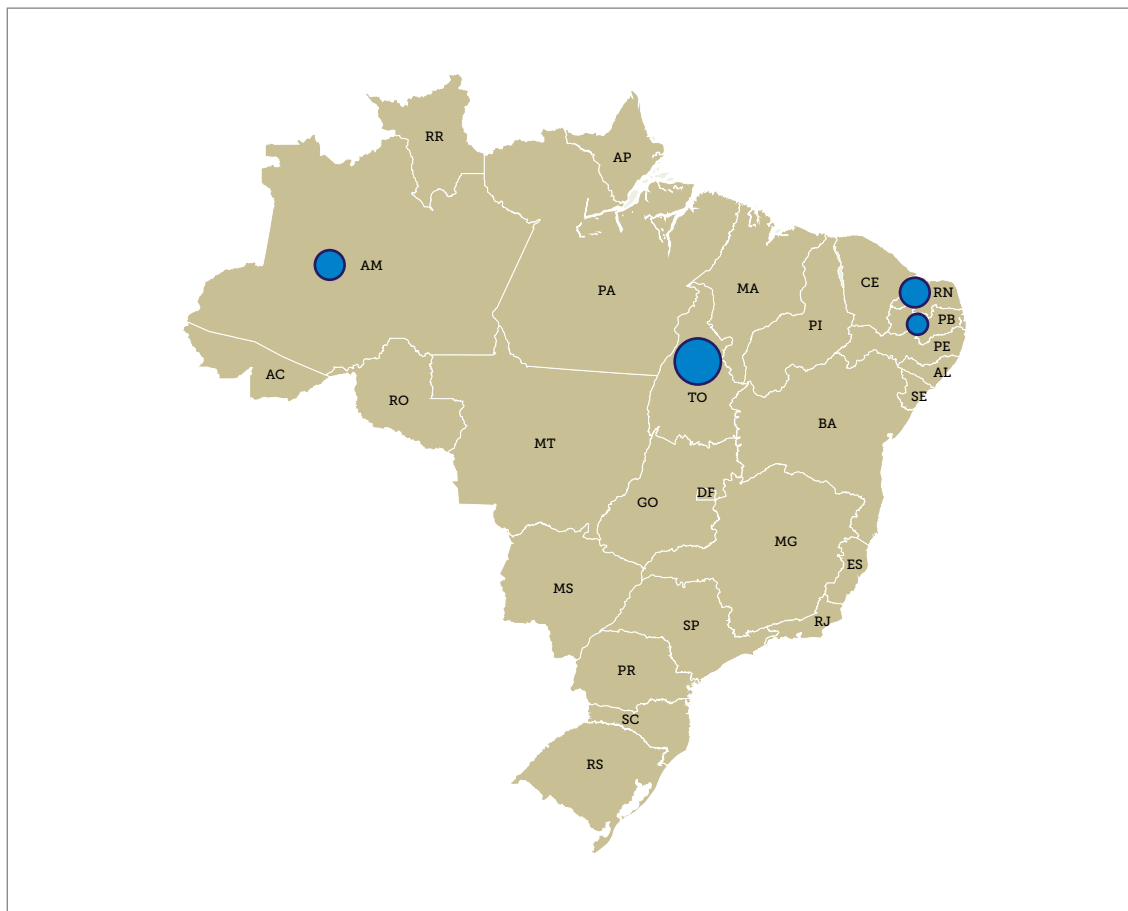
Em 2016, o nivelamento das regionais foi realizado nas Administrações Regionais do Amazonas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Tocantins, Distrito Federal, Sergipe, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Rondônia.

Estados onde foram realizados nivelamento das regionais



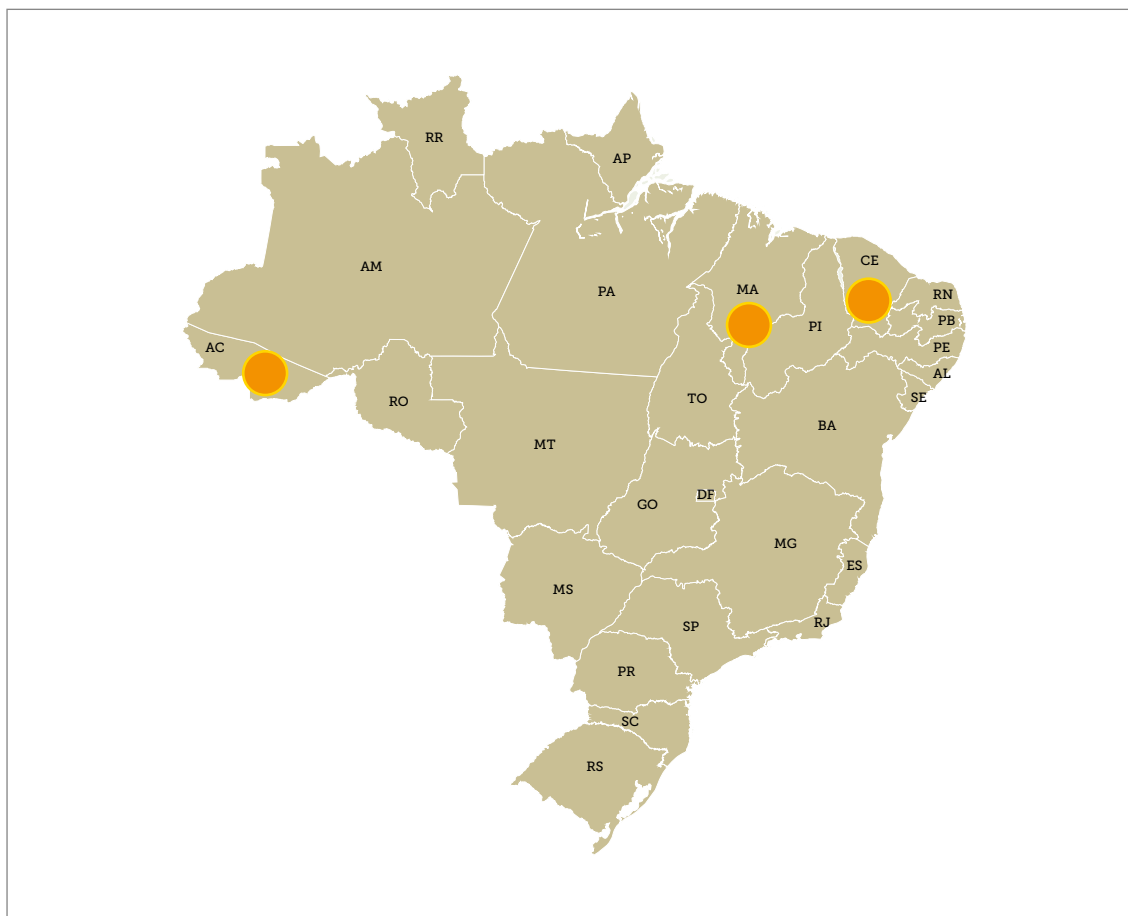
Nas Administrações Regionais do Amazonas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Tocantins, foram realizados processos seletivos para ampliar as equipes, de forma a incrementar as atividades desenvolvidas.

Estados onde foram realizados processos seletivos



As administraes regionais do Cear, Maranho e Acre j realizaram a etapa de Diagnstico Participativo.

Estados onde foram realizados diagnstico participativo



Até o final de 2016, o Instituto CNA far processo Seletivo na Administrao Regional do Mato Grosso do Sul.

PROTOCOLOS DE RASTREABILIDADE

Produtor rural recebe bonificao pelos animais certificados nos protocolos de rastreabilidade

Os protocolos de rastreabilidade de adesao voluntria s regras ou requisitos exigidos por mercados consumidores especficos, nacionais e internacionais, que, ao serem cumpridas, permitem pagamento diferenciado pelos animais, agregando valor aos produtos gerados.

Em 2016, a CNA e a Embrapa Gado de Corte firmaram Acordo de Cooperao para desenvolvimento do Sistema Gestor dos Protocolos de Rastreabilidade de Adeso Voluntria. Esta ferramenta proporciona controle dos processos de produao de carnes desde a fazenda at o frigorifico.

O Instituto CNA disponibilizou aos produtores rurais seis protocolos de rastreabilidade para raças bovinas, sendo firmados dois novos Acordos de Cooperação. Além dos protocolos das raças Angus, Hereford, Braford e Nelore Natural, foram disponibilizados os protocolos desenvolvidos com a Associação Brasileira de Criadores de Charolês (ABCC) e com a Associação Brasileira de Criadores de Bovinos da Raça Wagyu (ABCBW), denominados protocolo Carne Charolês Certificada e protocolo Carne Wagyu Certificada.

Também em 2016, durante a Expointer, realizada em Esteio, no Rio Grande do Sul, foram assinadas três Cartas de Intenção para desenvolvimento de protocolos de raças com a Associação Brasileira de Criadores de Devon (ABCD), Associação Brasileira de Criadores de Limousin (ABL) e a Associação Brasileira de Criadores das raças Simental e Simbrasil (ABCRSS).